

2025

INFORMES EM CONTRASTE

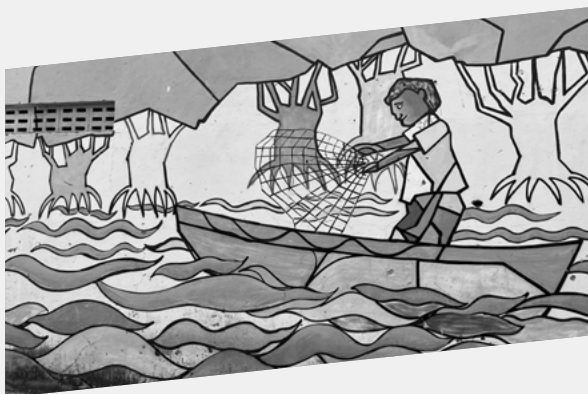
37 TURISMO RESPONSÁVEL

TURISMO COMUNITÁRIO URBANO NO BRASIL:

Uma pedagogia da resistência

ALINE BISPO E ERNEST CAÑADA





INFORMES EM CONTRASTE
37

Turismo comunitário urbano no Brasil: uma pedagogia da resistência

Aline Bispo e Ernest Cañada

Alba Sud Editorial

Serie Informes em Contraste, núm. 37, 2025

Este informe se publica no marco do projeto “Aprendizajes para el fortalecimiento del turismo comunitario”, desenvolvido por Alba Sud com o apoio da Diputación de Barcelona (convocatória 2022).



Do texto:

Aline Bispo e Ernest Cañada



Desta edição:

Alba Sud Editorial

info@albasud.org

www.albasud.org

Desenho gráfico: Boixader & Go

Imagem de capa: Ernest Cañada

Barcelona, 2025

ISBN: 978-84-09-68932-3

Comitê editorial

Raoul Bianchi (Manchester Metropolitan University, Reino Unido)
Asunción Blanco Romero (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)
Macià Blázquez (Universitat de les Illes Balears, Espanha)
Matilde Córdoba (University of California, Estados Unidos)
Inma Díaz Soria (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)
Martín Fabreau (Universidad de la República, Uruguay)
Rodrigo Fernández Miranda (Universidad Tres de Febrero, Argentina)
Robert Fletcher (Wageningen University, Países Baixos)
Jordi Gascón (Universitat de Barcelona, Espanha)
Alfonso González Damián (Universidad de Quintana Roo, México)
Inés Gutiérrez Cueli (Universitat Oberta de Catalunya, Espanha)
Samuel Jouault (Universidad Autónoma de Yucatán, México)
Clément Marie dit Chiro (Université Angers, França)
Gema Martínez Goyo (Universidad Oberta de Catalunya, Espanha)
José Mansilla (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)
Claudio Milano (Universitat de Barcelona, Espanha)
Ivan Murray (Universitat de les Illes Balears, Espanha)
Enrique Navarro (Universidad de Málaga, Espanha)
Cristina Oehmichen (Universidad Nacional Autónoma de México, México)
Diana Ojeda (Indiana University Bloomington, Estados Unidos)
Andrés Pinassi (Universidad Nacional del Sur – CONICET, Argentina)
Érica Schenkel (Universidad Nacional del Sur – CONICET, Argentina)
Angela Teberga (Universidade de Brasília, Brasil)
Marcelo Vilela (Universidade de São Paulo, Brasil)
Sergio Yanes (Universitat Oberta de Catalunya, Espanha)

O presente informe foi avaliado por arbitragem de revisão duplo-cega.



Aline Bispo

Graduada em Turismo e Hotelaria e Administração e Mestra em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia. É técnica voluntária da Rede BATUC - Turismo comunitário da Bahia e colaboradora da Alba Sud. Sua pesquisa se concentra em como repensar o turismo a partir da perspectiva das classes populares e em relação aos estudos culturais. Entre suas publicações mais recentes relacionadas ao tema deste informe destaca-se: *Turismo e identidad cultural desde la perspectiva de los estudios culturales de Stuart Hall* (no livro [El malestar en la turistificación. Pensamiento crítico para la transformación del turismo](#)), editado por Ernest Cañada, Ivan Murray, Clement Marie Dit Chiot, Editorial Icária, 2023); A Participação indígena no turismo comunitário na Bahia (coautoria com Alicia Costa, Políticas Culturais em Revista, 2023) e Uma análise etnográfica da prática do etnoturismo indígena na Terra Indígena Coroa Vermelha sobre a perspectiva do turismo comunitário (em coautoria com Alicia Costa e Pablo Antunha, Revista Latino-Americana de Turismo, 10, 2024).



Ernest Cañada

Doutor em Geografia e pesquisador de pós-doutorado na Universidade das Ilhas Baleares. Entre suas publicações mais recentes com Alba Sud destacam-se: [Cooperativa Los Pinos: construir alternativas desde la proximidad](#) (Alba Sud Editorial, Informes em Contraste, 34, 2024); [El malestar en la turistificación. Pensamiento crítico para la transformación del turismo](#) (em coedição com Clément Marie dit Chirot e Ivan Murray, Icaria Editorial, 2023); [¡Puro verde! Parques urbanos del Gran Área Metropolitana de San José](#) (em coautoria com Carla Izcara, Alba Sud Editorial, Informes em Contraste, 32, 2023); [Políticas públicas en turismo en América Latina y el Caribe: análisis comparado](#) (em coautoria com Érica Schenkel, Alba Sud Editorial, Informes em Contraste, 28, 2023); [Crisis y reactivación turística. Perspectivas comparadas entre Cancún, Macao-Punta Cana y Guanacaste](#) (em coautoria com Giselle Cedeño, Cristina Oehmichen e Arturo Silva Lucas, Alba Sud Editorial, Informes em Contraste, 27, 2023); [Turismo y memorias de la Guerra de España. Una propuesta de Educación para Justicia Global](#) (em coautoria com Carla Izcara y Raül Valls, Alba Sud Editorial, Informes em contraste, 24, 2023); [Turismos de proximidad: demanda de una política pública](#) (em coautoria com Carla Izcara e Raül Valls, Alba Sud Editorial, Informes em Contraste, 26, 2023); [Reactivación turística y transformaciones del trabajo. Barcelona, escenario de precariedad](#) (em coautoria com Carla Izcara, Alba Sud Editorial, Informes em contraste, 21, 2022); [Válvulas verdes. Parques urbanos en el Área Metropolitana de San Salvador](#) (em coautoria com Xenia Ortiz, Alba Sud Editorial, Informes em contraste, 20, 2022); [Transformar el turismo desde la proximidad. ¿Cómo abordamos el debate en Cataluña?](#) (em coautoria com Carla Izcara, Alba Sud Editorial, Informes em contraste, 19, 2022); [Turismos de proximidad, un plural en disputa](#) (coeditado com Carla Izcara, Icaria Editorial, 2021); [Caminos hacia un turismo post-capitalista](#) (em coautoria com Robert Fletcher, Asunción Blanco-Romero, Macià Blázquez-Salom, Ivan Murray Mas e Filka Sekulova, Alba Sud Editorial, Informes em contraste, 18, 2021); [#TourismPostCOVID19. Turistificación confinada](#) (em coedição com Ivan Murray, Alba Sud Editorial, 2021); [Precariedad laboral y viviendas de uso turístico. Alertas por una reactivación postpandemia](#) (em coautoria com Carla Izcara, Alba Sud Editorial, Informes em contraste, 16, 2021); [SESC Bertioga, donde el turismo social construye la esperanza](#) (Alba Sud Editorial, Informes em contraste, 17, 2020); [Turistificación global: perspectivas críticas en turismo](#) (coeditado com Ivan Murray, Icaria Editorial, 2019).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender o potencial do turismo comunitário urbano como forma de resistência em bairros populares e favelas de diferentes cidades do Brasil. Da mesma forma, são exploradas as tensões geradas pelas zonas de encontro entre os interesses do capital global e estas expressões de organização popular, a fim de oferecer um quadro de interpretação mais atento à complexidade deste tipo de desenvolvimento turístico. Para tanto, foram analisadas sete experiências em quatro cidades: Saber Viver no Recife; Coletivo de Mulheres do Calafate, Alagados Turismo Comunitário e QuiAl Tubarão em Salvador; Guias do Santa Marta e do Museu de Favela no Rio de Janeiro e da Comunidade Cultural Quilombaque em São Paulo. As questões de investigação para cada um destes casos foram: Quais as motivações que levaram a implementação de atividades turísticas? Que formas organizacionais a iniciativa adota? Qual o papel do turismo nas comunidades onde se desenvolve? Por sua vez, a caracterização destas iniciativas tem sido discutida em relação ao estado atual do conhecimento nas ciências sociais em torno de três dinâmicas presentes no desenvolvimento atual do turismo: as transformações que as lógicas pós-fordistas do capitalismo contemporâneo têm gerado nas formas de produção e consumo turístico; a ascensão do fenômeno do “*slum tourism*” na medida em que as dinâmicas pós-fordistas transformaram a pobreza urbana numa atração turística; e, por fim, as possibilidades de controle da atividade turística através de processos de organização coletiva em bairros marginalizados através do paradigma do turismo comunitário urbano.

Palavras-chave: Brasil; comunidades; cultura popular; Economia Social Solidária, *slum tourism*, turismo comunitário urbano.

AGRADECIMENTOS

Queremos deixar registrado nosso agradecimento a todas as pessoas das sete organizações analisadas em São Paulo, Recife, Salvador e Rio pela atenção e gentileza com que receberam nossas visitas. Queremos citar também o SESC São Paulo, que nos dias 23 e 24 de agosto de 2024 organizou um curso no Centro de Pesquisa e Formação (CPF) que nos permitiu convidar à São Paulo diversas das iniciativas analisadas e apresentar e discutir em público os resultados provisórios de nossa pesquisa. E, por fim, a Carla Izcara, pesquisadora da Alba Sud, pela cuidadosa revisão e sugestões durante todo o processo de redação do estudo. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ao apoio, por meio de bolsa e/ou recursos financeiros, indispensável à realização da pesquisa de doutorado de Aline Santos Bispo



Cachoeira. Imagem de Samba no Corpo

ÍNDICE

pág. 8	1. Introdução
pág. 11	2. Estado da arte e enquadramento teórico
pág. 11	2.1. Transformações pós-fordistas do mercado turístico
pág. 14	2.2. <i>Slum tourism</i>
pág. 21	2.3. Turismo comunitário urbano
pág. 33	3. Metodologia
pág. 38	4. Resultados
pág. 38	4.1. Saber Viver (Ilha de Deus, Recife)
pág. 47	4.2. Turismo Comunitário de Alagados (Salvador)
pág. 58	4.3. Coletivo de Mulheres do Calafate (Salvador)
pág. 70	4.4. QUIAL Tubarão (Salvador)
pág. 82	4.5. Guias de Santa Marta (Rio de Janeiro)
pág. 97	4.6. Museu da Favela (Rio de Janeiro)
pág. 108	4.7. Comunidade Cultural Quilombaque (São Paulo)
pág. 121	5. Conclusões
pág. 133	Referências

1.

INTRODUÇÃO

Em 2006, no seu famoso livro *Planet of Slums*, Mike Davis alertou para a emergência de um mundo urbano, separado dos processos de industrialização, no qual a pobreza e a superlotação em assentamentos informais tinham crescido a taxas aceleradas. A exclusão social causada pelo capitalismo contemporâneo traduziu-se numa **explosão de “cidades miseráveis”**. Nestas bases, e fazendo uma nova pirueta na sua capacidade de absorver qualquer aspecto da realidade social, a indústria do turismo tem conseguido lançar novos cenários para oferecer atrativos que pode apresentar como autênticos, reais, arriscados ou únicos. A pobreza se transformou em atração turística! Bianca Freire-Medeiros, em outro livro de referência, *Gringo na laje. Produção, circulação e consumo da favela turística* (2009), desde cedo explicou na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, como a pobreza se tornou motivo de atração turística. Desde então, sob a forma de “**slum tourism**” tem sido comercializada uma crescente oferta turística que opera sob uma lógica pós-fordista que está a transformar radicalmente as formas de produção e consumo turístico e, consequentemente, também os territórios em que isso ocorre e as suas representações.

Ao mesmo tempo, nas favelas, cidades, comunas ou, simplesmente, nos bairros populares, as suas populações tentam sobreviver e melhorar os seus ambientes, e isso implica uma luta permanente pelos recursos públicos, para fortalecer a economia popular, para se organizarem coletivamente, para enfrentarem a violência múltipla, para escaparem ao estigma e ao preconceito. Dessa forma, **nesses bairros o turismo também passou a fazer parte de uma disputa entre interesses conflitantes**. Por um lado, os da capital, que procura novos atrativos cada vez mais únicos, e, por outro, os de uma parte dos seus habitantes que procuram colocar o turismo ao seu serviço, que associam a múltiplas possibilidades. A emergência do turismo nestes espaços tem resultado num fator de instrumentalização da pobreza das suas populações e, em alguns casos, de deslocamentos e de novas violências, mas, ao mesmo tempo, é repensado como uma estratégia mais ao serviço da organização e resistência popular. Essa contradição gera tensões que dificultam a compreensão de um fenómeno complexo.

Na Alba Sud já havíamos abordado o problema do “*slum tourism*” com um relatório elaborado por Alejandra López e Carla Izcara em 2023. Nesta publicação centramos a atenção no estado da questão e nos debates que esta dinâmica gerou. Uma das lições que pudemos extrair desta pesquisa bibliográfica é que, apesar do grande número de estudos realizados, eles estão em grande parte presos num debate moral sobre as oportunidades e riscos gerados por este tipo de turismo. Da mesma forma, o principal

1.

INTRODUÇÃO

foco de atenção tem sido o visitante e a tentativa de compreender porque é que este tipo de oferta o pode atrair no quadro da teoria das mobilidades. Contudo, a partir de perspectivas críticas, a repugnância moral provocada por esta utilização da pobreza como atração turística tornou difícil prestar atenção suficiente às desigualdades de classe, gênero e raça, e reconhecer como o turismo se tornou parte de uma disputa mais ampla. Progressivamente, **nas zonas urbanas marginalizadas, os setores populares, claramente racializados e com uma forte liderança feminina, optaram por defender os seus interesses também através do turismo urbano comunitário, convertido numa pedagogia de resistência.**

O crescimento do turismo comunitário em áreas metropolitanas despertou a necessidade de entender melhor suas características.

Dado este interesse em compreender como o turismo comunitário cresceu nas grandes áreas metropolitanas da América Latina, quando era estudado como um fenômeno eminentemente rural, propusemos a necessidade de realizar pesquisas que nos ajudassem a compreender melhor suas características. Escolhemos fazer no **Brasil** porque é o país latino-americano com o maior número de iniciativas de turismo comunitário urbano. Identificamos esse destaque brasileiro tanto pela literatura acadêmica disponível, claramente mais abundante na descrição de experiências do que em outros países, quanto pela rede de pessoas que compõe a Alba Sud, presente em vários países da América Latina e do Caribe, e que atestam esse destaque. É verdade também que na abundância de casos analisados, o Brasil estava altamente concentrado nas favelas do **Rio de Janeiro**, ou que intuimos que um determinado caminho poderia ser gerado a partir de dinâmicas muito particulares que não necessariamente se reproduziam em outros contextos. Levando isso em consideração, propomos que nossa pesquisa fosse abordada em diversas cidades, a fim de delimitar contornos mais amplos que possam ser úteis para análise em outros países da região.



Rio. Imagem de Ernest Cañada

Para efeitos práticos, partimos de uma definição ampla de **turismo comunitário** que aplicamos repetidamente em contextos rurais. Assim, entendemos o turismo comunitário como um modelo de gestão da atividade turística onde a população de um determinado território, através das suas diferentes estruturas organizacionais coletivas, desempenha um papel protagonista no controle da sua concepção, execução, gestão e distribuição de benefícios e que, por sua vez, faz parte do compromisso com o bem-estar comum das suas comunidades (Cañada, 2014). Neste sentido, quisemos compreender melhor a dinâmica do turismo comunitário urbano para perceber em que medida e sob que características este se inscreveu numa disputa, colocada em termos de pedagogia de resistência dos setores populares, e que tensões específicas esta “zona de encontro” gerou com os interesses do capital global através do turismo.

Quilombaque. Imagem de Ernest Cañada



2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta investigação enquadra-se na análise de três dinâmicas presentes no desenvolvimento turístico atual: as transformações que a lógica pós-fordista do capitalismo contemporâneo tem gerado nas formas de produção e consumo turístico; a ascensão do fenômeno do “*slum tourism*” na medida em que as dinâmicas pós-fordistas transformaram a pobreza urbana numa atração turística; e, por fim, as possibilidades de controle da atividade turística através de processos de organização coletiva em bairros marginalizados através do paradigma do turismo comunitário urbano.

2.1. TRANSFORMAÇÕES PÓS-FORDISTAS DO MERCADO TURÍSTICO

O mercado turístico global foi radicalmente transformado nas últimas décadas, impulsionado por novos padrões de produção e consumo e pela aceleração das mudanças tecnológicas. A consolidação do capitalismo pós-fordista na produção e consumo de turismo causou uma explosão de novas atrações potenciais que se alinham com uma procura global fragmentada por todos os tipos de experiências singulares.

Graças ao **fordismo**, identificado desde o início do século XX com a produção em massa e o uso intensivo de economias de escala, se ampliou a capacidade de consumo de uma parte da população, desde os carros a eletrodomésticos, para incorporar também o turismo como forma de organizar parte do tempo livre das massas trabalhadoras. O capitalismo fordista tem a linha de montagem como referência simbólica central, graças à qual foi possível a generalização da produção e do consumo do mesmo tipo de produtos e serviços (Harvey, 2012). Durante décadas garantiu o controle e a integração das classes trabalhadoras, ao mesmo tempo que facilitou as possibilidades de reprodução do capital.

No entanto, como consequência da crise de 1973-1975 e, especialmente durante a década de 1980, quando o capitalismo enfrentou a impossibilidade de manter as taxas de lucro, e com um ambiente crescente de descontentamento social e perda de legitimidade como forma de organização social, deu lugar a novas formas de produção e consumo, favorecidas por sua vez pelas políticas neoliberais. Assim, cada vez mais, a dinâmica de acumulação passou a ocorrer a partir da fragmentação, separação e

2.
ESTADO DA ARTE E
ENQUADRAMENTO
TEÓRICO

diferenciação. Esta foi mais uma reviravolta na acentuação de dinâmicas já presentes no capitalismo, que historicamente tem prosperado a partir da produção da diferença.

Consequentemente, começou a se difundir um modelo de **acumulação flexível** que tentava buscar mercados especializados e efêmeros, a descentralização operacional da produção e sua dispersão espacial (Harvey, 2007). Este modelo permitiria a customização de bens e serviços, respondendo melhor à procura de nichos de mercado específicos. A relação entre fragmentação e efemeridade permitiu novas oportunidades para mercados especializados e em grande mudança. Isto fez com que as relações se tornassem temporárias e pragmáticas, sem garantias de longo prazo, constituindo “partes intercambiáveis de uma grande fábrica” (Fisher, 2022: 63). A incerteza e a instabilidade tomam conta das relações de produção e também de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, conseguiram satisfazer “prazeres compensatórios” na vida cotidiana que estavam vigorosamente ligados aos processos de acumulação, mais do que o capitalismo industrial poderia fazer, o que limitava as possibilidades de criação (Harvey, 2007). Desta forma, **a reprodução do capital esteve associada a novas fronteiras de mercantilização da vida cotidiana**, e com muito destaque no domínio da cultura, do lazer e do turismo, graças às quais o capitalismo recuperou a sua capacidade de legitimação e integração social.

No modelo fordista, o turismo foi estruturado por meio de pacotes turísticos padronizados, com passeios organizados, voos charter e resorts com tudo incluso como elementos-chave. As cadeias hoteleiras transnacionais e grandes operadores dominaram o mercado. Contudo, sob a nova lógica pós-fordista, **surgiram viagens mais personalizadas**, adaptadas aos interesses específicos de cada consumidor. Em termos produtivos, isto traduziu-se, por um lado, na desintegração vertical das



Comuna 13 Medellín. Imagem de Carla Izcara

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

empresas, procurando externalizar funções não estratégicas, e na imposição de políticas de flexibilidade laboral, e, por outro, na segmentação do mercado e na diferenciação de produtos (Ioannides e Debbage, 1997). Por exemplo, para garantir este processo de adaptação a diferentes nichos de mercado, uma mesma cadeia hoteleira pode criar diferentes marcas para linhas de hotéis que sirvam necessidades e gostos cada vez mais segmentados. A transformação destes modelos produtivos não se deu na forma de substituição de um por outro de forma mecânica, mas antes dá lugar a um amplo leque de experiências que, dependendo dos territórios, expressam maior ou menor intensidade numa convivência dinâmica (Ivars, 2001).

Mas este processo vai cada vez mais além, especialmente depois da crise de 2008 e da dinâmica do turismo global que ocorreu como forma de resolver os problemas de reprodução do capital (Cañada e Murray, 2019). As mudanças tecnológicas e os fortes processos financeiros do setor facilitam a sua expansão num crescimento que não tem sido apenas quantitativo, mas também qualitativamente diferente, na medida em que o turismo já não está presente apenas em espaços limitados concebidos para o seu desenvolvimento. Assim, **o turismo sai dos seus espaços tradicionais e transforma qualquer lugar e situação em atração comercial**: a produção de alimentos, o cotidiano nas cidades, os lugares que desaparecerão devido às alterações climáticas, os territórios utilizados como cenários de literatura, cinema ou morte, a pobreza, entre outros.

Além disso, surgem novos atores, através de estruturas de negócios de plataforma que não requerem grandes ativos imobilizados (asset-light), e se beneficiam da utilização de infraestruturas pré-existent (Murray e Cañada, 2021). É o caso, por exemplo, de empresas como a Airbnb, fundada em 2008, que pode ter uma enorme planta global de hospedagem, sem que esta seja sua propriedade, e também a tem distribuída tanto em locais tradicionalmente turísticos como noutros onde não havia qualquer relação anterior. Graças aos avanços tecnológicos, os turistas adquirem um papel maior e assumem tarefas e responsabilidades anteriormente atribuídas às empresas, gerando uma nova ilusão sobre as suas renovadas capacidades de tomada de decisão e como a economia se reestrutura em torno delas (Urry e Larsen, 2011): fazer a compra direta de bilhetes; colocar as etiquetas na sua mala no aeroporto; fazer check-in diretamente no meio de hospedagem sem necessidade de passar pela recepção; entrar em contato com diferentes provedores de serviços em qualquer lugar; avaliar os serviços e guiar-se pelas recomendações feitas por usuários anteriores; ou upload de fotografias nas redes sociais que moldam a imagem de um destino turístico. A personalização e adaptação em grande escala geram um mercado fortemente segmentado de experiências individualizadas, no qual o valor da comunicação ganha cada vez mais peso (Urry e Larsen, 2011).

A personalização e adaptação em larga escala geram um mercado altamente segmentado de experiências individualizadas nas quais o valor da comunicação ganha cada vez mais peso.

Neste contexto, os grandes agentes turísticos que dominam o setor – cadeias hoteleiras, grandes operadores turísticos, plataformas, companhias aéreas e empresas de cruzeiro, entre outros – necessitam complementar a sua oferta com muito mais experiências particulares e diferenciadas, com as quais possam estabelecer diferentes

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

tipos de relações. Por esta razão, as exigências de criação de novos produtos e experiências turísticas são permanentes e, por natureza, nunca suficientemente satisfeitas. No campo cultural, esta transição do fordismo para o pós-fordismo exprime-se graficamente na forma como nos referimos às nossas férias: antes o nosso acesso ao turismo era uma oportunidade para sermos iguais às outras pessoas, expresso coloquialmente na forma de “eu também fui”, agora torna-se um mecanismo de distinção e prestígio através da diferenciação, ou “olha o que eu fiz”.

É neste quadro de transformações estruturais que deve situar-se o crescimento de um conjunto de novas procuras e ofertas turísticas. Entre eles, a pobreza deverá ser localizada como atração turística e os espaços urbanos em áreas marginalizadas como novos cenários turísticos.

2.2. **SLUM TOURISM**

No início da década de 1990, a descoberta do potencial da pobreza como atração turística favoreceu o surgimento do fenómeno do *slum tourism* em algumas grandes cidades do Sul Global, como Rio de Janeiro, Mumbai, Joanesburgo e Cidade do Cabo. Os termos utilizados para se referir a estes espaços variam entre países; além de **slums**, também são conhecidas como **townships** na África do Sul, **favelas** no Brasil, **comunas** na Colômbia ou **vilas** na Argentina (Korstanje e Cisneros, 2017; Koens e Thomas, 2016).



Rio de Janeiro. Imagem de Ernest Cañada

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Na perspectiva do desenvolvimento urbano, esses assentamentos precarizados têm se destacado pelo seu papel histórico no acolhimento da população migrante nas grandes áreas metropolitanas (Yagi e Frenzel, 2022). Entre 1950 e 2005, a proporção da população urbana na América Latina e Caribe aumentou de 41,9% para 77,6%, ultrapassando assim os níveis europeus (Quesada, 2006). Este crescimento urbano foi o resultado tanto da migração interna, das áreas rurais para as cidades, como do movimento de pessoas entre países vizinhos. Sem planejamento e infraestrutura de acolhimento necessária, sucessivas ondas de migração provocaram um **processo de urbanização desordenado e segregado**. A consolidação das políticas neoliberais a partir da década de 1980, que priorizaram o pagamento da dívida externa em detrimento de outras necessidades, deixou ainda mais sem recursos os estados que não investiram o que seria necessário para enfrentar os desafios das transformações urbanas em curso. Consequentemente, essa dinâmica urbana tornou-se um fator central na configuração das sociedades latino-americanas, com **forte segregação social e espacial**, nas quais se acumulavam espaços auto construídos, com pouca conexão e carentes de serviços e infraestrutura adequados (Gorelik, 2022; Romero, 2001). Assim, a “explosão urbana” ocorrida após a Segunda Guerra Mundial em muitos países do Sul Global, especialmente na América Latina, gerou um modelo urbano massificado e fragmentado.

A caracterização de cada um dos slums, favelas ou vilas depende de fatores geográficos, socioespaciais e históricos específicos e, portanto, estão sujeitas a uma ampla variedade de condições (Hoogendoorn e Giddy, 2017). A ONU Habitat caracteriza-os como **sendo densamente povoados, com acesso insuficiente à água, saneamento, infraestruturas e habitação, bem como sofrendo de elevados níveis de insegurança** (United Nations Habitat, 2003). Nessas condições precarizadas, são áreas também marcadas por **estereótipos negativos** que dificultam a vida dos seus habitantes (Fernandes et al., 2019).

O fenômeno do *slum tourism* não pode ser compreendido sem considerar o processo de urbanização que dá origem a esses cenários.

Desta forma, o fenômeno do **slum tourism** não pode ser compreendido sem considerar o processo de urbanização que dá origem a estes cenários (Frenzel et al., 2015). Sob esta designação identificam-se principalmente **rotas turísticas em zonas empobrecidas, onde o interesse se centra no ambiente e na sua história, com particular ênfase na pobreza e na marginalidade** (Freire-Medeiros, 2014; Frenzel et al., 2015). Esses

itinerários também abordam aspectos como cultura popular, estética e violência (Dürr et al., 2020), bem como os conflitos sociais em que estão imersos os habitantes dessas áreas (Hoogendoorn et al., 2019). Desta forma, estes espaços tornaram-se destinos turísticos reconhecidos e marcas globais associadas à procura de autenticidade e exotismo (Freire-Medeiros, 2014). Em poucos anos tornou-se um campo de estudo prolífico que deu origem a uma literatura abundante (López e Izcarra, 2023).

Sua popularidade crescente tem sido favorecida por produtos culturais de massa, como os filmes Cidade de Deus (2002) no Brasil, que mostra a favela como um lugar de violência, mas também destaca sua singularidade e atratividade (DeAraujo et al. (2018;

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Törnberg e Uitermark, 2022) ou Quem Quer Ser um Milionário? (2008) nas favelas da Índia (Booyens e Rogerson, 2019). A história do traficante de drogas colombiano Pablo Escobar transformou o bairro Moravia em Medellín em uma atração turística através de vários filmes e séries (Herrero Amo et al., 2019). Mais recentemente, esse interesse foi reforçado através das redes sociais (Törnberg e Uitermark, 2022), que chegaram a popularizar lugares como a Comuna 13 em Medellín, a ponto de ter um problema diário de gestão de fluxos de visitantes. Contudo, este fenômeno não é completamente novo; já desde meados do século XIX, em diversas cidades industriais como Paris, Londres e Nova Iorque, setores das elites locais organizaram visitas aos bairros mais empobrecidos como forma de entretenimento e aquisição de conhecimento, mas também por interesse na pobreza e na filantropia (Frenzel et al., 2015; Dürr et al., 2020; Sloan e outros, 2015). Contudo, a sua recente expansão no Sul Global está ligada à **procura de uma oferta que permita experiências únicas, consideradas mais autênticas e reais, distantes dos circuitos tradicionais do turismo de massa** (Auala et al., 2019; Frenzel e Blakeman, 2015; DeAraujo et al., 2018) num contexto valorizado como exótico (Fernandes et al., 2019), desconhecido e arriscado. (Törnberg e Uitermark, 2022) em torno da pobreza, da marginalidade e que estimulariam a vivência de emoções fortes (Frenzel et al., 2015), além da possibilidade de vivenciar uma certa ideia de declínio social (Booyens e Rogerson, 2019; Griffin e Muldoon, 2020). Assim, estes espaços apresentam-se de forma contraditória: ao mesmo tempo que se apresentam como fascinantes e autênticos, geram medo pela sua associação à violência e à insegurança (Freire-Medeiros, 2014), mas não o suficiente para descartar uma visita. E é precisamente esta ambivalência na sua representação que reforça o seu atrativo turístico.

Para a população local,
as favelas são lugares
estigmatizados e de pouco
interesse turístico.

A oferta de *slum tourism* é predominantemente orientada para visitantes estrangeiros. Para a população local, os bairros populares são locais estigmatizados e de pouco interesse turístico, enquanto para visitantes de outros países e contextos culturais poderiam ser mais distantes, exóticos e atrativos (Agus e Indra, 2018; Chili e Mabaso, 2016; Fernandes et al., 2019; Giddy e Hoogendoorn, 2018; Hoogendoorn et al., 2019).

As estruturas organizacionais dos **operadores turísticos de favelas apresentam uma diversidade considerável, variando desde grandes empresas com numerosos funcionários até pequenas iniciativas e também guias independentes** (Frenzel e Blakeman, 2015; Frenzel et al., 2015; Koens e Thomas, 2016). Em muitos casos, a oferta teria sido iniciada por empresários locais. No entanto, ao aumentar o potencial comercial, as iniciativas externas, com maior conhecimento e canais para atrair clientes, reforçaram a sua presença, deslocando muitos atores locais de menor tamanho (Angelini, 2019; Chili e Mabaso, 2016; Giddy e Hoogendoorn, 2018). Essa predominância de grandes empresas cresce proporcionalmente ao volume de turistas que chegam a esses destinos (Frenzel et al., 2015). No caso dos townships sul-africanos, identificou-se que, embora fossem inicialmente geridos por operadores locais, desde o início dos anos 2000, cinco grandes operadores externos passaram a controlar entre 80% e 90% do mercado, enquanto os pequenos operadores locais competiam pelo resto dos visitantes (Koens e Thomas, 2015). Embora os passeios sejam operados

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O slum tourism oferece principalmente passeios guiados por áreas consideradas marginalizadas e estigmatizadas.

por atores externos, com frequência, as empresas que os promovem estabelecem ligações com iniciativas de desenvolvimento local. Isto permite-lhes ter âncoras sociais no território, ao mesmo tempo que tentam dotar-se de uma certa legitimidade na medida em que geram receitas para diferentes projetos e iniciativas sociais (Angelini, 2019; Booyens e Rogerson, 2019; Frenzel, 2017).

A oferta de *slum tourism* concentra-se principalmente em visitas guiadas por áreas consideradas marginais e estigmatizadas, comumente associadas a um certo nível de risco. Estes passeios permitem aos visitantes explorar ruas e espaços geralmente restritos a pessoas fora da comunidade com certas garantias de segurança (Hoogendoorn e Giddy, 2017). Além disso, oferecem atividades como visitas a oficinas de artesanato, experiências gastronômicas e apreciação de recursos artísticos como murais ou demonstrações de dança (Angelini, 2019; Frenzel et al., 2015; Giddy e Hoogendoorn, 2017, 2018; Sloan et al., 2015). Embora às vezes exista a opção de hospedagem, esta é uma prática incomum. Os passeios costumam durar entre duas e três horas, e são realizados principalmente em pequenos grupos acompanhados por guias, que em alguns casos utilizam veículos próprios de diversos portes, enquanto em outros preferem levar os visitantes a pé (Fernandes et al., 2019; Rompu, 2019). Os operadores dispõem de vários tipos de passeios, mas também costumam adaptá-los de acordo com os interesses específicos dos visitantes (Frenzel e Blakeman, 2015; Frenzel et al., 2015). Nestes passeios **a figura do guia é considerada fundamental**. Além de garantir o acesso e garantir a segurança contra possíveis riscos, constrói uma história que ajuda a interpretar o que está sendo visto e atua como mediador entre os visitantes e



Favela de Pavão (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada



Barrio Uruguay (Salvador). Imagem de Ernest Cañada

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

a comunidade (Angelini, 2019; Dürr et al., 2020; Frenzel et al., 2015; Rompu, 2019). A narrativa que facilita a visita pode ser variada e sujeita a diversas interpretações, dependendo do contexto e do papel político atribuído. Por um lado, esta narrativa é considerada excessivamente politizada (Booyens e Rogerson, 2019), mas, por outro lado, também foi avaliado que pode contribuir para a despolitização (Henry, 2020) ou promover um discurso individualista liberal que ignora as causas estruturais da pobreza (Dürr et al., 2020).

O impacto desses passeios na economia local é pequeno. Embora contribua para a geração de oportunidades econômicas e rendimentos, através da doação de uma porcentagem do custo do passeio a iniciativas locais, da criação de emprego local e da promoção de negócios dentro das favelas (Frenzel et al., 2015; Auala et al., 2019), os seus efeitos parecem limitados. Os impactos negativos predominam na literatura acadêmica, na qual a exploração econômica da comunidade tem sido destacada, uma vez que os benefícios tendem a se concentrar nos operadores e não nos residentes (Booyens e Rogerson, 2018; Dürr et al., 2020; Freire-Medeiros, 2014). Além disso, esta prática pode intensificar as desigualdades internas e perpetuar a marginalização (Chili e Mabaso, 2016; Korstanje e Cisneros, 2017). Em termos gerais, a experiência nestes passeios contribuiria para a difusão de imagens e estereótipos que consolidam uma visão de pobreza e marginalização urbana que perpetua uma imagem estigmatizante que transforma a pobreza num espetáculo (Freire-Medeiros, 2014).



Comuna 13 Medellín. Imagem de Carla Izcarra

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O **turismo em assentamentos precarizados**, como *slums* ou favelas, tem sido analisado de forma destacada à luz da **teoria das mobilidades**, que ressalta a centralidade que os movimentos de pessoas, idéias, objetos e dados adquirem na configuração do mundo atual. A partir dessa teoria, os deslocamentos são considerados não apenas como atos físicos, mas como processos que integram aspectos materiais e simbólicos (Urry, 2002, 2007). De acordo com o paradigma das novas mobilidades, o turismo representaria uma forma de mobilidade complexa em que destinos e experiências são organizados através de uma rede global de fluxos e conexões (Sheller e Urry, 2006). Assim, os locais turísticos seriam constantemente reinventados para captar a atenção dos turistas e através das “performances” entre turistas e residentes, os destinos seriam continuamente cocriados (Allis et al., 2020). Nessa perspectiva, o turismo em favelas deveria ser entendido como parte dos fluxos globais de pessoas como uma forma de troca de imaginários e narrativas sobre pobreza, desigualdade e autenticidade cultural e, portanto, adquiriria o caráter de um “lugar de jogo” onde diferentes tipos de vida e culturas podem ser vivenciados (Allis et al., 2020).

A pesquisa de Bianca Freire-Medeiros nas favelas do Rio de Janeiro, especialmente na **Rocinha**, revela como esses movimentos turísticos, além do simples trânsito físico dos visitantes, têm facilitado a disseminação de imagens, discursos e estereótipos sobre as favelas e seus moradores, transformando essas comunidades em uma “marca” reconhecida mundialmente. As favelas, transformadas em destinos turísticos, integram-se em circuitos globais de mobilidade de pessoas, imagens, narrativas e capitais, e transformam-se em objetos de consumo cultural que respondem a uma procura internacional em busca de experiências autênticas e exóticas. A teoria das mobilidades permite a Freire-Medeiros analisar como estes fluxos afetam tanto os visitantes, que procuram uma experiência “genuína” de marginalidade, como os residentes, que veem os seus espaços cotidianos convertidos em cenários de consumo externo. Além disso, este marco teórico facilita a análise das desigualdades no acesso à mobilidade: embora os turistas possam circular livremente e “entrar e sair” destes locais, os habitantes das favelas enfrentam frequentemente restrições significativas na sua própria mobilidade devido a limitações econômicas, sociais e políticas. Esta assimetria no acesso à mobilidade realça a dinâmica de poder subjacente ao *slum tourism*, onde a mobilidade dos visitantes é apoiada por privilégios e capital, enquanto a dos residentes é restrita e controlada (Freire-Medeiros, 2014).

Este tipo de atividade tem recebido **fortes críticas do ponto de vista ético** devido à sua controversa combinação de entretenimento e pobreza (Agus e Indra, 2018). Questionamentos comuns apontam que isso transforma a pobreza em uma mercadoria e a estetiza (Booyens e Rogerson, 2019), o que reflete uma “mercantilização capitalista” onde o sofrimento se torna apenas mais um produto (Henry, 2020; Törnberg e Uitermark, 2022). O turismo em favelas mercantiliza a pobreza, projetando uma imagem exotizada de “alteridade” e gerando um fascínio cosmopolita pela pobreza como algo autêntico (Törnberg e Uitermark, 2021). Mas esta idealização normaliza e despolitiza a miséria, ignorando as desigualdades estruturais que mantêm estes espaços (Nisbett, 2017).

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta prática é muitas vezes considerada degradante e voyeurística, comparando-a a safaris ou espetáculos de miséria (Frenzel, 2017; Giddy e Hoogendoorn, 2018). Além disso, alguns vêem-na como uma expressão etnocêntrica e colonialista, apresentando a comunidade como passiva e dependente (Griffin e Muroon, 2020; Nisbett, 2017). A predominância de operadores fora das comunidades reforçaria a percepção de exploração associada ao *slum tourism*. Este questionamento torna-se mais agudo quando as operadoras não possuem vínculos onde realizam suas atividades (Frenzel, 2017). No entanto, também foi destacada uma leitura mais positiva que enfatiza os potenciais benefícios do turismo em comunidades desfavorecidas, especialmente em termos de geração de renda e desenvolvimento comunitário (Frenzel, 2017) e por contribuir para a redução da pobreza (Auala et al., 2019).

Nos *reality tours* a pobreza e a vida em assentamentos marginalizados são transformados em um produto de consumo turístico.

A consolidação do *slum tourism* tem ocorrido paralelamente a outras formas de atividade turística que ocorrem no mesmo tipo de assentamentos precarizados e nos quais a relação com a pobreza também está presente. Assim, identifica-se uma tendência global que tem levado ao surgimento de **reality tours**, onde a pobreza e a vida em assentamentos marginais são convertidas em produtos de consumo turístico (Freire-Medeiros, 2014). Neste sentido, o **turismo de voluntariado** parece motivado pelo interesse em ajudar a aliviar os efeitos da pobreza, embora muitas vezes entrem em jogo outros elementos que têm mais a ver com os interesses particulares das pessoas que praticam este tipo de atividade (Salvador, 2020, 2023). Dadas as questões éticas, e o desconforto que atuar como turista neste tipo de ambiente pode gerar entre determinadas pessoas, o turismo voluntário, que confere um papel específico que justifica a sua presença, surgiria como uma forma mais “legítima” de estar ali e, portanto, tornar a experiência mais autêntica (Auala et al., 2019). Da mesma forma, tem sido associado ao **dark tourism**, ou seja, a visitas a locais caracterizados pela morte e pelo sofrimento. Esta ligação ocorre na medida em que, por vezes, estes eventos podem estar ocorrendo neste mesmo tipo de espaços (Frenzel et al., 2015), embora também tenha sido argumentado que ambos os fenômenos não são completamente comparáveis ou equiparáveis (Privitera, 2015).

Por fim, vale a pena destacar como a diversidade também tem sido destacada nas formas como este tipo de visitas pode ser organizado. Assim, Anne-Marie Broudehoux, a partir da análise do turismo nas favelas do Rio de Janeiro, propõe uma **tipologia das diferentes estruturas empresariais nelas presentes**: iniciativas privadas com fins de luxo; iniciativas comunitárias sem fins lucrativos; empresas locais com fins lucrativos e iniciativas estatais, como projetos de teleféricos e programas de guias locais (Broudehoux, 2017). Com base nesta distinção, identifica-se como o impacto e os benefícios que cada uma destas estruturas podem variar significativamente. Portanto, o debate não se concentra mais na avaliação geral de um determinado tipo de atividade em espaços como as favelas, mas no tipo de estrutura empresarial e nos efeitos diferenciados que ela poderia causar. Neste contexto, **surge o interesse por formas de gestão coletiva da oferta turística neste tipo de aglomerados**, através das quais os seus habitantes tentam controlar este tipo de visitas, impor regras que

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

regulem a presença do turismo, a forma como são apresentados e aumentem os seus benefícios. Esta oferta organiza-se sob a lógica do turismo comunitário urbano e parece estar a emergir fortemente numa diversidade de grandes cidades.

2.3. TURISMO COMUNITÁRIO URBANO

A literatura acadêmica sobre turismo comunitário urbano é muito menor em quantidade do que aquela que analisa essa mesma forma de gestão em áreas rurais. Da mesma forma, nos estudos sobre *slum tourism* também é uma dimensão menos abordada. Até certo ponto, o turismo comunitário urbano ainda não é um campo de estudo claramente desenvolvido. Nas pesquisas sobre experiências turísticas em favelas ou áreas urbanas marginalizadas, são encontradas referências a iniciativas baseadas na gestão comunitária misturadas com muitas outras privadas com fins lucrativos. Esta falta de diferenciação explícita faz com que, por vezes, o termo turismo comunitário urbano seja utilizado para se referir a experiências que simplesmente ocorrem dentro das comunidades urbanas, sem estabelecer diferenças claras com base nas estruturas de propriedade e nos modelos de gestão que permitiriam a sua localização como tal (Lo e Janta, 2022). Isto exige um certo exercício de análise detalhada e seleção dos casos a ter em conta. Por outro lado, há um claro predomínio na literatura de estudos de caso que se referem ao **Brasil**, com claro destaque das **favelas do Rio de Janeiro**, embora não exclusivamente. No âmbito latino-americano, onde vamos nos concentrar principalmente, os outros países



Rio de Janeiro. Imagem de Ernest Cañada

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

onde há pesquisas sobre este tipo de iniciativas são Argentina, Colômbia e Chile, embora em termos quantitativos a produção gerada seja significativamente menor.

A partir da análise da literatura disponível é possível identificar determinados temas e debates que têm recebido maior atenção ou que abrem perspectivas de especial interesse. Destacamos também alguns aspectos destas investigações que nos permitirão uma posterior ligação com os casos que analisamos neste informe. Provavelmente, **a principal discussão que tem surgido nos estudos sobre o turismo comunitário urbano é a diferença entre esta forma de gestão e outros, principalmente privados com fins lucrativos, e a explicação do porquê de ter um impacto mais positivo na população local.** A pesquisa pioneira de Spampinato em 2009 destacou que, dos diferentes tipos de iniciativas que praticavam o turismo nas favelas do Rio de Janeiro, as mais positivas para a população local eram as que possuíam gestão comunitária. Nelas, as comunidades assumem um papel ativo na concepção e gestão das iniciativas turísticas, e esse papel contribui para a formação dos moradores e para o fortalecimento da coesão social. Embora também tenha sido alertado que a sua sustentabilidade depende de uma distribuição equitativa dos benefícios e da capacidade das comunidades manterem o controle sobre os projetos.

Anteriormente, já destacamos a tipologia desenvolvida por Anne-Marie Broudehoux (2017), na qual identificou quatro diferentes formas de gestão do turismo nas favelas do Rio de Janeiro, o que reforçaria esse argumento de Spampinato. Segundo a pesquisadora, **a presença do turismo nas favelas pode se tornar ao mesmo tempo uma ameaça e uma oportunidade.** Assim, pode acentuar os processos de gentrificação e segregação socioespacial, mas também promover a inclusão e o

“As iniciativas de turismo comunitário priorizam a participação ativa da população residente, evitam a objetificação da pobreza e garantem que os benefícios econômicos cheguem à comunidade.”

desenvolvimento econômico. A chave seria que as iniciativas turísticas envolvessem as comunidades e respeitassem a sua privacidade e dignidade. Nesse sentido, ele dá como exemplos de gestão comunitária adequada o Museu de Favela do Pavão-Pavãozinho e os roteiros comunitários das favelas da Babilônia-Chapéu Mangueira.

Van Rompu (2019), que analisa o turismo nas favelas da Rocinha, Santa Marta e Cantagalo, considera que as iniciativas de turismo comunitário diferem das práticas de turismo explorador, que ele equipara a um “safári”, por priorizarem a participação ativa da população residente, evitando a reificação da pobreza e garantindo que os benefícios econômicos cheguem à comunidade. Embora muitas visitas sejam organizadas por empresas externas, iniciativas lideradas por moradores locais surgiram como uma alternativa que busca beneficiar diretamente as comunidades. Estas iniciativas caracterizam-se por envolver guias locais, oferecer passeios a pé e reinvestir em projetos comunitários. Nos casos estudados, destaca-se que **a gestão comunitária teve um impacto material significativo, pois gera renda para o comércio local e apoio a projetos sociais.** Por exemplo, algumas empresas de turismo reinvestem os seus lucros em projetos como escolas, oficinas de graffiti e hortas comunitárias. Além disso, essas visitas promovem o orgulho e a autoestima dos moradores, mostrando aos visitantes os aspectos positivos de sua comunidade.

2.
ESTADO DA ARTE E
ENQUADRAMENTO
TEÓRICO

Desta forma, **parece haver um amplo consenso de que as formas de gestão comunitária favorecem mais a população residente e reduzem os riscos associados ao desenvolvimento do turismo as que não tem suficientemente em conta ou que, simplesmente, as utiliza.** Essa perspectiva foi reforçada por diversos estudos de caso em diferentes favelas do Rio de Janeiro. Freire-Medeiros et al. (2013) identificam, a partir da favela Santa Marta, que a diferença no desenho dos passeios e na forma como as paradas são concebidas durante o passeio entre guias locais e externos, faz com que os gastos dos turistas sejam maiores com os primeiros do que com os demais. De Oliveira (2014), após destacar a contradição entre o turismo comunitário e o “tour pela favela”, destacou que as formas de organização comunitária tendem a ter impactos mais positivos por estimularem a participação local e isso lhes permite apropriar-se dos benefícios e fortalecer sua identidade coletiva. Rodríguez da Silva et al. (2014) analisaram o Favela Inn Hostel, de propriedade de uma família residente na comunidade Chapéu Mangueira, Rio de Janeiro, e destacaram que, diferentemente de outros modelos, o turismo comunitário é uma alternativa para gerar emprego, renda e promover o desenvolvimento sustentável, destacando-se pela ênfase na participação comunitária, na preservação da identidade cultural e na integração socioambiental. A pousada gera renda direta e indireta para a comunidade. Por exemplo, os produtos são adquiridos de comerciantes locais e mão de obra comunitária é contratada para eventos e manutenção. Por sua vez, Ferreira (2015) destacou que o desenvolvimento do turismo na favela de Santa Marta, no Rio de Janeiro, tornou-se um meio de gerar renda, fortalecer a identidade local, resgatar a narrativa do espaço e promover a coesão comunitária. Miranda (2015) focou sua pesquisa na favela do Vidigal, também no Rio de Janeiro. Ela considera que o seu desenvolvimento turístico faz parte do processo de turistificação que vem sendo vivido nas favelas do Rio de Janeiro nos últimos anos e que este tem um caráter duplo, com impactos positivos e desafios, como o aumento dos preços, o deslocamento da população local e mudanças na estrutura social. Mas ressalta que os processos comunitários costumam compensar estes impactos, gerando dinâmicas



Vista do Rio de Janeiro desde o Santa Marta. Imagem de Ernest Cañada

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

mais positivas para a população local. Dias Mano et al. (2017), que analisaram o grupo de guias da favela Santa Marta, chegaram à mesma conclusão e consideraram que a chave para o sucesso do turismo comunitário é a participação da população local e que alternativas de turismo baseadas no empoderamento e protagonismo dos moradores podem transformar o turismo em bairros marginais em algo mais comprometido socialmente. Nesse sentido, destaca que no Santa Marta houve maior empoderamento comunitário, geração de emprego e renda e melhoria do sentimento de pertencimento.

Por sua vez, Fagerlande (2020), que também analisa as favelas de Santa Marta e Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, considerou que graças ao turismo comunitário urbano, a participação dos moradores no turismo tem sido estimulada, o que tem resultado na geração de renda e no fortalecimento da identidade local. No entanto, introduz um novo elemento de valorização nestas análises ao considerar que **o turismo comunitário urbano não é apenas mais benéfico para a população local, mas também é mais resiliente frente a uma queda no financiamento público ou a situações críticas imprevistas**. Esta virtude explica-se pelas suas raízes comunitárias; pelo desenvolvimento de uma economia baseada em redes locais, com diversificação de atividades; possuir maior flexibilidade operacional; adaptar-se melhor à deterioração das infraestruturas. Essas características contrastam com os empreendimentos externos, mais dependentes de condições favoráveis de segurança, manutenção da infraestrutura pública e continuidade dos fluxos turísticos. A experiência do fim da política de “pacificação” nas favelas do Rio de Janeiro foi especialmente perceptível neste tipo de iniciativas, que tinham menos capacidade de adaptação e diversificação diante de um contexto de crise, mais do que nas iniciativas comunitárias.

Fora da dinâmica das favelas do Rio de Janeiro, há exemplos semelhantes no Brasil que mostram uma diferença significativa nos impactos gerados pelas formas de gestão comunitária em relação a outros tipos de modalidades. Silva e Araújo (2018)



Recife. Imagem de Ernest Cañada

2.
ESTADO DA ARTE E
ENQUADRAMENTO
TEÓRICO

O turismo de base comunitária se apresenta como um modelo que prioriza a participação local na gestão e no desenho dos produtos turísticos e dos benefícios obtidos com a atividade.

analisam o impacto que o desenvolvimento do turismo teve na Ilha de Deus, no Recife, sob gestão comunitária promovida pela ONG local Saber Viver. Segundo as autoras, o turismo comunitário apresenta-se como um modelo que prioriza a participação local na gestão, concepção dos produtos turísticos e nos benefícios obtidos pela atividade.

Neste caso específico, destacam-se as capacidades da comunidade para manter a autonomia e a resistência das suas propostas, mesmo que tenham que se relacionar com o mercado capitalista. Por seu lado, Oliveira (2019) considera que enquanto o turismo convencional gera muitas vezes exclusão e mercantiliza a cultura local, na Ilha de Deus, a atividade se baseia na participação da população residente no planejamento e gestão das atividades turísticas, o que fortalece a coesão social, contribui para o empoderamento social e econômico, preserva as tradições e melhora a autoestima coletiva e fortalece a identidade comunitária.

Diferentes experiências analisadas em outros países latino-americanos reforçam esta diferenciação entre turismo comunitário e outras formas de turismo em comunidades urbanas, e suas implicações para a população local. Em Buenos Aires, Argentina, com base nos casos do bairro Mugica-Villa 31 e do bairro Rodrigo Bueno, González Bracco et al. (2023) diferenciam conceitualmente o fenômeno do *slum tourism*, entendido como um modelo que faz da pobreza um atrativo turístico, do turismo comunitário urbano, que se baseia na vontade de transformar a percepção dos bairros populares, destacando seus aspectos culturais, históricos e produtivos. No bairro Egipto de Bogotá, Colômbia, Ferrari (2021) insiste na mesma ideia da capacidade transformadora da gestão comunitária do turismo. Neste caso, as artes visuais e as memórias orais de bairros estigmatizados e marcados pela violência tornam-se recursos turísticos que, através da participação da população local, constroem alternativas às “geografias violentadas” e constroem espaços de inclusão social e redução da violência.

No caso de Santiago do Chile, Parker e Moreno (2015) destacam como o desenvolvimento do turismo comunitário urbano tem sido baseado na identidade indígena. As comunidades indígenas começam a transferir as suas tradições culturais para um contexto urbano, criando um novo paradigma do turismo. Esta abordagem enfatiza a autoafirmação da identidade e a participação das comunidades na gestão dos seus próprios projetos turísticos. Neste modelo, não se trata apenas de exibir elementos culturais, mas sim de garantir que as comunidades tenham controle sobre a gestão e direção dessas atividades. Estas iniciativas, além de facilitarem a atividade turística, também fortalecem as identidades culturais das comunidades envolvidas.

Em suma, parece que **um primeiro grande consenso na literatura sobre turismo comunitário urbano é que esta é considerada a forma mais benéfica para as populações locais, ao contrário de outras modalidades**. Mtapuri e Giampiccoli (2020), que num artigo de âmbito teórico definem o turismo comunitário urbano como uma forma de turismo controlado, gerido e dirigido por membros de comunidades urbanas desfavorecidas, concebido para beneficiá-los diretamente, consideram que este modelo de gestão **tem grande potencial para transformar comunidades urbanas**

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO



Comuna 13 Medellín. Imagem de Carla Izcarra

desfavorecidas, melhorar a sua qualidade de vida e promover maior equidade nas cidades. No entanto, isso só seria possível se mantivesse princípios como justiça social, equidade e empoderamento comunitário.

Quanto às **motivações** que poderiam ter impulsionado o desenvolvimento de experiências de turismo comunitário, não está claramente **formulada na literatura uma hipótese se poderia derivar de uma reação de desconforto devido à entrada de agentes turísticos externos nas favelas.** Contudo, os estudos de Ferreira (2015) e Angeli (2019) na favela Santa Marta destacariam essa motivação neste caso específico, mas não parece claro que ela possa ser generalizada.

Outro consenso notável é que **seu principal instrumento de desenvolvimento não é tanto a hospedagem**, como tem acontecido nas áreas rurais, embora possa ocorrer ocasionalmente, como no caso do Hostel Favela Inn, na comunidade do Chapéu Mangueira Bairro de Leme, no Rio de Janeiro (Rodríguez da Silva et al., 2014), **mas sim um conjunto de recursos que permitem a imersão de quem os visita e a geração de conhecimento nessas áreas.** Entre os principais instrumentos destacam-se os roteiros (Allis et al., 2022; Broudehous, 2017); museus territoriais (Allis et al., 2022; Broudehous, 2017); expressões artísticas ligadas ao muralismo (Ferrari, 2021; González Bracco, 2023) e à cultura produzida nas periferias (Allis et al., 2022); oficinas artísticas com participação de visitantes (Broudehous, 2017); as narrativas em primeira pessoa dos residentes nessas comunidades (Ferrari, 2021); convivência e apoio nas atividades produtivas e gastronômicas (Oliveira, 2019); a realização de atividades culturais e cerimoniais abertas ao público (Parker e Moreno, 2015).

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O tema do **muralismo a céu aberto**, que se repete como recurso visitável em inúmeras favelas e bairros populares, adquiriu um significado polêmico, para o qual alerta González Bracco (2023). Segundo a autora argentina, que centra a sua investigação em diversas experiências de Buenos Aires, o muralismo evidencia a tensão que se gera em torno destas expressões artísticas entre os interesses do capital e das instituições públicas ao seu serviço, por um lado, e os das comunidades, por outro. Os murais adquirem um significado contraditório e podem se tornar fonte de disputa. Atuam como ferramentas para ressignificar espaços estigmatizados, iluminando áreas marginalizadas e promovendo novas narrativas sobre esses lugares. Eles não apenas embelezam suas ruas, mas também articulam memórias coletivas e disputam o controle simbólico e material do território. No entanto, também podem tornar-se poderosas atrações turísticas geridas de forma privada e sem coordenação comunitária, que privilegiam a lógica do mercado em detrimento das necessidades e direitos das suas populações.

Uma discussão menos difundida, mas relevante para compreender a lógica que opera na implementação deste tipo de propostas, é **quais as diferenças que os espaços urbanos teriam para o desenvolvimento do turismo comunitário em comparação com os rurais**, nos quais se baseou originalmente o seu desenvolvimento. Aqui não há clareza no significado das avaliações. Enquanto há quem considere que as comunidades urbanas apresentam relações mais heterogêneas e fragmentadas do que as rurais e que isso, conseqüentemente, dificulta a implementação de modelos de gestão comunitária (Vongvisitsin et al., 2024), outros introduzem elementos que permitem uma leitura diferente. Assim, Mtapuri e Giampiccoli (2020), embora reconheçam que as áreas urbanas **enfrentam desafios específicos**, como maiores complexidades em termos de governança e coesão social, **também apresentam certas vantagens**: estarem próximas dos mercados turísticos; possuem infraestruturas essenciais (aeroportos, agências de turismo) e redes sociais mais amplas, o que proporciona novas oportunidades.

Nesta experiência de visitar áreas urbanas historicamente caracterizadas pela marginalidade, violência e insegurança, marcadas por preconceitos e estigmas, que normalmente não eram de fácil acesso para não residentes, foi descrito que o papel dos **guias locais desempenha um papel fundamental**, como o fazem em geral nas atividades ligadas ao *slum tourism*, como destacado anteriormente. Estes permitem, além de resolver situações de risco e proporcionar uma certa sensação de tranquilidade, poder compartilhar suas experiências pessoais e conhecimentos sobre a cultura e história das favelas (Dias Mano et al., 2017; Ferrari, 2021; Van Rompu, 2019). Os conflitos entre guias locais e externos ocorridos na favela Santa Marta tiveram como pano de fundo o controle dos benefícios econômicos gerados pela atividade, mas também as narrativas que eram fornecidas. Assim, os guias das organizações comunitárias garantem especialmente que a visão dos visitantes não se concentre apenas na pobreza e na violência, mas procure valorizar outros elementos (Ferreira, 2015).

2.
ESTADO DA ARTE E
ENQUADRAMENTO
TEÓRICO

As estruturas comunitárias permitem que os turistas vivenciem uma perspectiva diferente das favelas.

De alguma forma, o turismo urbano comunitário, além de melhorar as condições de vida das suas populações, **também teria uma função pedagógica na medida em que estaria contribuindo para a mudança da percepção das favelas e bairros populares por parte dos seus visitantes**, ao contrário de outras modalidades de turismo que reforçariam estigmas e visões negativas. O *slum tourism*, independentemente da sua forma de gestão, corre o risco de reproduzir imagens estereotipadas das favelas como “zoológicos de pobres”. Em contrapartida, **no turismo comunitário desenvolvem-se narrativas contrahegemônicas sobre a vida nestas áreas, que mostram a riqueza cultural e o potencial dos seus habitantes** (Fagerlande, 2020; Rodriguez da Silva et al., 2014), embora não se evite o risco de reproduzir estereótipos relacionados com a pobreza e o risco (Dias Mano et al., 2017). Por esta razão, valoriza-se que **iniciativas que promovam o diálogo intercultural tenham maior probabilidade de gerar experiências enriquecedoras para ambas as partes** (Spampinato, 2009). Assim, o turismo comunitário pode servir como uma ferramenta para contrapor os estereótipos negativos sobre as favelas e promover narrativas culturais alternativas. As estruturas comunitárias permitem aos turistas vivenciar uma perspectiva diferente das favelas. **Em vez de se concentrarem na violência e na pobreza, estas visitas destacam a riqueza cultural e social das comunidades.** Os turistas muitas vezes mudam suas percepções após participarem dessas atividades, passando de uma visão baseada em estereótipos para uma apreciação mais matizada e positiva, com uma percepção das favelas mais próxima da ideia de comunidades funcionais, solidárias e culturalmente ricas. Alguns turistas destacam a infraestrutura e os serviços presentes nas favelas, como água, luz e acesso à Internet, que contrastam com as suas expectativas iniciais. Outros enfatizam o forte sentido de comunidade e o calor dos residentes (Van Rompu, 2019). Contudo, na medida em que o mercado prioritário é uma clientela estrangeira com maior poder econômico, existe o risco de que as relações entre as comunidades locais e os turistas se estabeleçam a partir de posições muito desiguais e, portanto, que isso tenda a reforçar estereótipos ou preconceitos, apesar dos esforços realizados (Parker e Moreno, 2015).

Uma discussão que aparece em alguns artigos é **como avaliar o papel das políticas públicas na promoção e consolidação do turismo comunitário** urbano e em que medida geram dinâmicas de dependência que anulam a autonomia das comunidades, sem as quais não estaríamos perante um verdadeiro desenvolvimento do turismo comunitário. González Bracco et al. (2023) alerta que, em algumas iniciativas em Buenos Aires, as comunidades mostram dependência de políticas governamentais, o que limita a sua capacidade de autogestão. Existe o risco de o turismo comunitário ser instrumentalizado para fins de mercado, diluindo a sua essência comunitária e transformando bairros em produtos turísticos. Portanto, destaca a necessidade de construir comunidades coesas e autônomas para garantir que o turismo continue a ser uma ferramenta de capacitação e desenvolvimento inclusivo. Neste mesmo contexto, Friedl (2024) destaca o potencial das alianças público-comunitárias, nascidas através de

2.
ESTADO DA ARTE E
ENQUADRAMENTO
TEÓRICO

conflitos e negociações, para melhorar a vida das populações de bairros como Padre Carlos Mugica, em Buenos Aires, conhecido como a antiga Villa 31.

Sem um estado forte que promova políticas públicas consistentes, o turismo comunitário enfrenta sérias limitações.

Por sua vez, Rodrigues (2018), na sua análise das políticas públicas que têm tentado promover o desenvolvimento do turismo comunitário nas favelas do Rio de Janeiro, reivindica a necessidade de que estas tenham maior qualidade para garantir a consolidação deste tipo de práticas. Assim, destaca múltiplos problemas destas políticas, como a falta de continuidade nas intervenções; as limitações na infraestrutura com que as comunidades poderiam contar; ou dependência do Estado a ponto de não poderem ser consolidados. As políticas públicas no contexto neoliberal falharam, acredita Rodrigues, em atender eficazmente às necessidades das comunidades nas favelas. Portanto, sem um Estado forte que promova políticas públicas consistentes, o turismo de base comunitária enfrenta sérias limitações. As iniciativas privadas e comunitárias, embora valiosas, não podem ser sustentadas sem um quadro institucional sólido. A economia solidária surge como uma alternativa viável para o turismo comunitário, desde que apoiada em políticas públicas que promovam a inclusão e a participação cidadã. De certa forma, a tensão entre estas duas leituras abre o campo de análise sobre quais políticas específicas o desenvolvimento do turismo comunitário urbano exige, e se delas necessita ou se se considera necessário.

Outra discussão que é levantada num dos artigos é **até que ponto o desenvolvimento do turismo comunitário urbano estaria a gerar transformações de gênero e a facilitar processos de empoderamento de algumas mulheres que lideram estes processos com uma perspectiva feminista**. Embora este seja um tema muito incipiente nos estudos sobre turismo comunitário urbano, no meio rural tem sido um tema que tem gerado enorme literatura e debates acirrados a ponto de chegar a um certo bloqueio porque o acúmulo de estudos de caso não resolve a discussão, mas a mantém em estado de estagnação (Cañada, 2017). Segundo Van Rompu (2019), no único estudo encontrado sobre esta questão, a análise do turismo comunitário nas favelas da Rocinha, Santa Marta e Cantagalo revela que esta modalidade de turismo estaria sim gerando mudanças num sentido mais equitativo. O texto destaca o papel das mulheres no turismo comunitário nas favelas do Rio de Janeiro. Ressalta-se que as mulheres ocupam papéis centrais na estrutura social das favelas, muitas vezes chefiando famílias e participando ativamente nas atividades econômicas e comunitárias. Isto se reflete nas narrativas apresentadas durante as visitas guiadas, que destacam o seu papel como pilares fundamentais das suas comunidades. Durante as visitas, as guias locais frequentemente compartilham perspectivas sobre os papéis de gênero nas favelas. As mulheres guias usam o turismo como plataforma para mostrar a força e as contribuições das mulheres da favela. Além disso, em alguns casos, procuram educar tanto os turistas como os próprios residentes, promovendo mudanças nas percepções de gênero. Os guias também influenciam a forma como os jovens das favelas interagem com as turistas estrangeiras, destacando as diferenças culturais e incentivando um comportamento respeitoso. Isto cria um espaço para aprender e questionar os papéis

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

tradicionais de gênero. Finalmente, em alguns casos, os guias incorporam perspectivas feministas nas suas narrativas, sublinhando a importância dos direitos das mulheres e o seu papel na resistência quotidiana às desigualdades estruturais.

Na literatura académica que tem abordado o turismo comunitário urbano também tem havido **especial preocupação com os desafios enfrentados por esta atividade**. Esta discussão tem sido levantada a dois níveis: por um lado, os riscos envolvidos no desenvolvimento do turismo nestes espaços, dos quais a gestão comunitária é apenas uma parte, mas participa numa dinâmica geral, e, por outro, os desafios intrínsecos às modalidades comunitárias. O turismo comunitário coexiste com outras formas de organização da atividade turística e, de fato, dificilmente é hegemônico nos espaços urbanos. **Os impactos dos processos de turistificação em alguns destes bairros parecem estar muito presentes:** especulação imobiliária; aumento do custo de vida; deslocamento populacional, reprodução de imagens estereotipadas como “zoológicos de pobres” (Dias Mano, 2017; Fagerlande, 2020). Até que ponto a gestão comunitária neutraliza os seus efeitos ou, pelo contrário, acrescenta camadas de turismo com significado social diferente, mas com efeitos semelhantes, não parece, neste momento, fazer parte da discussão académica.

Por outro lado, também foram apontados vários **desafios intrínsecos à dinâmica do turismo comunitário urbano**. São questões como infraestrutura inadequada (Mtapuri e Giampiccoli, 2020; Rodriguez da Silva et al., 2014; Silva e Araujo, 2018); resolver conflitos internos (Mtapuri e Giampiccoli, 2020); fortalecer redes de colaboração (Rodriguez da Silva et al., 2014); ampliar a participação comunitária (Rodriguez da Silva et al., 2014); fortalecer a capacidade institucional (Mtapuri e Giampiccoli, 2020; Parker e Moreno, 2015); aumentar o apoio governamental (Mtapuri e Giampiccoli,



Santa Marta (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

2. ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2020); fortalecer a capacidade de participar da dinâmica do mercado viabilizando seus negócios (Silva e Araujo, 2018); enfrentar a concorrência de outros atores externos (Van Rompu, 2019) ou evitar dinâmicas que contribuam para a comercialização da cultura (Parker e Moreno, 2015).

Para concluir esta revisão sobre o que sabemos sobre o turismo comunitário urbano a partir da literatura disponível, há uma questão que aparece em poucos textos, mas que consideramos ter um significado especial: **a consideração do turismo comunitário urbano como parte de uma estratégia de resistência mais ampla de populações locais organizadas coletivamente**. Essa percepção do turismo comunitário como ferramenta de resistência já foi levantada em outros contextos, não estritamente urbanos, como os quilombos no Brasil que, formados por descendentes de pessoas escravizadas, representam espaços de autonomia que desafiam a escravidão e a exploração. As suas narrativas baseiam-se neste legado de resistência e incorporam-no em novas práticas turísticas que garantem que os benefícios econômicos permaneçam nas comunidades com base nas histórias que querem compartilhar (Guerrón, 2018, 2024; Guerrón et al., 2021).

O turismo de resistência coloca os moradores no centro das atenções, permitindo que eles definam narrativas, atividades e benefícios econômicos de maneiras que se alinhem com seus valores e necessidades.

Também com base nas experiências nos quilombos, **Bruna Mendes de Fava** (2023) propõe o conceito de **turismo de resistência** como uma prática de turismo contracolonial que surge a partir de comunidades tradicionais, como os quilombolas, com o objetivo de fortalecer sua autonomia, identidade cultural e direitos territoriais. Este modelo se distanciaria do turismo convencional ao colocar os habitantes como protagonistas, permitindo-lhes definir as narrativas, atividades e benefícios econômicos de uma forma alinhada com os seus valores e necessidades. Dessa forma, o turismo de resistência se apresenta como uma extensão das lutas históricas da comunidade

quilombola, que incluem a busca pela titulação de terras e o reconhecimento de sua identidade cultural diante das pressões externas. Isto implica a participação ativa das comunidades no planejamento, gestão e execução das atividades turísticas, priorizando os seus valores, necessidades e conhecimentos ancestrais. **Mais do que um produto comercial, este turismo é um ato político que procura subverter as estruturas de poder tradicionais, colocando as comunidades como protagonistas da sua narrativa e guardiãs do seu património cultural e ambiental e, desta forma, construir uma prática turística ética e sustentável que respeite e celebre as particularidades das comunidades, ao mesmo tempo que desafia as desigualdades estruturais impostas pelos modelos de turismo hegemônicos**. Este modelo faz parte de um processo de empoderamento coletivo, onde o turismo é uma ferramenta para reivindicar direitos históricos ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento econômico local e, em última análise, torna-se uma ferramenta de justiça social e não um meio para perpetuar desigualdades.

No campo específico das iniciativas de turismo comunitário urbano, encontramos também esta associação com a ideia de resistência. A iniciativa da Comunidade Cultural Quilombaque de São Paulo é lida por Allis et al. (2022) como expressão de movimentos

2.
ESTADO DA ARTE E
ENQUADRAMENTO
TEÓRICO

que propõem visibilidade e transformações socioeconômicas dos territórios a partir do compromisso social, da resistência coletiva e da capacidade de proposta comunitária, para além de políticas públicas frágeis ou ausentes. Este modelo dá destaque às comunidades locais e à contação das suas histórias numa perspectiva crítica que destaca a memória coletiva e os valores de resistência contra dinâmicas de exclusão. Representa, nas palavras dos seus autores, um exemplo de uma “tecnologia social” mais inclusiva. Por sua vez, Van Rompu (2019), em relação às favelas do Rio de Janeiro, destaca que o turismo comunitário atua como uma **forma de resistência cotidiana** contra a narrativa dominante que estigmatiza as favelas. Ao partilhar histórias pessoais e desafiar estereótipos, os guias locais ajudam a desmistificar as concepções negativas e a capacitar as suas comunidades. Essa resistência não é dramática ou conflituosa, mas está integrada no cotidiano dos guias e moradores.

São Paulo desde Quilombaque. Imagem de Ernest Cañada



3.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada a partir do interesse em **compreender o potencial do turismo comunitário urbano como forma de resistência de determinadas iniciativas coletivas em favelas e bairros populares de diferentes cidades do Brasil, bem como explorar as tensões específicas geradas pelos espaços de encontro entre os interesses do capital global com essas expressões de organização popular**, a fim de oferecer um quadro de interpretação mais atento à complexidade deste tipo de desenvolvimento turístico.

Inicialmente, com base na literatura disponível, especialmente nas favelas do Rio de Janeiro, em termos de **hipótese** inicial, interpretamos que o desenvolvimento do turismo comunitário urbano seria basicamente uma forma de reação local à exploração comercial das favelas por agentes externos com fins lucrativos. Por esta razão, pensamos na necessidade de desenhar uma **estratégia exploratória** que nos permitisse caracterizar as dinâmicas destas iniciativas turísticas de base endógena e, conseqüentemente, optamos por ampliar os estudos de caso e poder fazer uma análise comparativa, ao invés de nos aprofundar em uma experiência específica.

Os **critérios para seleção dos estudos de caso** foram os seguintes:

- Serem iniciativas promovidas por membros da comunidade que se identifiquem e se autodenominam turismo comunitário.
- Estarem organizadas em estruturas coletivas e/ou que estabeleçam diálogo e compromisso com a comunidade a que pertencem através das suas estruturas de representação.
- Desenvolver a sua atividade em zonas urbanas ou periurbanas.
- Realizar atividades turísticas de forma comercial, embora não seja necessariamente a única atividade a que se dedicam.

3. METODOLOGIA

Cumprindo essas características, buscamos iniciativas operadas em diferentes grandes cidades e que também tivessem diversidade em seus principais atrativos e ofertas. Assim, tendo em conta estes critérios, selecionamos sete experiências em quatro cidades:

- Recife: Saber Viver, da Ilha de Deus.
- Salvador: QuiAI Tubarão, Coletivo de Mulheres do Calafate, Alagados Turismo Comunitário.
- Rio de Janeiro: Guias do Santa Marta e Museu de Favela.
- São Paulo: Comunidade Cultural Quilombaque.

Mapa 1. Localização dos municípios com experiências analisadas



Fonte: elaboração própria.

No processo de seleção também foram visitadas e entrevistadas outras iniciativas, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, que acabaram sendo descartadas por não atenderem aos critérios estabelecidos porque, mais do que analisar o fenômeno do turismo nas favelas ou bairros populares em geral, o que nos interessava era aprofundar a compreensão das formas que assume a gestão comunitária dessas visitas e quais as implicações que isso acarreta.

3. METODOLOGIA

As **questões de pesquisa** que fizemos para cada um desses casos foram as seguintes:

- Quais as motivações que levaram à implementação das atividades turísticas?
- Que formas organizacionais a iniciativa adota?
- Qual o papel do turismo nas comunidades onde se desenvolve?

Este estudo adota uma abordagem empírica de “caso crítico” (Flyvbjerg, 2001). Seguindo esta perspectiva, selecionamos os casos mais favoráveis possíveis sobre o tema analisado, iniciativas de turismo comunitário urbano, procurando com a diversidade das cidades, poder delimitar os contornos divididos de uma atividade que pode enraizar-se em diferentes contextos e assim buscar os principais elementos que permitem a sua caracterização como fenômeno social.

O trabalho de campo ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2023. Anteriormente foi realizada a identificação, contato e coordenação dos encontros. Para cada iniciativa foram realizadas visitas durante vários dias seguidos, até ao máximo de uma semana, de acordo com cada caso, que incluíram entrevistas a diversas pessoas que a representavam e participação em alguns dos percursos que ofereciam. No total, foram entrevistadas 22 pessoas (16 mulheres e 6 homens). A maioria deles eram membros das organizações analisadas, mas também foram consultados dois professores universitários de Salvador e do Rio de Janeiro que as acompanham em seu trabalho e um membro de uma ONG dedicada à promoção de viagens turísticas responsáveis, que tem sido fundamental nas três iniciativas em Salvador (tabela 1).

Tabela 1: Relação de pessoas entrevistadas

Nomes	Iniciativa	Cidades
Josenilda Pedro da Silva (apelido <i>Nalvinha da Ilha</i>)	ONG Saber Viver	Ilha de Deus, Recife
Fábio Herculano (apelido <i>Binho</i>)	ONG Saber Viver	Ilha de Deus, Recife
Natureza França	QUIAL - Associação Cultural Quilombo Aldeia Tubarão	Paripe, Salvador
Marco Antônio Arouca (apelido <i>Neto</i>)	QUIAL - Associação Cultural Quilombo Aldeia Tubarão	Paripe, Salvador
Marta Leiro	Quintal Margarida - Coletivo de Mulheres do Calafate	Calafate, Salvador
Magdalena Leiro	Quintal Margarida - Coletivo de Mulheres do Calafate	Calafate, Salvador
Azânia Leiro	Coletivo de Mulheres do Calafate	Calafate, Salvador

3. METODOLOGIA

Nomes	Iniciativa	Cidades
Jamile Sacramento	Coletivo de Mulheres do Calafate	Calafate, Salvador
Tatiane dos Anjos Mattos	Alagados Turismo Comunitario	Uruguai, Salvador
Carlos Santos da Luz	Alagados Turismo Comunitario	Uruguai, Salvador
Jéssica Ribeiro de Jesus Santos	Alagados Turismo Comunitario	Uruguai, Salvador
Diorgenes Reis Souza	Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia	Uruguai, Salvador
Luana Cristina da Silva Mattos	Reprotai	Uruguai, Salvador
Marilene Nascimento	Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia	Uruguai, Salvador
Julia McNaught da Silva	ComuniCulturi/ Rede BATUC	Salvador
Alberto Viana	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Rede BATUC	Salvador
Antonia Soares	Museu de Favela	Favela do Pavão-Pavãozinho, Rio de Janeiro
Sheila Sousa	Guia local (Brazilidade)	Favela Santa Marta, Rio de Janeiro
Salette Martins	Guia local	Favela Santa Marta, Rio de Janeiro
Teresa Mendonça	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Cleiton Ferrera	Comunidade Cultural Quilombaque	São Paulo
Camila Cardoso	Comunidade Cultural Quilombaque	São Paulo

Fonte: elaboração própria.

As entrevistas enfatizaram as seguintes questões: história da favela ou bairro onde ocorre a experiência analisada; origem e história da iniciativa; estrutura organizacional; motivações para o desenvolvimento do turismo; características e formas de organização da atividade turística; impactos do turismo; relações com outros atores presentes no território e estruturas de governança comunitária que possam existir; identificação com o termo turismo comunitário urbano e porquê; balanço da experiência. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente em cada comunidade, gravadas, transcritas, categorizadas por temas e analisadas por áreas temáticas. Cada entrevista durou de uma a duas horas. No caso de Alagados Turismo Comunitário e Coletivo de Mulheres de Calafate, além de entrevistas com duas de suas representantes, foi

3. METODOLOGIA

organizada uma oficina de discussão com vários de seus membros, que também foi gravada, transcrita e adicionada aos materiais de análise. Da mesma forma, foi mantido um diário de campo de todas as visitas realizadas, o qual foi posteriormente analisado.

Da mesma forma, nos dias 23 e 24 de agosto de 2024, por meio do Centro de Pesquisa e Formação (CPF) do SESC de São Paulo, foi organizado um curso no qual os resultados provisórios da investigação foram apresentados publicamente para um público de trinta pessoas, entre elas representantes de três das iniciativas analisadas: Camila Cardoso, da Comunidade Cultural Quilombaque; Tatiane dos Anjos Mattos, do Alagados Turismo Comunitário e Josenilda Pedro da Silva (Nalvinha da Ilha), da ONG Saber Viver. Da mesma forma, participaram pessoas profissionalmente dedicadas à atividade turística e à gestão cultural, bem como ao ensino universitário. Esta apresentação de resultados provisórios com parte de seus protagonistas, além de constituir um ato de retorno da pesquisa coordenada com o SESC São Paulo, serviu para discutir algumas de nossas análises e ajustar e corrigir algumas interpretações e explicações.

Alagados Turismo Comunitario (Salvador). Imagem de Ernest Cañada



4.

RESULTADOS

4.1. SABER VIVER (ILHA DE DEUS, RECIFE)

O bairro conhecido como Ilha de Deus está localizado no bairro Pina, zona sul da cidade do Recife, Pernambuco. Possui área de 0,1 km², rodeada pelos rios Beberibe, Tejipió e Jordão, e forma um dos maiores manguezais urbanos do Brasil (Oliveira, 2019). A comunidade é cercada por canais e vegetação típica de manguezal, como o mangue vermelho, que desempenha papel crucial no equilíbrio ecológico da região (Silva e Araujo, 2018). Nas primeiras décadas do século XX, a Ilha de Deus começou a ser ocupada espontaneamente com casas precárias autoconstruídas sobre palafitas, ou pilares, sobre as águas. Desde o início, sua população se dedicou à pesca e coleta de mariscos como camarões, caranguejos ostras, siris e sururú.

Josenilda Pedro da Silva, conhecida como **Nalvinha da Ilha**, presidente da ONG **Saber Viver**, organização local criada em 1983 e que tem sido fundamental no desenvolvimento desta zona, chegou à ilha aos seis anos de idade, na década de 1960. A situação que ela descreve era especialmente difícil: “Às vezes, quando queríamos comprar alguma coisa diferente, alguma coisa do mercado, porque aqui não tinha supermercado, íamos de barco.” Além disso, os serviços e infraestruturas disponíveis eram deficientes: “aqui não tinha luz elétrica, – diz Nalvinha – não tinha água, não tinha escola, não tinha creche, nada, só tinha gente...”. Da mesma forma, a população da ilha foi marcada por estigma e preconceito. Por exemplo, se alguém quisesse encontrar um emprego na cidade, não poderia fornecer o seu endereço postal. “Você não conseguia emprego e te expulsavam como um bicho. Sai daqui! Te dizem”, conta Nalvinha.

Na década de 1980, ocorreu um grave acidente em uma fábrica de sabão próxima que causou poluição das águas do rio que os afetou gravemente: “Essa fábrica despejou muitos venenos”, explica Nalvinha, “produtos que mataram todos os peixes, não só da ilha, mas também de outras áreas ribeirinhas. Cem por cento da população vivia da pesca.” A situação foi piorando com o passar do tempo, segundo Nalvinha: “a poluição demorou muito para se resolver, uns três anos, mais ou menos. Os peixes morreram. Tudo que tinha vida no rio morreu. Então, imagine, teve espécies que foram extintas lá, que não voltaram mais”.

4. RESULTADOS

4.1 SABER VIVER (ILHA DE DEUS, RECIFE)

O agravamento da precariedade, somado à violência e ao sexismo sofridos pelas mulheres, fez com que ambas reivindicações se articulassem.

Neste contexto, a situação tornou-se crítica e, para Nalvinha, deu origem a um processo de organização e luta para melhorar as suas condições de vida, porque o poder público, como recorda a presidente do Saber Viver, não chegou e não estava resolvendo a situação: “Nem sei se sabiam da nossa existência, mas não chegaram”. O processo começou com o incentivo de uma freira, Irmã Auriêda, que apareceu nessa época na Ilha de Deus. “Ela chegou comovida com a situação - lembra Nalvinha -. Sem querer se beneficiar, ela veio mesmo de coração, preocupada em ajudar essa comunidade. E qual foi a primeira coisa que ela fez? A primeira coisa foi mostrar para nós - bom, não para mim, porque eu era uma menininha naquela época - para minha mãe, e para as mulheres mais velhas, que elas precisavam brigar, sair para a rua, mostrar para o povo, para o poder público, que estávamos ali, que a comunidade da Ilha de Deus existia, e que precisava de uma atenção especial, cuidado especial com aquela comunidade. E começaram as lutas, os protestos, sempre liderados por mulheres.”

O agravamento da precariedade vivida, somado às situações de violência e machismo que as mulheres sofriam, articularam ambas as demandas. “Os homens eram muito machistas, dominavam as mulheres. Não podiam sair sem deixar. Eles decidiam se podiam ir ou não. Muitas vezes, quando chegavam em casa, já batiam nelas. Os homens pescavam, iam para o rio, enquanto as mulheres ficavam em casa, lavando a louça, arrumando a casa para que quando voltassem já tivesse comida pronta e a casa em ordem. Mesmo assim, as mulheres também saíam para buscar sururú. Os homens vinham e iam dormir para descansar, porque trabalhavam muito. Mas na verdade



Ilha de Deus (Recife). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.1 SABER VIVER (ILHA DE DEUS, RECIFE)

éramos quem mais trabalhava, as mulheres. Naquela época não tinha televisão, porque não tinha luz. Tinham mulheres com 20 filhos, outras com 12, 15... Minha mãe tinha 9. E foi assim que a ilha cresceu. Mas tinha mulheres que eram teimosas, como a minha mãe, e hoje eu sou como ela”, diz Nalvinha. “Na verdade, minha mãe foi uma das mulheres que realmente empoderou as outras.”

Este processo levou a diferentes mobilizações para lhes fornecer infraestruturas básicas. Em 1986, as mulheres da comunidade conseguiram construir a primeira passarela de madeira, melhorando a ligação com a cidade. Mais tarde, em 2009, foi inaugurada a “Ponte Vitória das Mulheres”, uma estrutura de concreto que simboliza a luta e resistência das mulheres da ilha, e que está decorada com imagens pintadas de algumas delas. Desde 1995, a ilha foi classificada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) pela lei municipal 16.103/95, que reconheceu formalmente o direito de permanência de seus habitantes no território. Isso permitiu a implementação de projetos de urbanização, melhorias de infraestrutura e programas de revitalização ambiental (Oliveira, 2019).

“Qual era a ideia que eles iriam pagar por aquelas casas? Valorizar. Sabemos que tudo o que é doado, infelizmente, as pessoas não valorizam.

A partir de 2011, a partir de reclamações de bairros, um projeto de urbanização realizado pelo governo do estado de Pernambuco transformou grande parte da comunidade, substituindo palafitas por casas alvenaria, estradas pavimentadas e saneamento básico (Silva e Araújo, 2018). Mas o apoio às famílias, atendidas pelo Saber Viver,

não foi dado, então todos simplesmente deram a sua contribuição, sobretudo com produtos da pesca que serviam para alimentar os alunos da escola. “Qual era a ideia que eles iriam pagar por aquelas casas? Valorizar. Sabemos que tudo o que é doado, infelizmente, as pessoas não valorizam. Tudo o que chega fácil, se vai fácil. Então, a ideia de que eles vão pagar por aquelas casas era justamente para evitar que elas fossem vendidas no futuro. E foi o que aconteceu. Ninguém vendeu as suas casas”, explica Nalvinha.

Todo o projeto de urbanização da Ilha de Deus foi discutido com a comunidade, desde o dimensionamento das ruas até a estrutura da ponte que dá acesso à ilha, estrategicamente desenhada pela população local para permitir a passagem de apenas um veículo por vez, garantindo assim maior controle do trânsito na área (Silva e Araújo, 2018). Essa transformação é cantada nos versos de Dona Beró, mãe de Nalvinha, que foi uma das primeiras lideranças da Ilha de Deus, e que Nalvinha nos interpretou em sua entrevista:

*Quem te viu, quem te vê
Quem te vê lá
Hoje eu vejo a ilha prosperar
De barco, de remo e até ponte de pau
Hoje vejo uma ponte colossal
Quem não acreditava e duvidou
Hoje vê o lugar que Deus mudou.*

4. RESULTADOS

4.1 SABER VIVER (ILHA DE DEUS, RECIFE)

Atualmente, na comunidade existe um posto de saúde, uma escola primária (onde se pode estudar do 1º ao 5º ano), uma creche, duas igrejas evangélicas, organizações comunitárias, uma rádio comunitária, um campo de futebol, uma quadra e inúmeros pequenos comércios informais.

Iniciativa de referência

Entre as instituições comunitárias que atendem a população está o **Centro Educacional Popular Saber Viver**, organização não governamental fundada em 1983 que desenvolve atividades voltadas à educação infantil, esportes, formação profissional e projetos de educação ambiental. A organização é composta por seis pessoas (presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro e vice-tesoureiro) e conta ainda com uma equipe de voluntários de cerca de vinte pessoas, alguns deles ex-alunos e mães dos jovens que ajudam, que colaboram nas atividades desenvolvidas pelo Saber Viver.

O trabalho realizado pela organização busca melhorar as condições de vida da população local. **Desde 2015, a organização promove o desenvolvimento do turismo comunitário como alternativa de geração de trabalho e renda na região.** A ideia surgiu como atividade de um curso de turismo da Faculdade dos Guararapes, que foi o primeiro a fazer um passeio pela comunidade. “O professor João Paulo veio convidado por um parceiro da instituição para conhecer,



Ilha de Deus, Recife. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.1 SABER VIVER (ILHA DE DEUS, RECIFE)

e lá conversamos sobre a ideia do turismo, de propor o turismo comunitário na comunidade. Ele, sendo da região, gostou imediatamente e depois convidou seus alunos”, conta **Fábio Herculano**, coordenador e diretor financeiro do projeto Saber Viver. Embora no início a ideia fosse estranha para eles e não tivessem certeza se poderia funcionar. “Para ser sincero, não acreditei que daria certo – explica Fábio – Quando começamos a propor essa ideia, no começo não acreditei.” Mas com o apoio do professor daquela faculdade, começaram a se preparar: “O professor João Paulo trouxe os alunos, até essas salas aqui viraram sala de aula da faculdade. Eles vieram assistir às aulas aqui, e a partir daqui conseguimos estruturar passo a passo, conseguimos organizar o turismo, o que iríamos apresentar aos visitantes...”, garante Fábio.

No início contaram com o apoio de alguns canais de comunicação, que viram naquela iniciativa algo de novo e interessante. “Quando começamos, fizemos um passeio que era acompanhado pela TV Globo e aparecemos no Jornal Hoje. E com isso apareceu em todo o país. Depois, os passeios começaram a aumentar. Tínhamos um passeio regular, todo sábado vinha um catamarã.”

As motivações com que desenvolveram o projeto turístico foram múltiplas. Por um lado, “como a instituição não recebe ajuda governamental, o turismo foi uma forma de manter a instituição”, afirma Fábio. E, por outro lado, “gerar renda para as pessoas da comunidade”, destaca Nalvinha. E a esses dois objetivos econômicos acrescentam outro: “fazer conhecer a nossa comunidade, fazer conhecer a Ilha de Deus, porque – explica Fábio – antes a ilha era conhecida negativamente, pela violência. “As pessoas têm orgulho de dizer que moram aqui. E isso foi graças à instituição e ao turismo. As pessoas que nos visitam têm uma visão de comunidade completamente diferente, em relação ao que ouviam no passado. E as pessoas daqui, percebemos que começaram a sentir mais orgulho quando viram que pessoas de todo o país e do mundo vinham visitar-nos.”

Características da atividade turística

As visitas acontecem durante o dia. “Eles podem ir ao manguezal e ao viveiro”, diz Fábio, “podem pescar o camarão que vão comer, podem participar de atividades ambientais, plantando mudas de mangue e frequentando a oficina ambiental; Na verdade, segundo Nalvinha, essa atividade reavivou o sonho da comunidade de criar um museu comunitário com fotos e música. Nos primeiros anos, montaram um albergue nas mesmas instalações do Saber Viver, onde abrigaram pessoas que ficaram um tempo fazendo voluntariado, mas depois deixaram de oferecê-lo e, por enquanto, não o recuperaram.

Segundo Nalvinha, a atividade mais comum é o passeio de catamarã, “que custa 15 reais por pessoa e dura duas horas de passeio”. Mas há outras visitas que consomem e gastam um pouco mais, levando em conta o relato de Fábio: “no último passeio cobramos 50 reais pelo almoço e 40 reais pelas oficinas, que eram fora desse espaço,

4. RESULTADOS

4.1 SABER VIVER (ILHA DE DEUS, RECIFE)

na área do mangue. Havia uma oficina de camarão e outra de pesca. Nos dividimos em dois grupos: um ficou com o camarão e outro na plantação de mudas. Então eles trocaram. Vendemos essas oficinas por 40 reais por pessoa. Além disso, havia uma taxa de 15 reais pelo catamarã, por pessoa. Então cada pessoa pagou: 50 mais 40, noventa mais 15, totalizando 105 reais.” Mas você pode contratar todos os serviços ou optar por apenas alguns deles.

O público principal são as escolas e universidades da região, que mantêm parceria com a comunidade. Mas também recebem visitas de turistas que chegam em passeios de catamarã pela baía do Pina, cuja parada obrigatória é a ilha. Atualmente, o projeto conta com alianças com empresas de receptivo locais, como Luck Receptivo e MarTur Turismo, e com empresas voltadas ao turismo educativo, cujo principal público é oriundo de diversas cidades do estado e até de outros estados do país. “Nosso forte é o turismo educativo, é nosso principal público. São escolas que vêm de diversas cidades do estado”, explica Fábio. Além disso, a parceria com a *Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales* (AIESEC) também trouxe voluntários de todo o mundo para pescar na Ilha de Deus.

No início, começaram a receber muitas visitas, segundo Fábio: “em 2016, 2017, 2018, tivemos um fluxo muito bom, cerca de dezessete mil turistas por ano”. Esta elevada quantidade deveu-se às visitas regulares de catamarã, que aconteciam todos os sábados, com uma média de cinquenta a cem pessoas por visita. “Mas aí veio a pandemia e tudo parou, paramos completamente e depois voltamos aos poucos”, diz Fábio. Em 2022, receberam cerca de dois mil visitantes, dos quais “os estrangeiros



Aline Bispo e Josenilda Pedro da Silva na Ilha de Deus. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.1 SABER VIVER (ILHA DE DEUS, RECIFE)

seriam cerca de 200 ou 300”, segundo o próprio Fábio. A maior parte dos visitantes chega à Ilha de Deus através de agências que vendem o pacote, que inclui o passeio de catamarã, tendo a Ilha de Deus como um dos pontos do roteiro. E para Nalvinha, seus principais públicos são “escolas, gente da cidade e navios de cruzeiro”.

As pessoas que os visitam conhecem a Ilha de Deus principalmente através das redes sociais, mas também preparamos alguns materiais publicitários que distribuimos em hotéis e agências. E outro recurso importante tem sido as emissoras de televisão, com reportagens que dão atenção à gastronomia e à possibilidade de participar em todas as atividades ligadas à proteção da água e à pesca. “Estamos em uma comunidade pesqueira e procuramos oferecer o que temos de melhor, que é a pesca: frutos do mar, camarão, sururú. Nosso ponto forte é justamente esse: a culinária de manguezal”, explica Fábio.

A certa altura, vendo o sucesso que o turismo tinha na ilha, alguma agência quis organizar passeios sem contar com o Saber Viver. “Mas não deu certo”, diz Fábio. “Não é a mesma coisa que alguém chega e conta uma história que não conhece”. Você está aí contando uma história que não é sua. O impacto é diferente, a emoção transmitida é diferente. Você entende? Não deu certo porque aquela gente veio em navios grandes, atracou aqui e fez o roteiro. Mas não teve o mesmo impacto. Eles não sabiam como contar a história, não sabiam nada sobre a comunidade ou sobre suas lutas. Então o roteiro não deu certo. “Eles tentaram, mas não funcionou.”



Ilha de Deus, Recife. Imagens de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.1 SABER VIVER (ILHA DE DEUS, RECIFE)

Para desenvolver atividades turísticas com a participação da comunidade, como é o caso da Ilha de Deus, é necessária uma mediação constante entre os atores e o mundo exterior. “Antes eles se sentiam um pouco intimidados. Às vezes a gente passava e eles faziam alguma atividade e ficavam constrangidos. Mas com o tempo eles começaram a se acostumar. Agora eles param, conversam, brincam”, explica Fábio. Durante as visitas à comunidade, Fábio diz que “alertamos para evitar fotografar pessoas, porque estamos dentro de uma comunidade, e nem todos fazem parte do nosso percurso por lá, estamos circulando pela área do povo. Porém, nas nossas paradas, como o frevo, o artesanato, os frutos do mar, lá eles podem fotografar à vontade. São pessoas já envolvidas no turismo. Mas, ao caminhar pelas ruas, pedimos que pergunte antes de fotografar. Nós damos essas diretrizes.”

Estas iniciativas visam não só a geração de renda, mas também a sensibilização dos visitantes para a riqueza cultural e as tradições da comunidade. A educação ambiental desempenha um papel fundamental nestes projetos, ao incentivar a proteção dos recursos naturais e promover uma interação mais responsável e consciente entre os turistas e o ambiente natural (Oliveira, 2019).

Desafios

Atualmente, a comunidade enfrenta duas graves ameaças: a pressão imobiliária, pela proximidade com a área de interesse do capital, e a presença de organizações criminosas que querem atuar na ilha, hoje pacificada. Em ambos os casos, a organização comunitária é um impedimento, mas em resposta, a comunidade e os seus líderes coexistem num contexto de risco e insegurança. Um exemplo foi o incêndio na casa de Nalvinha, que após esse episódio passou a fazer parte do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Dessa forma, o turismo também serviu para dar visibilidade à comunidade e construir conexões que geram um ambiente de certa proteção. “É uma ameaça constante. Se você pensar bem, esse lugar pode virar um condomínio de luxo, fechado. O milionário chegaria com seu iate. É uma ameaça constante. Mas trabalhando com turismo, mostramos que não queremos sair, que queremos continuar aqui, trabalhando nesta comunidade”, esclarece Fábio.

Por outro lado, a falta de apoio público é uma reclamação repetida pelos dois gestores do Saber Viver entrevistados. Assim, Fábio Herculano diz que não recebem “qualquer tipo de apoio ao turismo. Fazemos com a cara e a coragem, nada mais. Mas não recebemos nada, bom, teve o professor que nos ajudou quando começamos, ou, por exemplo, a instalação daquelas placas, e isso foi do secretário da Câmara Municipal. Então tivemos esses apoios, sim. Mas financeiramente, para podermos operar, crescer, nada.”

A Ilha de Deus, em suma, tem sido historicamente caracterizada por elevados níveis de exclusão social e precariedade. A organização popular conseguiu melhorar as condições de vida da sua população e, graças ao turismo comunitário, tem

4. RESULTADOS

4.1 SABER VIVER (ILHA DE DEUS, RECIFE)

conseguido sustentar as suas estruturas organizacionais e gerar renda para a sua população. Além disso, a visibilidade e a avaliação positiva alcançadas fortalecem o sentimento de pertença e a autoestima, mas também funcionam como forma de proteção contra as múltiplas ameaças que enfrentam, tanto ligadas à promoção imobiliária e à especulação, como às atividades de grupos criminosos.



Ilha de Deus. Imagem de Saber Viver

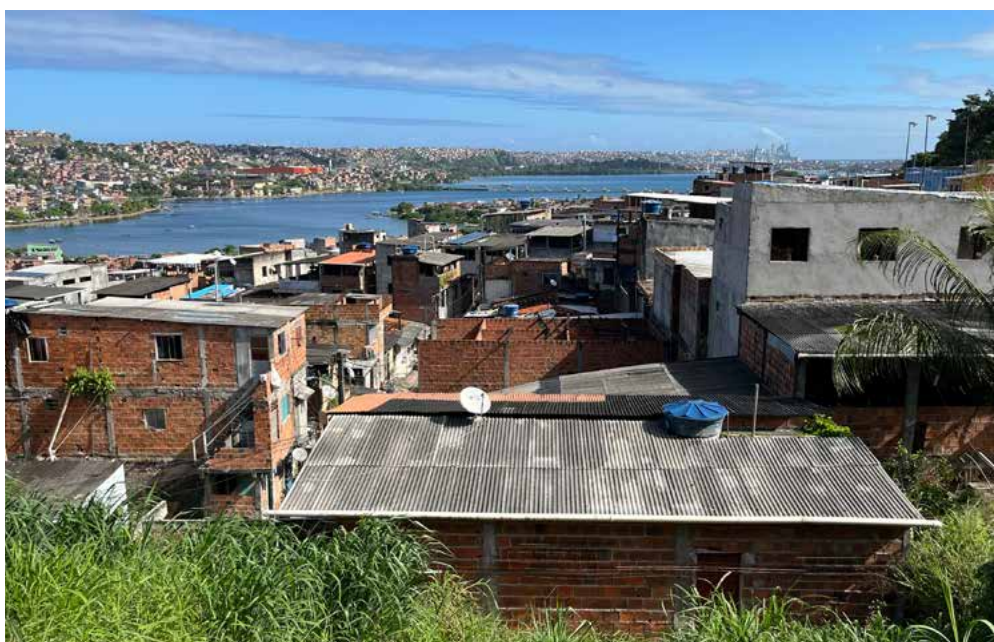
4. RESULTADOS

4.2. ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

Alagados é um conglomerado urbano localizado na Enseada dos Tainheiros em Salvador, Bahia. Está localizado na parte noroeste da cidade, na Península de Itapagipe, localizada no interior da Baía de Todos os Santos, abaixo da falha geológica, na área conhecida como Cidade Baixa. Esse território, que na década de 1970 era considerado a maior favela do Brasil, recebe esse nome por ter sido construído em uma área que antes era mar e manguezal (Kara José, 2008). Ao todo, compreende uma parte do bairro Massaranduba, especificamente Baixa do Petróleo e Mangueira; o Jardim Cruzeiro (Vila Rui Barbosa); Itapagipe; Uruguai e a Península Joanes em Lobato, que constitui o limite entre a Enseada dos Tainheiros e o início da Avenida Suburbana.

Esta ocupação foi realizada por famílias da classe trabalhadora afetadas pelo aumento do custo de vida e pelo fluxo de pessoas do interior.

A gênese de Alagados teve como marco histórico a **ocupação coletiva da área conhecida como Fazenda do Coronel, na região do atual bairro de Massaranduba em 1946 e 1949**, em local próximo à Avenida Caminho de Areia. Esta ocupação foi realizada por famílias trabalhadoras afetadas pelo aumento do custo de vida e pelo fluxo migratório de pessoas do interior, em sua maioria provenientes de cidades ligadas a Salvador pela linha férrea, que se estabeleceram sem que a infraestrutura necessária estivesse prevista. A ocupação caracterizou-se pela construção de **palaftas** (casas de compensado apoiadas em estacas fincadas no fundo das marés). As repetidas tentativas frustradas de erradicação das palaftas em Alagados levaram o Estado a construir uma série de conjuntos habitacionais, para onde a população foi deslocada. A primeira fase desse processo foi realizada entre 1973 e 1984 por meio do **Plano Urbano de Alagados**, implementado



Salvador. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.2 ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

pelo Governo do Estado da Bahia, em convênio com a Prefeitura de Salvador e o Governo Federal, e com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Na história recente deste território, destaca-se também a visita do Papa João Paulo II em 1980, quando foi inaugurada a Igreja de Nossa Senhora dos Alagados, o que fez com que o Governo do Estado acelerasse a execução das obras do Plano Urbano antes de sua chegada (Albinati, 2010; de Carvalho, 2007).

Esse processo de urbanização e transferência das famílias de Alagados pelo Estado foi realizado de forma hostil, o que gerou fortes conflitos. Perante esta situação, a comunidade respondeu organizando-se em **“sociedades de defesa”**, grupos associativos cujos principais focos de mobilização foram a promoção do bem-estar e a melhoria das condições de vida do bairro. Isso fez da **luta pela melhoria da habitação um dos principais elementos que moldam o sentimento de pertencimento e identidade da comunidade de Alagados** (Albinati, 2010; Nussbaumer e Leal, 2022). **Marilene da Conceição Nascimento**, mais conhecida como **Leninha**, foi uma das primeiras lideranças locais. “Criamos uma associação de bairro baseada em uma luta, que era a luta por moradia”, diz. “A maioria de nós viemos das palafitas. Foi a época em que o governo do Estado, nas décadas de 80 e 90, interveio em Alagados e tivemos que sair de nossas casas, nossas palafitas, para ir morar em um conjunto habitacional. Tivemos a ideia de criar uma associação para unir os moradores”.

A **Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia** foi fundada em 10 de janeiro de 1989. Foi promovida por um grupo de mulheres que eram conhecidas como



Salvador. Imagens de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.2 ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

“**Mulheres da Laje**”, assim chamadas porque em 1990 se organizaram para “bater na laje”, ou seja, fazer o terraço da casa onde instalaram a sede da associação e uma escola comunitária.

A luta pela habitação perdura há muito tempo na história da associação. Hoje continua sendo um dos dois assuntos que mais preocupam, como explica Leninha: “Agora continuamos fortalecendo a luta pela regularização patrimonial, um problema que existe há muitos anos na Cidade Baixa. Sabemos que a falta de regularização dificulta que as pessoas tenham direitos em seu nome e evitem conflitos familiares eternos”.

Mas além da habitação, logo cuidaram de outras questões que a população necessitava, como saúde ou educação. “A maioria dos meninos e meninas de 0 a 6 anos estava fora da escola e havia poucas vagas escolares para essa faixa etária em nosso bairro”, diz Leninha. Por isso decidiram promover uma escola comunitária. Desde a sua fundação, em 1990, a Escola Comunitária Luiza Mahin foi além da alfabetização formal e procurou promover uma formação crítica e consciente dos diferentes aspectos da realidade local. “Nas escolas públicas há um certo descaso com essa população negra. Nessas escolas a gente sofre muito racismo. Nas escolas públicas eles só aprendiam a ler e a escrever. E percebemos que o papel da escola não era só esse. A gente não ensina só a ler e a escrever, ensinamos que o racismo existe, como essa luta contra o racismo pode ser algo coletivo. E também a questão de gênero”, destaca Leninha.

Para a construção do espaço onde funcionariam a associação e a escola comunitária, houve a colaboração dos próprios moradores, que dedicaram o seu tempo livre para tornar estas obras uma realidade. “Recebemos muita ajuda da população local para a construção. Tivemos a participação de profissionais da construção civil. Tínhamos um pedreiro que era nosso colaborador 24 horas por dia. Além disso, obtiveram o apoio de ativistas de fora da comunidade que serviram de ponte com outras instituições. Exemplo disso, destaca Leninha, foi o caso de um militante do movimento negro, chamado Ivanir dos Santos, que conheceram por meio da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), espaço de articulação que estabeleceram em Salvador. Foi ele quem sugeriu que buscassem financiamento para a escola por meio da cooperação internacional. “Ele nos apresentou a Visão Mundial, que naquela época estava se instalando aqui em Salvador, na Bahia, e nos colocou em contato com um de seus coordenadores”.

Graças ao seu trabalho e ao seu projeto pedagógico inovador, a **Escola Comunitária Luiza Mahin tornou-se referência entre os projetos educativos comunitários na cidade de Salvador**. Nos seus mais de trinta anos de atuação, formou sucessivas gerações que dão continuidade ao trabalho iniciado por aquele grupo de mulheres. Atualmente, quase trezentos meninos e meninas da comunidade estudam na escola. Muitos dos jovens beneficiados pelos projetos desenvolvidos pela associação de moradores nas últimas décadas tornaram-se arte-educadores, ativistas sociais e profissionais de diversas áreas e, hoje, atuam dentro e fora das instituições comunitárias.

4. RESULTADOS

4.2 ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

Além disso, com outras iniciativas semelhantes, lançaram um movimento de escolas comunitárias muito mais amplo. “À medida que avançamos”, diz Leninha, “conhecemos outros espaços em nosso bairro que também tinham o objetivo de criar escolas comunitárias e percebemos que nossa luta não era uma luta isolada”. Desta forma, aderiram à **Associação de Educadores de Escolas Comunitárias** e juntamente com outros bairros fizeram com que o município concordasse em converter estas escolas comunitárias em instituições legais. Atualmente, “por meio do fundo do governo federal que financia essas escolas [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)], conseguimos que todos os profissionais, desde professores até pessoal de limpeza, tenham carteira assinada e documentos legais”.

Da mesma forma, a Associação de Moradores do Complexo Santa Luzia também tentou **melhorar os serviços de saúde do bairro**, embora sustentá-los através da intervenção comunitária não tenha sido fácil, segundo Leninha: “Durante muito tempo conseguimos manter um posto de saúde, embora o município não conseguisse fazer uma aliança formal conosco. No entanto, conseguimos alianças internacionais com estrangeiros. Tínhamos uma equipe muito boa de dentistas que atendiam em nosso posto de saúde. Também fizemos aliança com a Fundação José Silveira, entidade ligada ao deputado federal Antonio Brito, cujo pai foi prefeito. Graças a isso, por um tempo, conseguimos oferecer assistência médica, mas também percebemos que a saúde é um problema ainda mais complexo do que a educação. Foi difícil encontrar profissionais de diversas especialidades para postos de saúde comunitária.



Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (REPROTAI). Imagem de REPROTAI

4. RESULTADOS

4.2 ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

A cultura é um elemento fundamental e se insere como componente estruturante do cotidiano da comunidade.

Ao longo dos anos, a associação também facilitou a criação de outras organizações, como o **Banco de Desenvolvimento Comunitário de Santa Luzia**, a **Biblioteca Comunitária Clementina de Jesus** e a **Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (REPROTAI)**. Por meio dessas iniciativas, as pessoas que delas participam têm buscado o desenvolvimento humano integral da população local, tornando-se referência em gestão social, arte-educação, cultura e cidadania. A associação também se articula com outras organizações da área, como a Cooperativa de Reciclagem, Processamento de Plásticos e Proteção Ambiental (**CAMAPET**), a Comissão de Articulação e Mobilização dos Vizinhos da Península de Itapagipe (**Rede CAMMPI**), a Associação de Doceiras, Cozinheiras e Confeiteiras de Itapagipe (**Cooperativa ADOCCI**) e o **Espaço Cultural Alagados**. Desta forma, **o ativismo social em Alagados está orientado para uma cultura de colaboração e associação, que integra o poder do Estado, das organizações**

e associações que compõem as redes do território, bem como dos membros da comunidade. Neste contexto, a cultura é um elemento fundamental e insere-se como componente estruturante do cotidiano da comunidade, relacionando-se transversalmente com os múltiplos setores da vida (Nussbaumer e Leal, 2022).

Essa trajetória de resistência e ativismo social fez com que a comunidade de Alagados fosse reconhecida internacionalmente e se tornasse referência na gestão social e na defesa dos direitos dos cidadãos. Consequentemente, costumam ser procurados como fonte de pesquisas, intercâmbios e visitas de um público externo à comunidade. **Tanto visitantes locais, como turistas estrangeiros, estudantes e pesquisadores de diversas formações, bem como outras instituições e atores do movimento social, têm se interessado em conhecer mais sobre essa história de organização e resistência**, bem como conhecer as tecnologias sociais desenvolvidas em Alagados há mais de três décadas.

Apesar de todo este percurso, Alagados continua a ser um território constantemente associado a estigmas como a pobreza e a violência no contexto local, o que tem consequências negativas, especialmente entre os jovens da região. Para contrapor essa narrativa, foi criada em 2004 a Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (**REPROTAI**), um espaço de articulação social criado por adolescentes e jovens da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, da Associação Livre de Moradores da Mangueira e do Grupo União Negra e Consciência (GRUCON). Segundo Leninha, “esta iniciativa surgiu porque percebemos que a juventude não era o nosso foco principal em termos de assistência, embora morássemos num bairro com elevados índices de marginalização. Muitos jovens estiveram envolvidos com drogas, muitos tomaram caminhos com os quais não concordávamos. Nos identificamos com a diversidade da luta, porque os jovens enfrentam muitos problemas no nosso bairro.”

Atualmente, a rede é formada por mais de cem meninos e meninas, adolescentes e jovens, além de quinze educadores ou monitores. A REPROTAI desenvolve atividades voltadas para crianças, adolescentes e jovens da região, além de seus familiares,

4. RESULTADOS

4.2 ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

com especial preocupação na defesa política (Hercog, 2023). Entre as atividades promovidas pela REPROTAI está a recepção de visitantes. É no âmbito desta iniciativa que se inicia o turismo em Alagados.

Iniciativa de turismo

A ligação com o turismo em Alagados começou em 2007, como resultado dos esforços realizados pela **Estrela Brasil**, ONG britânica que atuou no Brasil durante as décadas de 1990 e 2000 organizando intercâmbios e programas de voluntariado. **Júlia McNaught**, articuladora desta organização, iniciou os primeiros contatos em 1997 através de uma conexão com comunidades de Salvador para desenvolver um projeto voltado ao turismo. Júlia relata que o objetivo era “montar um projeto juvenil nas áreas de arte, teatro, capoeira, dança e música para apresentações nas áreas mais turísticas como ferramenta de combate à exploração sexual no turismo, que é um problema muito forte aqui em Salvador. Assim, segundo Júlia, o turismo comunitário surgiu mais tarde, com a realização de um curso de formação de guias de turismo comunitário e a elaboração de uma cartilha sobre o tema em 2007. **Tatiane Anjos**, responsável pela área juvenil e coordenadora da REPROTAI, relata a relação da comunidade com esta atividade: “A gente se apaixonou pelo turismo comunitário! Na verdade, já fazíamos turismo comunitário, mas não sabíamos que o fazíamos. Então quando a Estrela veio e nos apresentou essa metodologia, como funciona na prática, tudo se encaixou.”

Após o encerramento das atividades da Estrela Brasil, Júlia continuou sua colaboração com a comunidade por meio da Comuniculturi, empresa fundada por ela em 2014, especializada em turismo comunitário, cultural e educacional em Salvador e entorno. Desde então, a **Comuniculturi** tem prestado apoio na capacitação da comunidade nas questões turísticas, além de articular associações para comercialização de roteiros e outras atividades turísticas em Alagados.

Dessa forma, ao longo dos últimos anos, conseguiram organizar melhor o acolhimento dos visitantes e a estrutura interna da atividade turística na comunidade, o que deu origem a iniciativa **Alagados Turismo Comunitário (ACTOUR)**. “Começamos a



Alagados Turismo Comunitario (Salvador). Imágenes de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.2 ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

perceber que precisávamos criar uma tabela de preços, começar a cobrar pelos nossos passeios, que poderíamos obter sustentabilidade econômica, humana e social deste turismo comunitário. O ACTOUR foi implementado por jovens da comunidade que já participavam da REPROTAI com o apoio técnico da Associação Estrela Brasil. Os roteiros turísticos são elaborados pelos próprios jovens, que também são seus guias. O **Alagados Turismo Comunitário faz parte da Rede BATUC – Turismo Comunitário da Bahia**, iniciativa que reúne mais de trinta organizações dedicadas a esta atividade naquele Estado.

Um turismo pedagógico

Os passeios realizados na comunidade são desenvolvidos com base em diversas demandas e, muitas vezes, são pensados em conjunto com diferentes pessoas associadas, considerando as suas experiências com base nas necessidades e interesses de quem os visita. Cada pessoa envolvida tem uma função específica e é estabelecida uma comunicação prévia com os diferentes atores da comunidade, que participam ou não do percurso a percorrer. “Quando o turista solicita que apresentemos nosso passeio, primeiro ouvimos o que ele quer saber e depois mostramos nossas propostas. Esses passeios têm o objetivo de resgatar a história da nossa comunidade, bem como valorizar o patrimônio sociocultural da nossa região, além de fomentar a economia local”, explica Tatiane. Durante a atividade, que dura um dia, guias locais contam a história do território, explicam como é o cotidiano, percorrem a região, abordam a problemática habitacional, interagem com antigos moradores e visitam instituições comunitárias e comércio local. “Conversamos sobre a questão habitacional, levamos eles para tomar o geladinho da Dona Madalena, mostramos a oferta gastronômica. Levamos eles para passear pela comunidade, começando por São Joaquim, onde apresentamos nosso mercado local, e depois visitamos lugares como a ADOCCI, onde aprendem a preparar moqueca¹ enquanto contamos um pouco sobre nossa história e realidade”, detalha Tatiane, que também atua como condutora local.

Em alguns casos, os visitantes podem **dormir na comunidade**, hospedando-se na Casa da Juventude, o que lhes permite uma maior imersão na dinâmica local. **Carlos Luz**, ex-aluno da escola Luiza Mahin, que atualmente trabalha como técnico de som no Espaço Cultural Alagados, condutor da ACTOUR e presidente da Casa da Juventude, valoriza esta experiência destacando a sua dimensão educativa: “Recebemos estes adolescentes e jovens, que ficam 24 horas na comunidade justamente para que possam compreender como é a vida aqui, que é completamente diferente da sua realidade europeia. Quando chegam percebem essas diferenças. No final da estadia nos reunimos com eles no Espaço Cultural Alagados para celebrar uma noite cultural. Eles trazem suas danças, nós compartilhamos nesse palco, nesse espaço, fazemos uma mistura cultural, mostramos nossos conhecimentos em arte e cultura, e eles também nos apresentam os deles. Então eles não se sentem apenas espectadores, mas também

1 A moqueca é um prato tradicional da Bahia feito com frutos do mar e cozido com azeite de dendê.

4. RESULTADOS

4.2 ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

protagonistas, são os artistas que contribuem com sua cultura. São experiências maravilhosas.”

Carlos considera que **esta interação com os visitantes contribui para promover um novo olhar sobre a comunidade em relação ao imaginário de violência associado ao território**, tanto na perspectiva interna como para as pessoas externas. “Acho que o que eles nos trazem é um legado muito importante. Saber que a nossa comunidade não tem só aspectos negativos, mas também positivos”.

Aliás, **parte fundamental da experiência é provocar a reflexão nos visitantes sobre os problemas que estão presentes no cotidiano de uma zona periférica** “Eles não saem com a ideia de que aqui há muitos tiroteios e é perigoso, – diz Tatiane – mas eles mudam de perspectiva. Mostramos uma realidade diferente daquela que eles imaginavam quando chegaram. Desconstrói a ideia de periferia apenas como lugar de violência. Convivemos com isso, com violência, mas essa não é a nossa única realidade... isso não resume a nossa existência. Não negamos que exista, porque de fato vivemos isso, mas não é algo generalizado. Temos muitas outras coisas além disso. Temos arte e cultura, temos o nosso dia a dia, a pesca, enfim, tudo isso faz parte do contexto.” E, no mesmo sentido, Carlos complementa quando afirma: “Sabemos que a questão da violência, dos tiroteios ou das mortes são questões pontuais, não acontecem todos os dias, nem todas as horas, como as pessoas costumam pensar. E entendemos que, assim como o racismo, esse problema não é nosso, é de gente que vem de fora. O preconceito está neles, não em nós. Vivemos aqui todos os dias,



Salvador. Imagens de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.2 ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

sabemos claramente quais são os pontos críticos dentro da comunidade. Portanto, nós os respeitamos, eles nos respeitam e seguimos em frente”.

A maioria dos visitantes que fazem o passeio na comunidade são estrangeiros vindos de países como França, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, Inglaterra e Colômbia. Principalmente são estudantes e famílias que chegam em pequenos grupos através de agências que, ao longo dos últimos anos, estabeleceram um calendário de visitas e uma relação de colaboração com a comunidade. “Um exemplo é a Bonjour Bahia, que sempre traz jovens que querem ter a oportunidade de jogar futebol com muitos dos nossos guias, que são da comunidade. Geralmente eles vêm, ficam para dormir, fazemos esse passeio de um dia, mostramos futebol para eles, visitamos a comunidade para que eles acessem e conheçam um pouco da nossa realidade”, explica Tatiane.

Antes da pandemia da COVID-19, a comunidade recebia aproximadamente dois mil visitantes por ano, mas atualmente esse número dobrou. Este recente crescimento na procura de visitantes é atribuído às alianças que a ACTOUR desenvolveu com agências como ComuniCulturi, Tours Bahia e Bonjour Bahia. “Teve um mês que começamos a receber um fluxo muito grande, com três, quatro, cinco roteiros em um só mês”, conta Tatiane Anjos. Ele também atribui o aumento na frequência de visitantes à sua participação ativa na Rede BATUC, bem como à visibilidade que conquistou através de sua conta no Instagram.

Além dos turistas estrangeiros que chegam através de agências, a comunidade também mantém um relacionamento próximo com instituições de ensino, que não só visitam a comunidade, mas também desenvolvem projetos em colaboração com ela. “Temos dialogado diretamente com as universidades porque queremos manter



Espaço Cultural Alagados (Salvador). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.2 ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

Essas trocas têm proporcionado o desenvolvimento de atividades de extensão em cursos de diversas áreas que buscam um campo de pesquisa em Alagados.

esse intercâmbio na prática.” Esses intercâmbios têm propiciado o desenvolvimento de atividades de extensão em cursos de diversas áreas que buscam um campo de pesquisa em Alagados. Exemplo disso é a colaboração que surgiu a partir da visita de uma pesquisadora de uma universidade alemã, que resultou em um intercâmbio cultural entre a REPROTAI e o grupo Candilê, de Cartagena das Índias, na Colômbia, em 2023. “Nove jovens da REPROTAI viajaram para Cartagena para realizar esse intercâmbio, e também recebemos eles aqui em abril. A troca continua ocorrendo até hoje e desse processo surgiu uma exposição de artes visuais com o grupo ligado às danças folclóricas”, conta Tatiane.

Desta forma, as atividades turísticas na comunidade, **além de promoverem uma fonte de renda ligada à economia popular, geram um efeito de valorização do bairro, contribuindo para mudar estigmas e estabelecer conexões estratégicas para projetos que beneficiem a comunidade local.**

“Muitos turistas que vêm conhecer nosso projeto e nosso trabalho acabam se tornando nossos parceiros”, diz Tatiane.

As atividades de turismo comunitário em Alagados envolvem uma equipe atuante de aproximadamente trinta a quarenta pessoas em diferentes estruturas e espaços, impactando centenas de moradores do bairro. **Jéssica Ribeiro**, uma das educadoras e guia local da REPROTAI, destaca que o turismo comunitário é uma ferramenta fundamental para fortalecer as metodologias já desenvolvidas na comunidade, “que partem de baixo para cima, e não de cima para baixo”. Neste sentido, Carlos destaca ainda que, no planejamento dos passeios, fica claro que “o turismo comunitário não é



Alagados Turismo Comunitario (Salvador). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.2 ALAGADOS TURISMO COMUNITÁRIO (SALVADOR)

a atividade principal, mas apenas uma das iniciativas que realizamos na comunidade. E acrescenta que “O Turismo Comunitário de Alagados é isso. Mas as nossas relações são construídas com base em pessoas que trabalharam antes de nós e cuja história continuamos, sem perder de vista os nossos valores, os nossos princípios, em que acreditamos, como a educação que tanto nos move e a arte e a cultura, que estão profundamente ligadas à nossa identidade comunitária, porque são parte vital da nossa realidade”.



Salvador. Imagem de Ernest Cañada

4.
RESULTADOS

4.3.
COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

A localidade conhecida como Calafate é uma rua do **bairro Fazenda Grande do Retiro**, em Salvador. Recebeu este nome porque, no passado, foi uma grande propriedade ocupada desde o século XIX. O bairro está localizado na zona norte da cidade, na área conhecida como “miolo” central. É um morro, paralelo à rodovia BR-324, atravessado por uma rua de aproximadamente 3 quilômetros chamada Alexandre José Mello Morais Filho. O acesso à localidade é feito por via terrestre pela Avenida San Martin ou pela rodovia BR-324. A atual configuração geográfica do bairro é resultado do crescimento de uma série de assentamentos que se expandiram pelas encostas até chegar ao topo do morro, ao longo da BR-324. No passado, localizavam-se na região a Barragem Calafate e o Tanque do Meio, que serviam como caixas d’água para abastecimento da população, atualmente aterrados e convertidos em canal de esgoto que segue em direção à localidade do Marotinho. O chafariz localizado na pedreira da Fazenda Grande do Retiro foi coberto e inutilizado. Além do Calafate, o bairro inclui as localidades de Pitangueiras, Alto do Peru, Fonte do Capim, Vila Natal, Nó de Pau e Fonte da Bica (Santos et al., 2010).

Durante aproximadamente um século, a região foi habitada por pequenos agricultores, arrendatários de terras pertencentes à União Fabril Fiais (Borges, 2016), empresa portuguesa do setor químico. Até as primeiras décadas do século XX, a área que



Calafate (Salvador). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

compõe o atual bairro manteve características típicas da vida rural. Há registros de que em 1901 havia proprietários de fazendas na área que trabalhavam no frigorífico do Retiro e adquiriram uma grande área de terras que se estendia da rua Melo Moraes Filho até a avenida San Martin. Um dos mais conhecidos foi Justino Farias de Souza, que na década de 1940 decidiu lotear e vender pequenos lotes para interessados em se instalar na região (Leiro, 2021). Também foram registradas histórias de moradores atuais que contam que, em meados do século XX, a fazenda foi transformada em diversas fazendas que foram ocupadas por proprietários informais, que construíram casas e lotearam a área (Santos et al., 2010).

O bairro, que acolheu progressivamente uma população migrante do interior do estado da Bahia, é profundamente marcado por uma **história de luta e resistência**. Neste contexto, dois episódios se destacam. A primeira foi a “Festa do Lixo”, protesto dos moradores da Fazenda Grande do Retiro contra a falta de coleta de lixo ocorrida em 1975. Após vários pedidos às autoridades para a retirada dos resíduos acumulados durante semanas, a comunidade organizou uma operação conjunta em que andavam pelas ruas coletando lixo e depois o depositavam em frente às instalações da Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), entidade estadual que funciona como gráfica e oferece serviços de gestão, certificação documental e digital. A festa, que começou como um protesto, foi celebrada até a década de 1990, quando foi dissolvida por decisão política através de violentos ataques policiais contra a população.

O segundo acontecimento significativo na história do bairro ocorreu em setembro de 1982, durante a inauguração de uma agência do Banco do Estado da Bahia (BANEB). Nessa altura, a comunidade exigia a construção de um posto de saúde e, em sinal de protesto, reuniu-se no Largo da Fazenda Grande, e vaiou toda a delegação presente naquela cerimônia. Mais uma vez, a polícia reprimiu os manifestantes que se opunham à instalação do banco (Santos et al., 2010; Santos, 2018).

Embora o comércio seja muito ativo, há poucas opções de lazer para os moradores.

Entre as principais instituições do bairro estão a Associação Beneficente Educacional Recreativa Unidos de Fazenda Grande, a Escola de Primeiro Grau Natália Vinhas, a Escola Estadual Zilma Gomes Parente de Barros e a Igreja de São Pedro e São Paulo.

Embora o comércio seja muito ativo, há poucas opções de lazer para os moradores. A sede da Empresa Gráfica Bahia, instalada no local desde 1972, também é uma referência geográfica no bairro devido ao seu grande porte e importância como empresa estatal. Durante anos, a comunidade solicitou que fosse cedido parte do terreno da EGBA para a construção de uma área de lazer, uma vez que, dos cerca de quarenta mil metros quadrados do imóvel, apenas oito mil foram construídos. A empresa, que é mantida isolada do entorno por muros altos, conta com campo de futebol de porte oficial, playground, biblioteca e quadra poliesportiva, mas o acesso a essas instalações é restrito aos funcionários e a alguns moradores do bairro. Apesar das repetidas tentativas, nenhuma concessão foi alcançada.

Atualmente a **Fazenda Grande do Retiro caracteriza-se como uma área popular da cidade de Salvador**. No censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

Estatística (IBGE), o bairro foi listado como o quinto com maior população negra de Salvador, com 86,38% (46.478) de seus habitantes (IBGE, 2010). Da mesma forma, **é o bairro de Salvador com maior número de moradores em favelas e onde está localizada a quarta maior favela da Bahia.**

O censo populacional de 2022 registrou ligeira diminuição no número total de habitantes do bairro, com estimativa atual de 41.056 moradores (IBGE, 2022). Nos últimos anos, a **Fazenda Grande do Retiro também tem sido apontada como um dos bairros mais violentos da cidade**, segundo dados do IBGE, do mapa de violência da Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia e pela taxa de homicídios por cem mil habitantes por ano (Torres e Rodrigues, 2012; Wendel, 2024). Assim, a desigualdade, a marginalidade e a violência têm estado presentes na caracterização desta área, mas também a necessidade de encontrar soluções para esta situação estrutural que contribuam para melhorar o bem-estar da sua população. Neste esforço coletivo destacam-se diferentes organizações presentes na área.

Coletivo de Mulheres do Calafate

O Coletivo de Mulheres Calafate (CMC), localizado na Fazenda Grande do Retiro, com mais de trinta anos de existência, surgiu como uma iniciativa para enfrentar a violência sofrida pelas mulheres em sua comunidade. As suas atividades centram-se na tentativa de garantir os direitos das mulheres, defender a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, promover o empoderamento comunitário e articular a resistência social.



Coletivo de Mulheres do Calafate. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

“O Coletivo foi fundado no dia 8 de outubro de 1992 por sete mulheres da comunidade, basicamente em uma mesa de bar; aí surgiram as primeiras ideias de criar e estruturar uma associação de mulheres. A intenção era lutar pelo fim da violência contra a mulher, porque sabemos que ‘acabar’, bom, esse termo já é uma utopia dentro da sociedade patriarcal em que vivemos; mas o objetivo era combater a violência de gênero na comunidade”, afirma **Marta Leiro**, assistente social, mestre em enfermagem e saúde e uma das suas fundadoras.

A sua participação anterior na Igreja Católica e na associação de bairro do Calafate serviu de gatilho para lançar uma organização específica de mulheres. A história de Marta sobre esses anos é clara sobre como elas tomaram consciência dessa necessidade: “Antes de fazer parte do Coletivo de Mulheres do Calafate, participei da Igreja Católica, numa época em que a igreja estava muito mais envolvida nas lutas sociais. Em 1991, a Campanha da Fraternidade tinha como lema “Mulher e homem à imagem e semelhança de Deus”, por isso a igreja do Calafate realizou uma série de reflexões sobre o tema. Era o plano de Deus para a vida das mulheres, e eu queria algo mais autônomo, sem aquele pensamento patriarcal de Deus. Ao mesmo tempo, também participava da associação de bairro da comunidade e me perguntava por que as mulheres não participavam. Isso foi nas décadas de 80 e 90, quando muitas associações de bairro eram lideradas por mulheres. Mas aqui no Calafate não, aqui eram dirigidas por homens, enquanto as tarefas de limpar a sala, preparar café para reuniões ou fazer cartazes eram exclusivamente nossas. Fiz muitas perguntas a mim mesmo, mas também tive medo de expressá-las abertamente, por medo de ser rejeitada ou de perder meu espaço na comunidade. Com o passar do tempo, começamos a perceber que muitas esposas dos homens que participavam da associação sofriam violência. E pensei que eles iam às reuniões e falavam sobre justiça social, mas onde estava a justiça social nas suas casas? E eu pensei que havia algo que não estava certo.”

A partir daqui ela buscou formas de promover encontros entre mulheres da comunidade. “Um dia, durante a organização da festa de São João – continua Marta –, convidei



Calafate (Salvador). Imagens do Coletivo de Mulheres do Calafate

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

algumas mulheres, até as esposas daqueles homens, porque já éramos vizinhos e nos conhecíamos. No meio da reunião, o marido de uma delas entrou violentamente e a tirou para sair, dizendo que não aceitava que mulheres se encontrassem. Isso nos fez refletir e compartilhar histórias, e descobrimos que muitas de nós havíamos sofrido violência. Alguns meses depois, no aniversário de uma das nossas companheiras fundadoras, 8 de outubro de 1992, decidimos formalizar o grupo. No início, queríamos falar apenas sobre nossas experiências, mas logo entendemos que outras mulheres no Calafate também sofreram violência, como muitas outras em Salvador. E dissemos para nós mesmas: vamos transformar isso em uma luta coletiva”.

Através de grupos de reflexão, workshops e campanhas educativas, empoderou-se as mulheres em condições vulnerabilidade.

Desta forma, a orientação do CMC afastou-se das estruturas convencionais religiosas e de bairro, priorizando uma análise feminista e comunitária dos desafios que enfrentavam (Leiro, 2021). Ao longo de sua história, o grupo contou com a participação de mulheres da própria comunidade que vivenciaram diversas formas de violência de gênero e que, coletivamente, se organizaram para desenvolver estratégias para enfrentar essa situação. Nos seus primeiros anos, o grupo promoveu encontros em domicílios com mulheres para discutir as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher como expressão mais significativa dessa desigualdade (Leiro, 2021).

O CMC tem sido fundamental na consolidação de um ambiente seguro para as mulheres, onde podem partilhar experiências e receber apoio mútuo. Através de grupos de reflexão, workshops e campanhas educativas, fortaleceu as mulheres em condições vulneráveis, abordando não só a violência de gênero, mas também o racismo e a pobreza. “Não foi nada fácil”, lembra Marta. “Sempre digo que formar um grupo de



Coletivo de Mulheres do Calafate. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

mulheres em torno da questão da violência não é fácil, porque é um tema muito pesado, que nos confronta com muitos conflitos internos. Apesar disso, a sua capacidade de organização e articulação com movimentos sociais, instituições acadêmicas e agências governamentais permitiu-lhe influenciar políticas públicas e serviços especializados. Graças a isso, tem conseguido influenciar a formulação de políticas públicas e a implementação de serviços especializados para mulheres em situação de violência, como o Centro de Referência Loreta Valadares.

Além disso, também construiu alianças com outros espaços de mulheres: “fazemos parte da Rede de Mulheres Negras de Salvador, da Articulação de Mulheres Brasileiras, que atua em nível nacional e nos conecta com outros estados do Brasil, da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e da Revolta Feminista. Estamos presentes em muitas áreas aqui de Salvador que garantem os direitos das mulheres”, explica **Azânia Leiro**, filha de Marta e integrante do Coletivo.

O coletivo também tem desempenhado um papel central na formação de novas gerações de feministas, promovendo a liderança e a participação política de mulheres populares e negras. Esta abordagem interseccional entre gênero, raça e classe na violência contra as mulheres tem sido essencial para atender de forma abrangente às suas necessidades (Leiro, 2021). Neste sentido, têm centrado a sua atenção nas mulheres cada vez mais jovens. “Hoje também trabalhamos mais com adolescentes -argumenta Marta-. Estamos focando no público mais jovem, porque é aí que começamos a introduzir pensamentos antirracistas, anticapitalistas e antipatriarcais”.

O impacto do CMC vai além do contexto local, pois sua experiência tornou-se referência para outras organizações que se dedicam ao combate à violência contra as mulheres. O seu foco na autogestão e no empoderamento coletivo provou ser uma ferramenta eficaz para quebrar o ciclo de violência e promover a mudança social.

Atualmente, o CMC é formado por uma dezena de mulheres, mas costuma participar de suas atividades entre vinte e trinta. O seu trabalho caracteriza-se principalmente por



Coletivo de Mulheres do Calafate. Imagens do Coletivo de Mulheres do Calafate

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

promover ações de sensibilização para mulheres em situação de violência, através da realização de conferências, oficinas e rodas de diálogo com o objetivo de informar sobre os seus direitos (de Oliveira, 2017). Desta forma, como organização comunitária feminista, prioriza atividades para fortalecer a autoestima, a autonomia e o empoderamento das mulheres do seu bairro. No âmbito deste trabalho de intervenção social, surgiu a oportunidade de se aventurar no desenvolvimento de atividades turísticas.

Um compromisso com o turismo

Assim como no caso do Alagados Turismo Comunitário, também na cidade de Salvador, a proposta de começar a trabalhar com turismo no Coletivo de Mulheres de Calafate partiu da ONG britânica **Estrela Brasil**. Desde o início da década de 1990, esta organização promove programas de voluntariado e diversas formas de visitas de intercâmbio. Sua gestora, **Júlia McNaught**, procurou fortalecer o trabalho de diferentes organizações locais em sentido amplo. No âmbito destas colaborações, que se consolidaram ao longo dos anos, surgiu também a possibilidade de introduzir o turismo nas suas atividades,

A proposta de começar a trabalhar com turismo no Coletivo de Mulheres do Calafate partiu da ONG britânica Estrela Brasil.

embora nunca tivessem recebido visitas deste tipo antes. No caso do Coletivo de Mulheres de Calafate, uma das primeiras ações de apoio esteve ligada ao teatro. “A Estrela desenvolveu ações voltadas para questões sociais – lembra Marta -. Uma delas foi o teatro, como forma de resposta à violência contra a mulher. E montamos uma peça baseada no **teatro do oprimido**. Foi um processo de oficinas de teatro que não só ensinou técnicas, mas também nos permitiu o autoconhecimento, nos ajudou a conversar e gritar sobre nossas

dores relacionadas à violência. Em 2000 apresentamos nosso trabalho na inauguração da sede que tínhamos lá em cima. Em 2002, realizamos outro trabalho com os agentes multiplicadores, focado na exploração sexual e na prevenção de IST e HIV. Naquela peça foi abordado o tema da exploração sexual de mulheres e meninas, e aí surgiu o tema do turismo, porque naquela época havia algumas jovens que viajavam para a Europa para se prostituírem. Então apareceu aí a questão do tráfico de mulheres e, bom, a palavra turismo foi citada naquele trabalho.”

Ao mesmo tempo, a Estrela Brasil também fortaleceu a discussão sobre como pensar o turismo com as mulheres do Coletivo e para que ele poderia servir. “Houve um grupo que começou a participar e a construir um conceito próprio do que entendíamos como turista, como guia; também havia pessoas dos bairros do Uruguai, do Alto do Cabrito. Graças à Estrela, **em 2006 receberam o primeiro grupo de visitantes estrangeiros**. “Tinha a Júlia, que fala inglês e é estrangeira, tinha ligações a grupos internacionais e era responsável por coordenar a chegada dos visitantes”, reconhece Marta.

Desta forma, o grupo passou a receber grupos de turistas estrangeiros, principalmente estudantes da Europa. Antes da criação do projeto de turismo comunitário, o Coletivo

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

recebia algumas visitas de projetos sociais interessados em conhecer seu trabalho, ainda que de modo informal e sem estrutura organizada. Através da colaboração com a Estrela Brasil, foi possível expandir essas visitas para outras áreas do bairro e atingir um público mais diversificado. Nesses primeiros anos, a atividade turística começou a crescer e a desenvolver-se para além das ligações com a ONG britânica. Azânia Leiro, uma das jovens vinculadas a essa atividade, explica que “depois chegamos a um estágio em que organizamos grupos aqui em Salvador e em outras partes do Brasil que queriam conhecer o projeto. Começamos a compartilhar mais em nossas redes sobre o turismo comunitário e o trabalho que fazíamos.

No passeio que o Coletivo ofereceu aos seus visitantes eles **tiveram a oportunidade de percorrer as ruas do bairro, conhecer a história da comunidade e trocar experiências culturais com as mulheres de Calafate**, que desenharam os roteiros de acordo com o perfil de cada grupo recebido. “Tínhamos um plano, em que analisávamos o perfil do grupo que chegava: se eram estudantes, se era um grupo de mulheres, a idade... porque, por exemplo, se fossem pessoas mais velhas, não podiam subir escadas, então adaptamos o percurso. Sempre desenhamos um roteiro específico para cada grupo, dependendo também dos temas que queriam abordar. Se fosse racismo, se fosse feminismo... desenvolvíamos sempre um roteiro ajustado aos seus interesses, mas com uma base comum: conhecer o grupo, a sua história, as origens do Calafate e explorando a área. comunidade, mantendo sempre esses elementos fundamentais”, explica Azânia. A ideia, continua Marta, é que pudessem conhecer a comunidade através da vida de algumas das suas mulheres: “Levávamos os visitantes a conhecer mulheres específicas da comunidade, mulheres que tivessem



Coletivo de Mulheres do Calafate. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

uma história relevante, que estivessem envolvidas em algum empreendimento ou algum tipo de atividade.

As visitas contribuíram para a geração de renda das mulheres vinculadas ao Coletivo por meio de tarefas de acolhimento, orientação local, preparo de alimentos e venda de produtos confeccionados pelas mulheres do bairro. “Por exemplo, quando chegava um grupo, convidávamos para almoçar no bar da Dalva, que servia mocotó – conta Marta -. Aí conversamos com ela: “Dalva, vem um grupo de turistas, prepare 20 mocotós”, e ela fazia. Mostravam os seus artesanatos, às vezes os visitantes compravam, às vezes não. A minha mãe, por exemplo, tinha uns panos de cozinha bordados e, às vezes, os turistas compravam.” Embora essas visitas não representassem a principal fonte de renda das mulheres da comunidade, tornaram-se algo concreto e, ao mesmo tempo, estima-se que contribuíram para fortalecer a autoestima delas e das moradoras em geral (Borges, 2016). Contudo, estas atividades nunca foram planejadas como fonte de financiamento da associação.

Nos momentos mais intensos, recebiam entre trezentas e quatrocentas pessoas por ano e organizavam passeios todos os meses. As visitas turísticas desenvolveram-se entre 2006 e principalmente até 2015, altura em que decidiram deixar de fazer esta atividade. A partir daí, ocasionalmente recebiam mais alguns grupos, mas não faziam mais esforço para atraí-los.

Limites e contradições

A prática do turismo na comunidade também gerou tensões que levaram o Coletivo a refletir sobre a forma como esta atividade era realizada e a decidir que não poderiam continuar. O primeiro desafio estava relacionado com a violência urbana. “A violência urbana é um problema em todo o Brasil. Com grandes grupos de turistas percebemos que não podíamos mais garantir a segurança deles, porque o passeio acontecia dentro da comunidade e, quando o grupo era muito grande, se dispersava e não conseguíamos controlar a situação, principalmente quando não falávamos o idioma”, explica Marta.

Assim, **a insegurança e medidas tomada pelo estado na política de combate as drogas (guerra às drogas) tornaram-se obstáculos à continuidade das atividades de recepção de visitantes.** Além do tamanho dos grupos, o desconhecimento dos turistas sobre a dinâmica local e seu comportamento durante os passeios gerou tensões para as mulheres do grupo. “Infelizmente não sei o que acontece, mas os visitantes tendem a se dispersar e a querer explorar o bairro por conta própria, e isso não era viável. Quando os grupos eram pequenos prestavam mais atenção. Além disso, quando fazíamos paradas na comunidade para conversar, não tínhamos microfone, então tínhamos que gritar, falar alto, e muitas vezes quem estava lá atrás não se concentrava na experiência turística. Percebemos que não podíamos receber grupos grandes”, acrescenta Azânia.

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

O segundo elemento de tensão que dificultou a continuidade da atividade turística teve a ver com o **posicionamento crítico da própria organização em relação aos seus valores e ideais e às contradições que percebiam no funcionamento do turismo**. Por um lado, **não chegaram a estabelecer alianças comerciais, para além da Estrela Brasil, que lhes permitissem dar maior continuidade às chegadas de visitantes e ampliar o seu número**. “Nunca tivemos contato com agências. Nenhuma. Primeiro porque, sendo anticapitalistas, não tínhamos sequer interesse em estabelecer vínculos com elas”, declara Marta.

Além disso, **essas relações de troca, mesmo dentro do turismo comunitário, muitas vezes não eram desenvolvidas de forma justa** e isso levou o grupo a refletir sobre a prática do turismo na comunidade a partir de algumas experiências. “Chegou um grupo de trinta estudantes franceses que queriam fazer tudo do seu jeito e não nos ouviram. Trouxeram frutas no ônibus, trouxeram os ingredientes para o feijão e deram para uma cozinheira, embora disséssemos que não trabalhávamos assim. E depois ainda queriam que tirássemos fotos com as roupas que trouxeram da Europa. Foi uma falta de respeito, nos sentimos muito humilhadas, mesmo, e como grupo de mulheres, que gerenciam o turismo, não queremos isso para as nossas companheiras”, afirma Marta.

Este tipo de comportamento, que muitas vezes faz parte do imaginário de quem visita uma comunidade periférica, reforça a ideia de que os seus habitantes são simplesmente seres carentes e necessitados de qualquer tipo de recurso (material, cultural, intelectual, etc.). Contudo, muitas comunidades procuram justamente



Calafate (Salvador). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

desconstruir esta imagem através do turismo comunitário. “Não queremos expor nem comercializar a miséria da comunidade”, enfatiza Marta.

Além disso, o **Coletivo percebeu que a prática do turismo, mesmo numa perspectiva comunitária, exige uma gestão profissional e que isso envolvia decidir a que queriam dedicar os seus esforços**. Isto representa um desafio, tendo em conta que apenas oito mulheres, agindo voluntariamente, levam a cabo a iniciativa, juntamente com muitas das outras prioridades do coletivo. “Turismo comunitário é um empreendimento, não é ação social. Exige compreensão, estudo. Precisa de divulgação nas redes sociais. E aqui continuamos trabalhando voluntariamente, a partir da militância, realizando todo o trabalho do Coletivo de Mulheres do Calafate. Hoje em dia, pedir para nós, mulheres pobres, fazermos as coisas voluntariamente é demais. Tem a questão da sobrevivência... Quando começamos a avançar mais no turismo, percebemos que não bastava ter um grupo de militantes refletindo sobre o assunto. Era preciso ter pessoas que assumissem como sócias de um empreendimento e essa foi outra questão a ser abordada”, afirma Marta.

Devido a este conjunto de obstáculos, **em 2015 o Coletivo decidiu deixar de realizar a atividade turística no formato inicialmente proposto e retomou a iniciativa em 2019 sob um novo modelo**. Desde então, a recepção dos visitantes é feita individualmente, e não em grupo, na casa de Marta Leiro, embora ela coordene a atividade em conjunto com outras mulheres. “Por vontade da Marta, uma das fundadoras e integrante do grupo gestor, o programa de turismo comunitário foi mantido na comunidade dentro do seu projeto Quintal Margarida, que é o que continua funcionando até hoje”, afirma **Jamile Sacramento**, integrante do Coletivo de Mulheres do Calafate.

Atualmente os visitantes continuam a chegar ao Calafate através do Quintal Margarida. A proposta articula-se em torno de um espaço de memória afetiva e familiar transgeracional, que também faz parte da história de Calafate, por ser a residência mais antiga da localidade. Da mesma forma, é o local onde o Coletivo se reúne para planejar e executar algumas de suas atividades, uma vez que não possui mais sede própria. “É o turismo que é da comunidade. Pode ser uma iniciativa familiar, uma iniciativa pessoal, mas a comunidade está sempre articulada e participativa”, afirma Marta.

Um turismo para nós também

Um aspecto notável das reflexões sobre o turismo que o Coletivo de Mulheres de Calafate tem desenvolvido é que elas **também concebem estas atividades como algo que elas mesmas deveriam poder desfrutar**. Assim, organizam visitas a outras iniciativas de turismo comunitário, especialmente no âmbito da Rede BATUC, da qual fazem parte e são uma das organizações fundadoras. “Então estamos levando essa discussão para o campo da política de turismo. Não se trata apenas de promover um turismo comprometido com a história, com a realidade da comunidade, com

4. RESULTADOS

4.3 COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE (SALVADOR)

compromisso social, com a sustentabilidade. Devemos ter as comunidades no centro do desenvolvimento do turismo, mas também trazer para a discussão toda essa questão do acesso a essa atividade de lazer que as pessoas poderiam ter acesso, que poderiam escolher livremente para suas vidas. E o que fazemos também é muito bom para o enriquecimento das mulheres e para o seu próprio bem-estar”, afirma Marta.

Numa perspectiva de luta pela democratização do turismo, especialmente das mulheres trabalhadoras, o Coletivo tem promovido intercâmbios com outras comunidades (quilombolas, pesqueiras, etc.) como estratégia para que essas mulheres não sejam vistas apenas como mão de obra dentro da cadeia turística. Além disso, essas experiências buscam promover o bem-estar e o intercâmbio cultural entre mulheres de diferentes contextos, alinhando-se à agenda feminista.



Calafate (Salvador). Imagem de Ernest Cañada

4.
RESULTADOS

4.4.
QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

Paripe é um bairro localizado no extremo oeste da cidade de Salvador, Bahia, na área conhecida como Subúrbio Ferroviário. Localizado na divisa de Salvador com Simões Filho, é o último bairro no sentido da Região Metropolitana de Salvador dentro da Baía de Todos os Santos (Souza, 2005). Abrange o vale até a foz canalizada do rio Paripe e também sua extensão para oeste, ao longo do litoral de Tubarão, que se estende até o limite com São Tomé de Paripe, na Ponta da Sapoca. O acesso ao bairro se dá por vias terrestres, pela Estrada da Base Naval de Aratu (BA-528) ou Avenida Afrânio Peixoto (mais conhecida como Suburbana), com origem no centro da cidade de Salvador, e também pela Estrada do CIA (BA-526), a partir do município de Simões Filho. Seu território inclui as localidades de Tubarão, Estrada da Cocisa, Gameleira, Escola de Menor, Bate Coração, Tororó, Muribeca, Nova Canaã, Vila Naval da Barragem (controlada pela Marinha do Brasil) e São Tomé de Paripe.

Paripe é uma das ocupações mais antigas da cidade de Salvador. Seu nome tem origem na língua tupi, combinação dos termos “pari” e “pe”, que significa “curral, recinto ou viveiro de peixes” (Rossi, 2016; Maurício, 2018). Os indígenas Tupinambá foram os primeiros a habitar esse território, que era estratégico pela abundância de peixes, pela presença de numerosos rios e pela densa vegetação (Garcia, 2006). Um vestígio histórico ainda presente no cotidiano da população é a Igreja de São Tomé², construída



Quial Tubarão (Salvador). Imagem de Ernest Cañada

2 A igreja de São Tomé de Paripe, localizada no morro do Alto da Igreja, embora tenha passado por algumas modificações ao longo dos séculos, é, segundo registros, uma das mais antigas do Brasil (De Jesus, 2014).

4. RESULTADOS

4.4 QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

pelos Tupinambá e fundada pelos Jesuítas em 1552, como parte do povoado de São Tomé, criada com o objetivo de catequizar os Tupinambá (Vasconcelos, 2016).

Durante o período colonial, Paripe foi um julgado, ou seja, uma localidade com administração independente. Foi o mais antigo do Recôncavo baiano e teve papel fundamental na segurança para instalação de empreendimentos no interior do território (Rossi, 2016). Exemplo disso é um dos primeiros engenhos de açúcar da Bahia: o Engenho Santa Cruz das Torres, fundado em 1542 por Afonso Torres. Da mesma forma, também está documentada na área a existência da Fazenda Meireles, onde funcionava uma pequena fábrica de óleo de dendê que abastecia tanto a fazenda quanto os poucos habitantes de seu entorno (Silva e Fonseca, 1992). Nesse período, o território foi caracterizado pelo surgimento de **quilombos**, como o Quilombo do Alto do Tororó³, localizado em São Tomé e povoado entre o final do século XVII e início do século XVIII por escravizados trazidos da África e indígenas.

Paripe permaneceu como área rural até 1860, quando, com a expansão da linha férrea, que envolveu a construção do trecho ferroviário Calçada-Paripe, que ligava Salvador a Juazeiro, a região foi integrada à capital e deixou de ser um julgado (Teixeira, 1996). Assim, o desenvolvimento urbano de Paripe ocorreu no contexto da expansão econômica de Salvador e da Bahia, impulsionada pela construção de ferrovias no interior do Estado. Isto teve forte impacto no crescimento demográfico e no fortalecimento da economia local, uma vez que as áreas próximas à estação ferroviária de Paripe tornaram-se pontos estratégicos para a instalação de negócios voltados aos habitantes do **Subúrbio Ferroviário**, fenômeno que ainda hoje é observado. Além disso, a criação do **Complexo Industrial de Aratu** também contribuiu para a expansão de Salvador nesta região.

O processo de urbanização do bairro intensificou-se ainda mais no início do século XX. Em 1928, a Fazenda Meireles foi adquirida pela Companhia Amado Bahia S.A., que posteriormente vendeu as terras para a Companhia de Carnes Verdes da Bahia Ltda., ambas pertencentes a João Martins da Silva, empresário do setor agrícola. Após a sua aquisição, durante os primeiros anos foi utilizada para o comércio de carnes, o que

Desde o período colonial, a área era usada como lugar de veraneio por famílias com alto poder aquisitivo.

gerou um aumento significativo nos lucros da empresa. Anos depois, João Martins identificou na fazenda a oportunidade de desenvolver **um processo de loteamento residencial** voltado às classes média e alta da sociedade soteropolitana. Desde o período colonial, a área era utilizada como balneário de veraneio por famílias de alto poder aquisitivo, que construía fazendas e chácaras nas praias de

Tubarão e São Tomé, atraídas pelas belezas naturais da região. Neste contexto, em 1951, Martins fundou a Sociedade Construtora Residencial Ltda. (SOCREL), que projetou a Primeira Etapa do Loteamento Jardim Suburbano de Paripe e construiu a primeira Escola Barros Barreto, que posteriormente foi doada ao governo do Estado.

3 A comunidade foi certificada pela Fundação Palmares em 2010.

4. RESULTADOS

4.4 QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

Em abril de 1958, foi criada a **Imobiliária Martins Ltda** para realizar a **Segunda e Terceira Etapa do Loteamento Jardim Suburbano de Paripe**. Nesse mesmo período, a empresa cedeu parte de seu terreno para a construção de um conjunto residencial para servidores da Marinha, denominado Conjunto Almirante Tamandaré (Souza, 2005). Porém, com a crescente valorização dos bairros próximos ao centro de Salvador, juntamente com a instalação do Centro Industrial Aratu (CIA) e de outras indústrias como a Indústria de Mamona da Bahia S.A. (Imbasa), a Fábrica de Cimento Salvador (COCISA) e a Fábrica de Cimento Aratu, este projeto de urbanização não foi totalmente concretizado. Isso porque **Paripe era uma área com terrenos mais baratos e possuía um sistema de transporte que facilitava a mobilidade, o que a tornava uma área atrativa para setores de baixa renda**, que não tinham condições de comprar casas e terrenos em bairros mais próximos do centro da cidade.

A construção da **Avenida Suburbana** (Afrânio Peixoto) na década de 1970 também teve impacto significativo no processo de urbanização do bairro. Este desenvolvimento, somado à instalação de **novas indústrias nas proximidades**, consolidou a ocupação de **Paripe** por trabalhadores industriais e outros setores proletários que não tinham acesso à propriedade da terra e optaram pela **autoconstrução**. Muitos desses ocupantes se estabeleceram em terras pertencentes à **prefeitura e ao governo do estado**, a leste do **vale do Paripe**, no entorno do núcleo original do **Loteamento Meirelles**. Por outro lado, nesses mesmos anos, esta região passou a ser conhecida como **Escola de Menores**, em referência a uma instituição instalada na área que abrigava menores infratores em processo de **ressocialização** (Rossi, 2016).

Na década de 1980, apesar de ser um dos bairros mais distantes do centro de Salvador, **Paripe experimentou o maior crescimento populacional da capital**, concentrando aproximadamente 47% de toda a população do Subúrbio Ferroviário (Vasconcelos, 2016). Atualmente, o bairro possui 52.469 habitantes, segundo o



Aline Bispo, Ernest Cañada e Natureza Franca no QUIAL Tubarão. Imagem de Alba Sud

4. RESULTADOS

4.4 QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

último censo populacional (IBGE, 2022), o que o torna **o maior bairro do Subúrbio Ferroviário**, tanto em **área territorial** quanto em **número de habitantes**.

Outra característica notável do bairro é o **intenso comércio local**, predominantemente **popular**. Contudo, apesar do rápido e acelerado crescimento urbano das últimas décadas, ainda é possível identificar em Paripe uma dinâmica cotidiana típica de uma zona de transição entre o urbano e o rural. Nesse sentido, embora em menor escala, **são mantidas práticas tradicionais** como a **pescas e a mariscagem**, além da **livre circulação de animais** pelas ruas e praias do bairro.

Ao caminhar por suas ruas, também é possível perceber que o bairro ainda apresenta **deficiências de infraestrutura urbana**, principalmente no que diz respeito ao **saneamento básico, ordenamento do território, coleta de lixo, oferta de serviços públicos e disponibilidade de áreas de lazer e recreação**. Dada esta situação, a população local e do entorno utiliza frequentemente a **praia como espaço recreativo e para a prática desportiva**, enquanto os eventos populares tendem a concentrar-se nas **praças do bairro**.

Assim como outros bairros periféricos da cidade, **Paripe é frequentemente estigmatizado pela sua associação com a violência e a pobreza**, imagem que é reforçada especialmente através da mídia local. Consequentemente, muitos moradores de outras áreas da cidade – considerando Paripe um lugar muito distante e conhecendo-o apenas pelo noticiário local – evitam visitá-lo. Isto levou à necessidade de desconstruir o imaginário de uma periferia associada às ideias de pobreza e marginalidade. É neste contexto que nasce uma experiência de intervenção cultural como o QUIAL Tubarão.



Paripe (Salvador). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.4 QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

QUIAL Tubarão

A **Associação Cultural Quilombo Aldeia Tubarão**, conhecida como **QUIAL Tubarão**, foi criada por iniciativa de Natureza França, moradora do bairro, produtora cultural, artista e arte-educadora, com o propósito de intervir neste território com uma proposta de transformação social baseada na promoção da cultura e das artes. “Tudo isso começou em 2004 com atividades sem grandes pretensões. Primeiro chamei de OPA, Organização Popular de Atividades, em que reuni jovens para discutir diversos temas”. O grupo começou a tomar forma anos depois, em 2013, com a formação do coletivo **A Corda Samba de Roda** e, posteriormente, em 2019, os primeiros encontros foram consolidados com o nome de QUIAL. “Fundamos o Quial, o Quilombo Aldeia Tubarão, porque entendemos que não basta apenas celebrar a ancestralidade africana neste território, pois aqui também existe um povo indígena. Se não reconhecermos a presença dos indígenas deste lugar, não podemos reconhecer mais nada” — explica Natureza.

Em 2021, o QUIAL consolidou-se através da sua formalização legal e estabeleceu a sua sede na casa da fundadora do grupo, Natureza França. Nesse mesmo ano, o coletivo passou a fazer parte do projeto **Favela Revela**, produtora e plataforma multimídia criada por jovens de bairros periféricos de Salvador e Rio de Janeiro. Outros projetos também foram incorporados, como o grupo cultural **Matriarcas de Tubarão** e o grupo **Capoeira no QUIAL**, que, por meio da cultura, das expressões artísticas e das festividades, reivindicam profunda resistência popular (Hercog, 2022) e trabalham com diferentes gerações por meio de uma multiplicidade de formas de expressão cultural. “Matriarcas é voltado principalmente para idosas. O Samba de Roda de Tubarão atravessa gerações. Capoeira no Quial é voltado para crianças e jovens. A Favela Revela, que é produtora cultural, audiovisual, plataforma multimídia e escola gratuita de produção cultural, é voltada ao público jovem”, detalha Natureza. Entre as diversas atividades socioculturais que promovem atualmente estão oficinas artísticas gratuitas



IV Encontro de Samba de Roda de Tubarão (Salvador). Imagem de Quial Tubarão

4. RESULTADOS

4.4 QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

As pessoas que compõem o coletivo são, em sua maioria, voluntários da universidade, do Subúrbio Ferroviário e de outras regiões próximas.

para a comunidade, projetos de promoção da leitura, rodas de sambas, rodas de capoeira, festas populares, produções audiovisuais e projetos de turismo comunitário. As ações do coletivo são direcionadas a toda a comunidade, com especial destaque para crianças, adolescentes, jovens e mulheres.

As pessoas que compõem o grupo são, em sua maioria, voluntários vindos da universidade, do Subúrbio Ferroviário e de outros territórios próximos. Natureza é a presidente da associação, que conta ainda com um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário e conselheiros, todos moradores do bairro. “No Matriarcas temos cerca de quinze ou dezesseis pessoas. O grupo de capoeira no QUIAL tem cerca de doze. Para financiar as suas atividades, a associação conta com apoio de editais públicos, mas esta não é a sua única fonte de receitas: **os produtos e serviços gerados por cada grupo também contribuem para a sustentabilidade das suas iniciativas.**”

Para a sua oficialização como associação, a QUIAL contou com o apoio de um legislador municipal, o vereador André Fraga, do Partido Verde. E em termos de gestão, contam atualmente com a colaboração do escritório Camarão Advogados e Associados e de Max Coimbra para os serviços de contabilidade. Da mesma forma, a produtora Pontos Diversos dá apoio institucional na administração da associação, assim como a Rede ao Redor, que colabora no desenvolvimento de projetos. Quanto à revisão dos projetos apresentados para financiamento público, eles contam com o apoio do professor Carlos Bonfim, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Para realizar e divulgar projetos de turismo comunitário, têm uma aliança com a Diaspora.Black, empresa social do setor do turismo e eventos que tem como missão promover experiências de viagens que promovam a diversidade étnica e racial.



Festa das caretas 2025. Imagem de Quial Tubarão

4. RESULTADOS

4.4 QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

Por meio das ações desenvolvidas pelo Centro de Economia Solidária (CESOL) do estado da Bahia, o QUIAL estabeleceu vínculos com outros grupos locais, como a REPROTAI, da Península de Itapagipe, e a comunidade Alto do Tororó, em São Tomé de Paripe. Porém, Natureza destaca que, antes da coordenação com o CESOL, já mantinham relacionamento com grupos como o Terreiro de Mãe Aurinda, a Associação de Capoeira Paraguaçu, do Mestre Gilmar Grande, o Voa Voa Maria e a comunidade de Matarandiba.

Além disso, o QUIAL ampliou suas conexões para bairros periféricos de outros estados, como a Favela da Maré, no Rio de Janeiro, por meio de sua associação com o Observatório de Favelas. Também mantém relacionamento com a Faculdade de Comunicação e o grupo de pesquisa Rede ao Redor, ambos da UFBA. Recentemente, iniciaram conversas com a administração municipal de Cultura através da Escola Criativa Boca de Brasa, um projeto gerido em colaboração com a produtora Pontos Diversos.

Características da oferta turística

As atividades ligadas ao turismo no QUIAL tiveram início em 2017 a partir do grupo de turismo cultural que tinha como objetivo divulgar e valorizar o trabalho das marisqueiras, bem como as tradições culturais de raízes indígenas e afrodescendentes num território com uma rica e densa história de resistência. “Aqui você está num lugar que era aldeia antes da colonização, antes da invasão. Quando essa aldeia é exterminada e a população negra chega para trabalhar, os indígenas que sobrevivem vão para a floresta, e são esses indígenas que abrem as estradas para os quilombos”, destaca Natureza.



Festa da Boa Morte em Cachoeira. Imagem de Samba no Corpo

4. RESULTADOS

4.4 QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

O grupo configurou seis propostas de atividades diferentes:

- **Rota Ancestral da Praia de Tubarão:** é um passeio no Subúrbio Ferroviário de Salvador, território ancestral Tupinambá, que inclui uma caminhada pela praia e pelo manguezal na companhia dos moradores locais. Neste roteiro são contadas histórias sobre a comunidade e suas tradições culturais, é possível conhecer as ruínas da antiga Fábrica de Cimento Salvador e passear pelas ruas de Tubarão, visitando matriarcas da comunidade e degustando a culinária local.
- **Mariscagem em Tubarão:** é uma atividade que começa com a coleta de mariscos, degustando frutos do mar ainda na casca e saboreando a tradicional moqueca, prato tradicional, no Boteco da Mari, estabelecimento comercial de uma moradora local. Essa experiência é acompanhada de histórias e memórias da comunidade de Tubarão, narradas por guias e moradores que participam do passeio, que acontece às margens da Baía de Todos os Santos, no Subúrbio Ferroviário de Salvador.
- **Rota Ancestral Ilha de Maré:** propõe um diálogo com as comunidades que fazem parte da Ilha da Maré, localizada a aproximadamente 7 km de São Tomé de Paripe. Durante este passeio, os visitantes podem aproximar-se destas comunidades para conhecer a sua realidade, o cotidiano da população, vivenciar práticas tradicionais e acessar materiais, produtos, gastronomia e artesanato produzidos pelos habitantes da ilha. Assim como nos demais passeios, a proposta busca mobilizar a economia criativa local e promover uma imersão nos modos de vida, memórias, práticas e saberes da comunidade.
- **Roteiro pela Ilha de Itaparica:** realizado em parceria com o projeto Samba no Corpo, iniciativa que promove vivências em territórios tradicionais por meio do samba de roda. A atividade acontece na casa da mãe Aurinda, tocadora de prato, mestra sambadeira e yalorixá. Sua casa também é terreiro de candomblé, culto afro-brasileiro dedicado aos orixás. Durante a visita, os participantes conversam com a matriarca e sambam com ela. Além disso, até chegar ao local é preciso fazer uma caminhada pela praia, que permite entrar em contato com a natureza e as belezas da Ilha de Itaparica.
- **Itinerário em Cachoeira:** pode ser feito em eventos programados, como a Festa da Boa Morte, durante a qual acontece uma experiência de samba de roda, também em colaboração com o projeto Samba no Corpo. Nesta imersão, o visitante participa do cortejo de Dona Dalva, referência do samba de roda local. Essa experiência, que acontece no contexto de uma festa de rua, é apresentada a cada ano com uma proposta diferente, permitindo que quem visita mergulhe e aprenda o samba de roda com as mulheres que são referências nesta expressão artística. Da mesma forma, os roteiros em Cachoeira podem ser adaptados à demanda do visitante em qualquer época do ano. Dessa forma, quem quiser conhecer a Bahia e o Recôncavo pode fazer um passeio em colaboração com guias locais e almoçar em um restaurante da região ou na casa de um morador.

4. RESULTADOS

4.4 QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

- **Roteiro Cultural do Subúrbio:** inclui as atividades programadas que são realizadas durante todo o ano pela comunidade local e pelo Quial Tubarão. A primeira dessas atividades é a Festa das Caretas de Tubarão, que acontece às vésperas do carnaval e é um evento que preserva a tradição das máscaras e dos cortejos carnavalescos do Subúrbio de Salvador. O segundo é o Encontro de Samba Roda de Tubarão, realizado em julho, que promove a interação entre grupos de samba de roda de Tubarão, Recôncavo e Ilha de Itaparica, com o objetivo de promover a troca de expressões, conhecimentos e, principalmente, de samba. A terceira atividade é o Caruru do Quial, que acontece em setembro. É organizado pelas matriarcas de Tubarão e tem como objetivo salvaguardar a tradição do caruru como momento de encontro comunitário para celebrar a comida, a espiritualidade e a fé. É um espaço de confluência das religiosidades dos povos afroindígenas brasileiros, que oferece ao visitante uma experiência imersiva na história e cultura da comunidade. Por fim, em dezembro é realizado o encontro de Capoeira no Quial. Este grupo desenvolve atividades com crianças e jovens da comunidade ao longo do ano de forma multidisciplinar e transversal, integrando-se em todos os eventos acima mencionados. Desta forma, o encontro Capoeira no Quial representa o culminar de um processo pedagógico multidisciplinar que visa a educação patrimonial e o fortalecimento da juventude do território, além de constituir mais uma experiência imersiva da qual o visitante pode participar ativamente. Da mesma forma, o Roteiro Cultural do Subúrbio oferece experiências personalizadas de acordo com a data e o interesse do visitante por locais históricos da região, como o Quilombo do Urubu, centros culturais, eventos e praias locais.

Esses percursos percorrem áreas que vão além do Subúrbio Ferroviário, evidenciando como a relação dos moradores com o território ocorre de forma ampliada dependendo



Rota Ancestral Praia de Tubarão. Imagem de Quial Tubarão

da história e da geografia do local. Além disso, essas experiências abordam uma perspectiva histórica dos povos que habitaram e ainda estão presentes neste local, bem como das transformações ocorridas em sua história. “Em nossos roteiros compartilhamos a experiência de ser suburbano e de ser uma aldeia Tupinambá - diz Natureza -. Compartilhamos a experiência de quem vive e se articula aqui. Em nossos passeios mostramos e pensamos como era antes e como é hoje, trazemos a presença dos povos indígenas e africanos neste território, a intervenção da indústria e o que ela causou, e compartilhamos a história da comunidade.” Além disso, destaca-se o papel do **Quial** como espaço de arte-educação e de desenvolvimento de atividades culturais, formativas e sociais, o que consolidou sua posição como referência local na produção cultural na perspectiva das culturas populares afro-brasileiras e indígenas.

Estes itinerários contribuem para mudar a percepção da cidade em relação aos estigmas que lhe foram atribuídos. Marco Antônio, conhecido como Neto, 22 anos, morador de Tubarão, participa do coletivo desde o seu início com o grupo A Corda, hoje Samba de Roda de Tubarão. Além de exercer a função de conselheiro do QUIAL e músico do grupo de samba de roda, atua como guia local em roteiros de turismo cultural. Para ele, essas atividades “estão mostrando que o Subúrbio não é só um lugar de violência. Você pode vir aqui para curtir, comer frutos do mar, tomar uma cerveja, um sorvete, porque a gente passa uma coisa diferente do que a televisão transmite diariamente”. E isso se reflete no dia a dia da comunidade, pois, segundo ele, “o turismo comunitário contribui para mudar a imagem da cidade”.

Os roteiros oferecidos têm um custo que varia entre 100 e 250 reais por pessoa. O grupo atende entre cinco e vinte pessoas, embora em alguns casos tenha recebido mais de trinta pessoas em um único passeio. Ao longo do ano realizam-se em média dez itinerários, com uma participação total entre cento e cento e vinte pessoas, com maior procura nos meses de verão.



Marisqueras de Tubarão. Imagem de Quial Tubarão

4. RESULTADOS

4.4 QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

Outras profissões dentro da cadeia produtiva são valorizadas, como o trabalho de design, guia e produção.

A valorização dos comércios e do território é um dos principais benefícios obtidos com a realização dos roteiros. Isso inclui o reconhecimento das marisqueiras e dos próprios frutos do mar, produto de baixo valor de mercado, bem como o das cozinheiras, mulheres que trabalham com a culinária tradicional da comunidade de Tubarão. Além disso, são valorizados outros trabalhos da cadeia produtiva, como trabalho de design, guia e produção. “Somos esse lugar de realização. De quem cuida do que existe, do que estava para se perder, porque a maior parte dos projetos e grupos de que falei pra vocês têm a ver com manifestações que já existiam aqui. Não inventamos nada, mas estavam adormecidos”, afirma Natureza.

O público que participa das atividades de turismo comunitário é formado, em sua maior parte, por pessoas de origem brasileira, embora também haja visitantes do exterior, mas em menor proporção. Estima-se que aproximadamente metade dos participantes sejam pessoas de Salvador e da Bahia, enquanto a outra parte vem de fora do Estado ou do país. Muitos destes visitantes chegam através de ligações com escolas, universidades e atividades culturais promovidas pela própria QUIAL, como o Samba de Roda, a Festa das Caretas e produções audiovisuais, entre outras.

Neto explica que o grupo está se estruturando aos poucos e tem o objetivo de estabelecer uma frequência fixa de duas vezes por mês para a realização de seus roteiros, além de contar com uma equipe dedicada exclusivamente às ações de turismo comunitário. Atualmente, os voluntários conjugam estas atividades com outros projetos do QUIAL, como é o seu caso.

A economia gerada pelo turismo comunitário ainda não se traduz na geração de empregos formais, mas se traduz numa maior circulação de recursos, que são



Ilhota. Imagem de Quial Tubarão

4. RESULTADOS

4.4 QUIAL TUBARÃO (SALVADOR)

distribuídos entre os atores locais que participam da atividade e, em alguns casos, até na própria associação. “Cabe a nós distribuir: o designer, o guia, se houver alguém responsável pela cobertura nas redes sociais, o geladinho, o almoço. Só às vezes conseguimos atribuir uma porcentagem para o QUIAL”, explica Natureza.

Num contexto de desigualdade, empobrecimento e violência numa zona periférica, o papel da QUIAL Tubarão é fundamental para a revalorização das atividades tradicionais da região e para gerar uma revitalização econômica baseada fundamentalmente no turismo local.



Ilha de Maré. Imagem de Quial Tubarão

4. RESULTADOS

4.5. GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

A favela Santa Marta está localizada no Morro Dona Marta, em uma encosta íngreme do bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, dentro de uma área pertencente ao Parque Nacional da Tijuca. Está localizada em um vale que separa a Enseada de Botafogo e a Lagoa Rodrigo de Freitas, algumas das áreas mais ricas da zona sul da cidade. Seu principal acesso é pela Praça Corumbá, pela Rua São Clemente, que segue paralela aos Voluntários da Pátria, as duas principais ruas que atravessam a favela. Comparada a outras favelas da cidade, a população de Santa Marta pode ser considerada, em alguns aspectos, pequena.

Suas primeiras casas foram construídas no final da década de 1920, como resultado das obras de ampliação do Colégio Santo Inácio. Inicialmente eram casas de madeira. Feitas pela população trabalhadora, operários que haviam saído do campo em busca de oportunidades de trabalho, que ali se estabeleceram com autorização da direção da escola, então proprietária do terreno. No topo da favela foi instalada uma igreja, comprometida com as necessidades de seus primeiros residentes. Os novos moradores chegaram de outras comunidades devido às políticas de expulsão implementadas pelo então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, na década de 1960. Acompanhando o intenso crescimento imobiliário na zona sul da cidade, a população de Santa Marta experimentou um grande aumento nas décadas seguintes (Ferreira-Barbosa, 2015).

Dada a falta de presença do Estado, bem como de infraestrutura e serviços públicos, a população da favela teve que se organizar durante décadas para melhorar suas condições de vida. A figura do “mutirão”, um sistema de ajuda mútua em que uma



Rio desde la favela de Santa Marta. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

série de pessoas se reúnem para realizar uma ação, como limpar, plantar, construir, etc., sem remuneração, tem sido fundamental tanto para a construção de moradias como para a melhoria das condições básicas de vida na favela: realizando tarefas de limpeza, introduzindo serviços de água ou eletricidade ou preparando as ruas para facilitar a acessibilidade. Graças ao mutirão também foi construída a **Associação de Moradores**, uma instituição fundamental de governança comunitária na vida da favela. Esta organização tem a capacidade de representar a comunidade em suas demandas prioritárias ao Estado ou de autorregular aspectos centrais da vida comum dentro da favela. Mas, ao mesmo tempo, também está sujeito à pressão de outros atores, como os grupos de tráfico de drogas, que durante anos mantiveram um forte controle territorial sobre a favela.

Na verdade, na história recente, alguns episódios ligados a essa dinâmica fizeram com que a favela Santa Marta ganhasse destaque na mídia. Um dos mais reconhecidos foi o conflito conhecido como “**batalha do Morro Dona Marta**”, na década de 1980, causado pelo confronto armado entre grupos rivais. Esses eventos tiveram ampla cobertura midiática, ocupando as capas dos principais jornais impressos do país, bem como da mídia internacional.

Situações como essa mostram como o tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro não é um fenômeno recente. Na realidade, desde a década de 1970 a presença de diferentes grupos armados tem sido constante e influenciou fortemente a vida cotidiana, o comércio, as regras de convivência e até a geografia local. Para a população residente na favela, sua presença tornou-se cotidiana e, de certa forma, é vista como uma representação semelhante à do Estado, embora com formas mais complexas de exercício do poder. Isto realça a complexidade deste cenário, pelo que, como diz **Sheila Sousa**, uma das guias locais entrevistadas, “temos um poder oficial e um poder paralelo e, por



Santa Marta (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

vezes, o que não se consegue a partir do Estado, só se consegue através do poder paralelo”. Esta situação fez com que ser membro da mesa da Assembleia de Moradores se tornasse algo arriscado. “Tivemos anos muito difíceis”, diz Sheila, “com presidentes de Assembleia assassinados. É difícil ser presidente da associação, porque eles estão recebendo pressão de todos os lados, principalmente do tráfico de drogas.

O turismo decola

Assim como outras favelas icônicas do Rio de Janeiro, nos últimos anos, Santa Marta tornou-se um destino turístico reconhecido. Embora não haja um acordo claro sobre qual empresa começou a comercializá-los para o turismo, há algum consenso de que o seu início ocorreu durante a **ECO 92**, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, quando este tipo de áreas atraiu o interesse de algumas pessoas que assistiram àquele evento (de Souza, 2016). Porém, por estar localizada em uma região menos turística da cidade que Copacabana ou Ipanema, seu processo de transformação tem sido menos intenso do que em outras favelas.

De qualquer forma, a penetração do turismo em Santa Marta foi favorecida por alguns acontecimentos que lhe conferiram certa notoriedade, como, por exemplo, a gravação do videoclipe da música *They don't care about us* do cantor norte-americano **Michael Jackson**, dirigido pelo cineasta **Spike Lee** em 1996. Isso gerou uma grande mobilização dentro da favela, bem como na mídia mundial (Dias Mano et al., 2017).



Santa Marta (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

Mas, também, no caso de Santa Marta, pela sua geografia e localização, têm o “morro”, que é um dos maiores miradouros da cidade e daí o seu potencial como local com vistas privilegiadas para observar e fotografar a cidade (Angelini, 2019).

Desde 2010, o turismo tem servido de justificativa para o lançamento de projetos de segurança, melhorias de infraestrutura e desenvolvimento de capacidade em muitas favelas do Rio de Janeiro (Angelini, 2019; Fagerlande, 2020). Entre 2007 e 2016, a cidade sediou diversos megaeventos esportivos: Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos de Verão (2016). Isto fez com que se iniciasse um processo de transformação para facilitar a sua realização e, ao mesmo tempo, promover a visitação turística. Um de seus elementos centrais foi a **pacificação do Morro Dona Marta** entre 2008 e 2016. Seu objetivo era recuperar o controle territorial em áreas dominadas pelo tráfico de drogas e melhorar as condições de segurança (Dias Mano et al., 2017). O projeto incluiu a instalação da primeira **Unidade de Polícia Pacificadora** (UPP) do Rio de Janeiro, em Santa Marta, em dezembro de 2008. A intervenção foi progressivamente estendida a outras favelas da cidade ao longo dos anos seguintes. Isto significou uma presença permanente de polícias armados que assumiram o controle da ordem e do espaço público e, sobretudo, reduziram a visibilidade da violência armada, o que facilitou a entrada de programas públicos e privados de natureza económica, social e cultural (Freire-Medeiros et al., 2013; Vieira da Cunha e Sisternas Tussell, 2018).

Em seus primeiros anos, as UPPs conseguiram reduzir significativamente os índices de violência nas áreas onde foram instaladas, proporcionando um ambiente mais seguro tanto para moradores quanto para visitantes. Consequentemente, a percepção de segurança nas favelas melhorou temporariamente, permitindo o desenvolvimento do turismo e a instalação de diversos tipos de negócios (Fagerlande, 2020). Embora, ao



Santa Marta (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

mesmo tempo, tenha gerado novas dinâmicas de controle sobre a população (Vieira da Cunha e Sisternas Tussell, 2018).

Por sua vez, foi construído um bondinho, conhecido como **plano inclinado do Santa Marta**, inaugurado em 2008. Isso facilitou a acessibilidade e a mobilidade dentro da favela, conectando diferentes áreas e atraindo numerosos visitantes, o que o tornou um elemento-chave para o turismo, além de ser uma atração por si só (Fagerlande, 2020). As ruas dentro da favela também foram pavimentadas, alguns espaços públicos, como mirantes e praças, foram construídos, e a sinalização, com obras civis e o acesso em alguns pontos-chave foram melhorados. Estes investimentos melhoraram a conectividade e a qualidade de vida da população residente, mas também serviram para melhorar o acesso dos visitantes externos e posicionar a área para o turismo, com tudo o que isso implicaria. Paralelamente, foram regularizados alguns serviços informais, como a eletricidade e a televisão a cabo, que eram controlados por traficantes de droga e milícias. Em meados de 2009, o abastecimento de água também foi formalizado e algumas obras de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que já vinham sendo realizadas antes da instalação da UPP, foram agregadas ao processo de reforma urbana em curso na favela (Fagerlande, 2020).

Por outro lado, em 2010 foi lançado o projeto **Rio Top Tour** com a promessa de gerar inclusão social por meio do turismo (Freire-Medeiros et al., 2013). A iniciativa foi resultado da colaboração entre o Ministério do Turismo e o governo do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o então ministro do Turismo, Luiz Barretto, durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, [essa iniciativa buscou a integração econômica e social por meio do turismo](#). Sua intenção era promover o desenvolvimento do turismo local gerido diretamente pela comunidade, que deveria adquirir maior destaque. Entre as ações realizadas, foram instaladas sinalizações e destacados pontos de interesse da



Santa Marta (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

favela, elevando esses locais à condição de “pontos turísticos”. Assim, por exemplo, um mosaico do artista brasileiro Romero Britto e uma estátua de bronze de Michael Jackson em tamanho original, feita pelo cartunista Ique, foram instalados no mesmo local onde foram gravadas as cenas do videoclipe em 1996. Também foi realizada uma campanha publicitária para divulgar trinta pontos de interesse turístico. Da mesma forma, ofereceram oficinas e cursos aos moradores para capacitá-los como guias de turismo. Nesse âmbito, cinquenta moradores da favela foram capacitados para orientar turistas na favela Santa Marta. Além disso, foi ministrada formação específica em artesanato e outros produtos que pudessem ser comercializados como souvenirs. Por outro lado, foram estabelecidas alianças com instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e outras entidades de desenvolvimento para apoiar o desenvolvimento da economia solidária na favela. O comércio local também foi promovido com a facilitação de linhas de crédito para pequenos empreendedores, permitindo-lhes desenvolver negócios que beneficiam diretamente a comunidade (Ferreira Barbosa, 2015; Rodrigues, 2018).

Salete Martins, guia de turismo do Santa Marta e uma das participantes do curso de instrutores locais, conta que, após essa formação inicial, a Rio Top Tour encaminhou os interessados em continuar a formação para a escola Antônio Prado Júnior para fazer cursos de guia regional, nacional e sul-americano. “Aqueles que não continuaram a formação como guias e técnicos de turismo obtiveram licença para atuar como monitores locais apenas dentro da favela”, finaliza. A regulamentação brasileira do turismo permite diferenciar o credenciamento entre guias de turismo e monitores locais, que só podem levar os visitantes aos locais onde residem. Desta forma, o projeto incentivou que as atividades turísticas fossem organizadas e conduzidas pelos próprios moradores de Santa Marta, eliminando a dependência de operadores externos (Dias Mano et al., 2017).

Todas essas iniciativas, somadas ao recente clima de “segurança” na favela, amplamente noticiado pela mídia internacional, fizeram com que celebridades do meio artístico, como o ator Hugh Jackman ou as cantoras Beyoncé, Madonna e Alicia Keys, visitassem a favela, o que acentuou ainda mais sua projeção internacional. O perfil dos visitantes, segundo estudo de Freire-Medeiros et al. (2013), em sua maioria eram estrangeiros, quase metade europeus, seguidos pelos oriundos da América do Norte, de classe média alta, mais de 60% com ensino superior e com idade média de 40 anos.

Porém, após esses acontecimentos, **a crise financeira do Estado do Rio de Janeiro em 2016 e a consequente falta de recursos para manter as UPPs levaram a um progressivo desmantelamento da política de pacificação**. O processo culminou em 2018 com a retirada total das unidades policiais. Isto provocou um aumento do sentimento de insegurança e o retorno visível do crime organizado em muitas favelas e, em particular, em Santa Marta. Consequentemente, o turismo foi afetado por estas mudanças, reduzindo o número de visitantes e provocando o encerramento de muitos empreendimentos turísticos.

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

Além disso, apesar das suas contribuições, **o projeto Rio Top Tour também tem sido alvo de críticas devido a vários fatores que limitaram o seu sucesso a longo prazo.** Um dos principais problemas foi a diminuição do apoio governamental após a conclusão das fases iniciais, o que privou os residentes dos recursos necessários para sustentar as atividades turísticas e fortalecer o projeto. Além disso, a favela possuía infraestrutura precária, pois, embora algumas melhorias tenham sido realizadas, não foram suficientes para garantir um fluxo constante de visitantes e permitir a expansão do turismo. Outro desafio foi a dependência excessiva do Estado, uma vez que a iniciativa não conseguiu estabelecer uma base autossuficiente dentro da comunidade, dependendo fortemente do apoio estatal e de alianças institucionais. Por fim, embora o projeto tentasse promover uma imagem positiva da favela, observou-se que alguns turistas continuaram a reproduzir estereótipos sobre pobreza e violência, o que influenciou a percepção externa da comunidade (Rodrigues, 2018). Por sua vez, guias locais como Sheila Sousa consideram que o problema era mais fundamental, de como o Estado via a comunidade e como eles chegavam à favela: “não funcionou muito bem porque o Governo tinha uma forma de pensar e ver espaços como as favelas com muitos preconceitos. Eles vieram com o projeto e queriam resolver rapidamente e não queriam perder muito tempo com processos de construção social. Eles queriam um processo muito rápido, queriam um produto turístico agora, e eu queria discutir como isso iria afetar o aumento do turismo. E isso me incomodou, porque “eu acreditava que tínhamos que ter uma discussão muito mais profunda do que apenas como criar atrações turísticas”.

A falta de uma política de segurança eficaz após a saída das UPPs e a deterioração da infraestrutura deixaram as comunidades em estado de vulnerabilidade e dificultaram a continuidade dos projetos turísticos. A sua retirada mostrou a fragilidade do modelo, dependente do financiamento estatal e a integração limitada das comunidades na



Santa Marta (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

gestão destas políticas. Segundo **Teresa Mendonça**, pesquisadora e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, **a segurança se tornou um fator crítico para a consolidação do turismo nas favelas cariocas**: “O Estado não garante segurança. Então, eles começam a operar, mas têm que parar. Não há segurança para eles continuarem trabalhando com turismo. Como resultado, as visitas às favelas diminuíram muito.”

Algumas iniciativas comunitárias conseguiram sobreviver, demonstrando a resiliência dos moradores e sua capacidade de gerar renda por meio do turismo, mesmo em condições adversas.

Apesar destes contratempos, algumas iniciativas comunitárias conseguiram manter-se, demonstrando a resiliência dos habitantes e a sua capacidade de gerar renda através do turismo, mesmo em condições adversas. Esta virtude foi explicada pelas suas raízes comunitárias; pelo desenvolvimento de uma economia baseada em redes locais, com diversificação de atividades; por possuir maior flexibilidade operacional; adaptar-se melhor à deterioração das infraestruturas. Por outro lado, os empreendimentos externos, mais dependentes de condições favoráveis de segurança, manutenção da

infraestrutura pública e continuidade dos fluxos turísticos, tiveram mais dificuldades de adaptação ao contexto de crise (Fagerlande, 2020).

Apesar dos benefícios que o desenvolvimento turístico de Santa Marta trouxe, também foram identificados problemas que com ele se acentuaram, como o aumento dos valores imobiliários nas áreas próximas, atraindo o interesse de atores internacionais e figuras públicas, o aumento da especulação imobiliária ou o aumento do custo de vida (Dias Mano et al., 2017). Isso provocou um processo incipiente de gentrificação e deslocamento de moradores com menos recursos, numa dinâmica descrita em diversas favelas da cidade (Miranda, 2015; Vieira da Cunha e Sisternas Tussell, 2018). Santa Marta tornou-se um símbolo desta estratégia, destacando a ligação entre segurança pública, urbanização e comercialização do espaço urbano (Ferreira Barbosa, 2015). Embora as dinâmicas comunitárias tenham tentado corrigir a desigualdade e os impactos negativos do desenvolvimento do turismo na favela, elas também fizeram parte deste processo.

Guiamentos turísticos

O desenvolvimento do turismo nas favelas do Rio de Janeiro, e particularmente em Santa Marta, tem se concentrado fundamentalmente na visitação, e não na hospedagem, que tem tido menos presença do que em outras favelas (Fagerlande, 2020). O guia adquiriu um papel fundamental para o funcionamento do turismo neste tipo de espaço, pela sua capacidade de mostrar a favela e oferecer uma experiência que os visitantes não podem ter sozinhos (Dias Mano et al., 2017).

Com base no Programa Rio Top Tour e na formação recebida, os guias locais facilitaram a possibilidade de conhecer a favela com passeios baseados em narrativas próprias, nas quais foram destacadas explicações históricas e culturais, tentando assim escapar dos vínculos com a pobreza e a violência (Ferreira Barbosa, 2015).

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

As pessoas que atuam como guias são reconhecidas como mediadores culturais, que auxiliam na sua interpretação e representação (Angelini, 2019).

No caso do Santa Marta coexistem diversas formas de organização da orientação. Por um lado, existem guias ligados a empresas externas que podem ocasionalmente entrar na favela para fazer um passeio, embora a sua presença tenha sido drasticamente reduzida nos últimos anos. Por outro lado, além disso, **no Santa Marta existem três tipos de guias locais**, residentes: guias credenciados membros da Associação de Guias de Santa Marta; guias credenciados independentes e não afiliados; e, por fim, os guias informais, que trabalham de forma irregular, sem se comprometerem com nenhuma estrutura coletiva.

Entre estes diferentes grupos de guias, mas também dentro deles, surgiram diversas tensões. Por exemplo, entre guias externos e locais da favela que questionam quem tem a legitimidade necessária para representar este tipo de espaço e se beneficiar do turismo (Angelini, 2019).

O primeiro grande conflito que enfrentaram foi o desconforto causado pelos passeios organizados pela empresa **Jeep Tour**, principal operadora de turismo nas favelas do Rio de Janeiro, especialmente na Rocinha e no Vidigal, onde existem ruas que permitem a circulação interna de veículos de grande porte. Estes guiamentos caracterizavam-se pela presença de grandes grupos, de cinquenta a cem pessoas, acompanhados por guias de fora da favela. Além disso, durante os passeios era comum os turistas se perderem na favela ou tirassem fotos das crianças e, em geral, da população residente, sem a sua autorização, o que violava a sua privacidade e a privacidade da população,



Santa Marta e Salete Martins (Rio de Janeiro). Imagens de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

gerando forte desconforto. “O Jeep Tour vinha duas ou três vezes por dia, com muitos turistas, que não respeitavam o espaço, e ganhavam muito dinheiro, mas nos diziam que não estávamos qualificados. Mas, para mim, o pior é que disseram coisas não tinham nada a ver com a nossa história, com a nossa cultura, e deram uma ênfase muito forte à pobreza. Então foi criada uma coisa muito romantizada da favela e ao mesmo tempo muito feia, mostrando-a como um espaço de extrema vulnerabilidade e de coisas muito negativas”, reclama Sheila ao relembrar essa dinâmica.

O turismo de safári tratava a favela como um produto, como algo exótico, um lugar de perigo.

Esse turismo de safári, como era catalogado naquela época, já estava presente em outras favelas, principalmente na Rocinha, primeiro local do Jeep Tour. Nessas visitas, que também foram realizadas por outras agências, trataram a favela como um produto, como algo exótico, um lugar de perigo, lembrando os safáris na África em que os turistas visitam animais selvagens (Machado, 2007). Por outro lado, este tipo de visitas deixava a população com poucos rendimentos, pois o seu consumo no local era muito limitado (Ferreira Barbosa, 2015). “O que aconteceu é que quem mais ganhava com o turismo em Santa Marta eram as pessoas de fora”, diz Sheila.

Mas também tem havido conflitos entre guias credenciados e não credenciados pela forma como trabalham e pelo que promovem em suas visitas, como encontros com pessoas ligadas ao tráfico de drogas ou mesmo facilitação da compra de drogas. Neste caso, embora sejam pessoas que vivem na comunidade, não os consideramos na nossa análise do turismo comunitário, devido à sua falta de integração em estruturas de governação coletiva e de cumprimento das suas regras.

Coletivo de Guias Santa Marta

O **Coletivo de Guias Santa Marta** foi criado em 2016 por meio da intervenção do programa **Rio Top Tour**. Criado com o objetivo de organizar a oferta local, ter mais poder de negociação com outros atores e promover dinâmicas turísticas que favoreçam a população residente na favela, além de se comprometer com discursos mais condizentes com a realidade e respeitosos à sua população. Eles começaram a trabalhar na favela em coordenação com a Assembleia de Moradores, que autorizou sua atividade sob certas condições, como limitação de grupos, pagamento de determinada quantia por turista destinado ao funcionamento normal da Assembleia ou cumprimento de certas regras de comportamento, como não tirar fotografias da população local. “Pedimos autorização ao nosso presidente, respeitando todas as partes”, afirma **Salete Martins**, uma das guias que integram o Coletivo. Apesar destes espaços de articulação e colaboração, as relações entre guias refletem a constante negociação entre os interesses comunitários e as dinâmicas competitivas, influenciadas pela intervenção estatal e pelo turismo como ferramenta de inclusão social.

Embora cada guia tenha a sua empresa e atue de forma independente, o grupo está organizado para cobrar aos visitantes o mesmo valor, 90 reais por pessoa num passeio de duas horas. O ponto de encontro entre turistas e guia é a Praça Corumbá, na entrada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

da favela. Neste momento, o guia e o grupo conversam e são esclarecidas algumas informações, como não tirar fotos de pessoas, apenas de casas ou pontos turísticos.

Inicialmente, aderiram doze guias residentes na favela, credenciados pelo Ministério do Turismo e que haviam participado da capacitação oferecida pelo projeto Rio Top Tour. “Nos primeiros anos”, explica Salete Martins, “o grupo realizava reuniões regulares e tinha um calendário de atividades. Mas depois da pandemia de COVID-19, essas reuniões deixaram de ser tão frequentes e dois membros do grupo dedicaram-se a outras profissões, pelo que hoje o grupo é composto apenas por dez guias.

Uma das motivações dos visitantes é “ter a experiência de entrar em uma favela, ver como vivemos, como é a nossa história, como é viver em uma favela”.

A maioria dos visitantes do Santa Marta deseja conhecer o espaço de Michael Jackson e o local por onde passaram vários artistas famosos. Mesmo assim, segundo Salete, outra motivação dos visitantes é “ter a experiência de entrar em uma favela, ver como a gente vive, como é a nossa história, muitos também vêm por isso, né, como é morar na favela”. Para Salete, **o turismo em Santa Marta é fundamentalmente voltado para o público estrangeiro.**

Após o retorno das atividades turísticas após a pandemia, o grupo tem recebido muitas pessoas da França, Espanha e países da região. Segundo ela, os turistas nacionais e locais mal “querem subir para conhecer uma favela, conhecer a nossa história, e acham que aqui só tem droga, miséria”. Teresa Mendonça reforça a análise da confirmação dessa diferença de nacionalidade de quem percorre as favelas do Rio de Janeiro: “o perfil do visitante da favela é estritamente estrangeiro, com ensino superior e alto poder aquisitivo. Quem visita a favela é gente que já viajou pelo mundo e quer conhecer uma realidade social diferente. Se você olhar a quantidade de brasileiros e cariocas que os visitam, é muito baixo. Porque? Porque a pobreza e a favela fazem



Santa Marta (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

parte da realidade deles, então ninguém quer ver a favela. “Eles preferem ir à praia ou a qualquer outro lugar.”

Para Salette, o objetivo dessas atividades é desenvolvê-la de forma que ganhe não só o guia, mas a favela como um todo. Por isso, durante os passeios, eles levam os turistas a lojas de souvenirs, oferecem artesanato local e visitam bares. Segundo ela, “essa dinâmica permite que o dinheiro que os turistas trazem circule mais na comunidade”.

Guias independentes: **Brazilidade**

Porém, nem todos os guias locais credenciados decidiram aderir à iniciativa do Coletivo. Por exemplo, **Sheila Souza**, formada em Turismo e com MBA em Turismo e Negócios, participante do programa de formação inicial de instrutores de turismo do Rio Top Tour, e que em 2010 criou o projeto **Brazilidade**, decidiu continuar trabalhando de forma independente. Sua abordagem estava mais voltada para a utilização de roteiros com finalidade educativa, principalmente para a população estudantil. “Eu faço uma intervenção totalmente educativa, antirracista, essa é a minha abordagem. Então, é muito diferente do que eles fazem, que trabalham com turistas, enquanto eu trabalho com instituições de ensino”. Mas, além disso, foram acrescentados outros fatores, como uma leitura crítica da dinâmica turística e a necessidade de aprofundar numa perspectiva mais ampla, não meramente comercial.

Sua proposta inclui passeios pela favela com forte conteúdo educativo com abordagem feminista e antirracista. Através desta atividade promove-se a valorização da história, da cultura, da identidade e de tudo o que se faz na favela. “O Brazilidade é uma empresa de



Santa Marta e Sheila Souza (Rio de Janeiro). Imagens de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

impacto social. Queremos provocar uma discussão antirracista e valorização da história da cultura e da identidade”, afirma Sheila.

O Brazilidade oferece quatro tipos de atividades:

- A **Experiência Guiada**, que assim como o grupo de guias, tem duração de duas horas e pode ser feita a pé pela favela ou utilizando o bondinho.
- **Palestra Favela Santa Marta**, com duração de uma hora e destinado a estudantes, professores e pesquisadores. Entre os temas discutidos estão os processos de urbanização da favela, sua pacificação e o impacto que o turismo causa na cidade.
- **Educatur**, um serviço oferecido a estudantes, professores e investigadores, com o objetivo de proporcionar uma experiência para além do turismo. Assume a forma de palestra ou vivência orientada onde as disciplinas são divididas por temas: turismo, sociologia - antropologia, geografia, arquitetura - engenharia e serviço social.
- **Desfile com a escola de samba da comunidade: Mocidade Unida do Santa Marta**. Esta proposta permite que você participe de um desfile de escola de samba junto com membros da comunidade. Os membros da comunidade organizam desfiles de escolas de samba durante todo o ano para se apresentarem durante o carnaval. A escola é dividida em seções, com turmas de alas, onde cada participante tem uma função específica de acordo com um tema. A atuação das escolas de samba é avaliada por uma comissão de jurados que avalia e define a escola vencedora do concurso.

Além do compromisso social com a comunidade, o Brazilidade doa parte da renda das visitas que organiza à associação de moradores e ao grupo ECO, organização educacional e cultural sem fins lucrativos que promove e apoia a favela Santa Marta desde 1976.

Para entrar em contato com a Brazilidade, os turistas podem se comunicar por e-mail, telefone ou utilizar as redes sociais. No caso do Brazilidade, o percentual de residentes estrangeiros é reduzido para aproximadamente 40% e o restante são turistas nacionais. Essa demanda vem principalmente do ambiente universitário. “Na verdade são os professores”, explica Sheila, “porque não é a universidade que me contrata. São os professores”. Ela esclarece ainda que, embora seja especialista em turismo, o público que a procura não busca uma abordagem turística, mas sim uma discussão crítica sobre o espaço da favela. E também para que quem estuda turismo também tenha alguma responsabilidade na educação dos seus visitantes nos espaços que visita.

Nessa perspectiva, o turismo organizado pelo Brazilidade torna-se uma forma de **pedagogia social**, nas palavras de Sheila Souza. Estar na favela faz com que o visitante saia da zona de conforto e isso permite que ele se aproxime de um processo

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

educativo que, segundo Sheila, se articula em torno de quatro eixos principais: “1) humanizar, ou seja, estabelecer vínculo com as pessoas; 2) conversar e ajudar a entender os problemas sociais; 3) valorizar o que existe, o que as pessoas fazem; e 4) oferecer normas comportamentais sobre como interagir com aquela realidade diferente da sua”.

Na perspectiva de Sheila, a prática do turismo na favela permite humanizar, ou seja, estabelecer vínculo com as pessoas; conversar com elas e ajudá-las a compreender os problemas sociais; valorizar o que existe e o que as pessoas fazem; e estabelecer normas de comportamento, de como interagir com essa realidade que é diferente. O turismo também pode ser visto como uma pedagogia social e como uma ferramenta para desenvolver intervenções para preservar a história. “A ideia é trabalhar com legados. O que você está deixando para trás? Não se trata apenas de impactar quem está de fora. É preciso permitir que legados sejam criados internamente”, finaliza Sheila. O objetivo subjacente é ver como através desses roteiros há uma reavaliação do potencial das favelas como espaços de desenvolvimento social. “Podemos olhar para a favela como uma potência para desenvolver muitas coisas, cultura, história, identidade, podemos; há um grande poder aqui”. Desta forma, o turismo torna-se um instrumento didático que, por exemplo, permite mostrar e integrar um território segregado e estigmatizado de uma forma mais experiencial e humanizadora.

Lógicas do turismo comunitário urbano em Santa Marta

Ao contrário de outros bairros populares, em Santa Marta não existe uma associação que organize diretamente a atividade turística. O Coletivo Guias estabelece mecanismos de colaboração e regulação entre determinados agentes, e outras iniciativas que



Santa Marta (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.5 GUIAS DE SANTA MARTA (RIO DE JANEIRO)

prestam serviços semelhantes, como o Brazilidade, não necessariamente fazem parte dele. No entanto, todas estas iniciativas são consideradas de base comunitária. Além do simples significado de serem moradores da favela, o compromisso ativo com a sua comunidade significa que eles podem ser considerados parte do turismo comunitário urbano. Esse compromisso se expressa, por um lado, na aceitação das normas estabelecidas pela Assembleia de Moradores, estrutura de governança de toda a favela, e, por outro, na contribuição para isso. Por outro lado, esta identificação comunitária através do turismo tem sido forjada no conflito com agentes externos e através do interesse de que a sua atividade beneficie realmente a sua comunidade. Isso se expressa na facilitação do consumo dos visitantes no comércio local (alimentos, bebidas, souvenirs ou visitas a algumas casas) ao longo do passeio e que as formas de representação da favela correspondam ao que desejam seus moradores, com respeito e reconhecimento diante das perspectivas externas que os estigmatizam. O próprio fato de se deslocar a pé, acompanhado por alguém local, em pequenos grupos, facilita a interação com a população residente.



Rio de Janeiro a partir do Santa Marta. Imagem de Ernest Cañada

4.
RESULTADOS

4.6.
MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

As **favelas do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho** estão localizadas entre os bairros de Ipanema, Copacabana e Lagoa, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O seu surgimento remonta ao início do século XX, mas apesar de fazerem parte do mesmo território, cada um tem origens e características próprias, fruto das diferentes trajetórias que tiveram ao longo dos anos. No caso do Cantagalo, é considerada uma das primeiras favelas do Rio de Janeiro e sua ocupação remonta ao início do século XX, quando chegaram escravizados libertos vindos de Minas Gerais e do Espírito Santo (do Nascimento, 2023). Mais tarde, a partir da década de 1920, operários que trabalharam na construção dos bairros de Copacabana e Ipanema se estabeleceram ali e fizeram ali seus barracos porque não tinham onde ficar. Progressivamente a região foi sendo preenchida por famílias que viviam em casas de madeira, sem qualquer infraestrutura, como eletricidade ou água potável.

Já as favelas **Pavão e Pavãozinho** ocupam a parte do morro que vai em direção ao bairro de Copacabana. As duas favelas têm a mesma origem, o que difere da do Cantagalo, fato que gerou rivalidades entre seus moradores desde o início da ocupação do maciço. Essas tensões foram intensificadas pela presença de diferentes facções de grupos ligados ao tráfico de drogas em cada uma das favelas. A ocupação começou no final da década de 1930, mas a partir da década de 1950 a área começou a perder população devido às dificuldades de deslocamento ao longo do declive do morro. Numa segunda fase de ocupação, a partir do final da década de 1950, e com maior afluência entre as décadas de 1980 e 1990, imigrantes vindos do Nordeste chegaram ao morro, tornando-se a maioria dos atuais moradores do Pavão e do Pavãozinho. Esses territórios



Museu de Favela (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.6 MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

também abrigaram pessoas oriundas do desmonte de favelas vizinhas, ocorrido em decorrência de diversas políticas de remanejamento no início do século XX, como a favela do Pinto, que ficava às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas (do Nascimento, 2023).

Todo esse processo de urbanização foi feito de modo informal, sem planejamento nem oferta de serviços. Desde a década de 1960, à medida que as favelas se adensavam, ocorreram inundações e deslizamentos de terra, causando sucessivos soterramentos e muitas pessoas perdendo suas casas. Diante dessa situação, na década de 1980 as três favelas começaram a ser urbanizadas com diferentes projetos governamentais. A urbanização ao invés de remoção somente, só ocorreu após a confirmação da impossibilidade de deslocar uma população tão numerosa e, em particular, após os efeitos das chuvas de 1976. Contudo, a situação de risco continuou e na véspera de Natal de 1983 um tanque de água tombou no Pavãozinho, levando consigo um grande número de casas e várias pessoas morreram e muitas casas foram perdidas (Pinto; Silva; Loureiro, 2012). O agravamento do problema finalmente fez com que o governo federal interviesse e lançasse um programa para fornecer moradia aos que as perderam e instalar a rede de água, esgoto e eletricidade.

Em 2008, no âmbito do **Programa de Aceleração do Crescimento** (PAC), uma colaboração entre os governos federal e estadual, foram lançadas uma série de obras de infraestrutura e projetos de desenvolvimento econômico e social em todas as regiões do país. Essas iniciativas de desenvolvimento econômico e social foram denominadas “obras sociais do PAC” ou “PAC social” e correspondiam entre 3% e 10% dos recursos do programa. No Rio de Janeiro, o PAC concentrou-se principalmente nas favelas (Moraes, 2011).



Vista do Rio de Janeiro a partir do Cantagalo. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.6 MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

Como em outras favelas do Rio de Janeiro, e como foi descrito no caso de Santa Marta, entre 2010 e 2016, a presença turística aumentou significativamente devido aos megaeventos esportivos que a cidade sediou naqueles anos e às diferentes iniciativas públicas que tentaram consolidar uma oferta complementar. No caso de Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, além da presença das **Unidades de Polícia Pacificadora** (UPPs), explicada anteriormente, foram feitos **investimentos em infraestrutura que melhorariam sua acessibilidade e gerariam novos atrativos**. Com a presença policial, o controle do tráfico de drogas no território foi reduzido por um tempo. A construção de um elevador-mirante facilitou o acesso às partes mais altas da favela, ao mesmo tempo que permitiu vistas panorâmicas da cidade, o que também atraiu visitantes e acabou se tornando um elemento que favoreceu a promoção do turismo na área. Assim como em Santa Marta, algumas ruas também foram pavimentadas para melhorar o trânsito, e alguns pontos-chave também receberam sinalização devido ao seu atrativo turístico (Fagerlande, 2020).

O desenvolvimento do turismo no Cantagalo-Pavão-Pavãozinho foi favorecido pela proximidade com bairros mais turísticos e icônicos do Rio de Janeiro, como os já citados Ipanema e Copacabana, e isso atraiu mais investimentos e visitantes. Desta forma, o turismo cresceu significativamente, atingindo o seu pico em 2016, quando se registou o maior número de alojamentos dentro da comunidade e seu entorno. Isto também levou a problemas de aumento de preços e ao deslocamento de algumas pessoas com menor capacidade econômica. No entanto, o encerramento do elevador-mirante em 2018, devido à sua deterioração, afetou negativamente a continuidade da atividade turística (Fagerlande, 2020). Da mesma forma, com o fim das políticas de pacificação, a presença do tráfico de drogas voltou a assumir o controle do território. Dessa forma, a polícia voltaria a permanecer na periferia, sem nunca entrar na favela. Mas neste contexto, como também foi descrito noutros casos, iniciativas comunitárias, como o Museu de Favela, em Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, que foi criado no âmbito do que foi promovido pelo PAC, têm demonstrado maior resiliência e capacidade de adaptação.

Museu de Favela

O Museu de Favela foi fundado em 2008, mas a comunidade começou a planejar o projeto em 2007. Sua existência é resultado da mobilização de alguns moradores do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo em torno das ações do PAC. Uma das ações sociais desse programa foi a oferta de cursos de formação profissional com o

A existência do Museu de Favela é resultado da mobilização de alguns moradores do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo.

objetivo de que, após a conclusão, fosse criada uma cooperativa para que a comunidade tivesse uma forma alternativa de geração de renda econômica. “Quando o governo vem com um projeto para a comunidade, eles já trazem pronto. Não perguntam para a comunidade o que é preciso, o que eles gostariam... não, já vêm com a ideia de que é uma comunidade carente. E como é entre Copacabana e Ipanema, onde falta mão de obra de restaurantes

e hotéis, eles decidem que a gente tem que fazer cursos de garçomete, cozinheira, costureira,... E trouxeram um pacote desses. “Então nós, como moradores e pessoas

4. RESULTADOS

4.6 MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

ativas, lideranças comunitárias, formamos um conselho para trabalhar em conjunto com o PAC”, diz Antônia Soares, moradora da favela e uma das pessoas que participaram desse processo inicial. Os líderes comunitários envolvidos discutiram qual a abordagem que queriam dar àquela iniciativa, até chegarem a um consenso de que queriam criar algum tipo de instituição que servisse de vitrine para a comunidade e para os vários projetos culturais que nela já existiam. . “Então começamos a discutir e falamos que não queríamos isso, queríamos uma instituição que mostrasse para a comunidade”, continua Antônia. E foi assim que surgiu a ideia de desenvolver algum tipo de atividade ligada ao turismo na comunidade.

Para desenhar tal proposta, que teria capacidade de se sustentar quando terminasse a intervenção governamental, o grupo contou com o apoio do professor **Mário Chagas**, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), que levantou a possibilidade de realizar um processo de formação em turismo na comunidade. Desta forma, a população residente pôde conhecer melhor a abordagem do turismo comunitário. Graças ao curso ministrado, que permitiu espaços de diálogo e deliberação, o grupo chegou à conclusão de que o projeto mais adequado deveria ter um formato de museu comunitário que servisse para valorizar o patrimônio local (Spampinato, 2009).

A proposta que formularam deveria permitir mostrar o território como um todo, pois, na opinião dos moradores que participaram dessa discussão, havia muitos locais na comunidade que poderiam ser mostrados, como mirantes e pontos com vista privilegiada das praias da Zona Sul que os turistas já visitavam. Começou assim um intenso esforço de busca e diálogo para identificar quais recursos deveriam fazer parte



Antônia Soares, Museu de Favela. Imagens de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.6 MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

desta proposta, até que viram que, na realidade, toda a favela era objeto deste museu que queriam criar. “A ideia era que o museu fosse a favela. E como o museu seria essa favela, tudo na favela seria um acervo. Pode ser um morador, podem ser coisas, uma estrada, um livro, tudo é um acervo. Um acervo vivo”, explica Antônia Soares. “O espaço museológico do MUF vai além de sua sede física. Já que todo o território das favelas do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho constitui o próprio museu”, explica Soares, que além de participar de sua fundação é sua atual presidente.

Foi assim que nasceu o **Museu de Favela** (MUF), com o objetivo de recuperar a memória da comunidade, através dos seus habitantes, e torná-la conhecida. “Tínhamos percebido – lembra Antônia – que aquelas pessoas que tinham esse conhecimento de como tudo começou aqui, a história delas não estava registrada em lugar nenhum. As pessoas estavam morrendo e a história se perdia”. A primeira exposição que fizeram foi chamada “Velhos Ilustres”, na qual foram entrevistados doze moradores mais antigos da época para contar como a favela se formou. Em reconhecimento a esse processo, o MUF é categorizado como museu territorial pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e é, de fato, o primeiro museu territorial de favela do Brasil.

Contudo, a sua implementação não esteve isenta de controvérsias. “Quando o Museu foi criado, havia gente contra”, diz Antônia. “Muitas mães preferiram que fosse uma creche e não um museu, por exemplo. Outras acharam que deveria ser outro tipo de instituição. E hoje muita gente ainda não entende a ideia de morar e fazer parte de um acervo de museu.”

O protagonismo das mulheres reflete tanto um processo de empoderamento quanto a construção de uma narrativa claramente feminista.

Na época de sua fundação participavam dezesseis pessoas. No entanto, atualmente apenas cinco desses membros fundadores permanecem ativos e constituem o conselho de administração da associação. Outras quatro pessoas, juntamente com a mesma diretoria, formam um órgão colegiado responsável pela sustentação das atividades cotidianas. Há também um administrador e um zelador. Isso constitui uma equipe total de onze pessoas ativas, em sua maioria mulheres. Este protagonismo das mulheres, que reflete tanto um processo de empoderamento quanto a construção de uma narrativa claramente feminista, na implementação e consolidação da oferta turística comunitária no Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, tem sido destacado como parte de uma experiência compartilhada com outras favelas do Rio de Janeiro (van Rompu, 2019).

Características da oferta turística

Quando o museu começou a funcionar, uma das primeiras coisas que decidiram foi que não queriam que fosse um programa de turismo safári, “como já existia em outras favelas, como a Rocinha”, segundo Antônia. Pelo contrário, a sua ideia era que os visitantes se sentissem confortáveis ao passear pelo território e interagir com a população local. Outra preocupação era evitar que a cultura de violência em torno do tráfico de drogas tomasse conta dos visitantes e interferisse em suas atividades.

4. RESULTADOS

4.6 MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

Antônia conta que, no início, a dinâmica do tráfico de drogas era intensa e havia até tiroteios nas ruas. Portanto, antes de organizar as visitas, os líderes comunitários tentaram mediar com os líderes do tráfico de drogas. Dessa forma, a negociação com diferentes tipos de estruturas presentes no território passou a fazer parte do seu cotidiano.

Com sua proposta, o **MUF busca valorizar a história, a criatividade e a identidade das favelas, transformando suas ruas em uma galeria de sua riqueza cultural e social**. Seu eixo central é a transformação de fachadas e espaços públicos em murais que contam a vida comunitária (Sampinato, 2009). Assim, através de diferentes roteiros guiados por ruas organizadas em “salas” temáticas, são destacadas a história, a cultura popular, a arte urbana e as iniciativas sociais e tenta-se reconfigurar a narrativa sobre as favelas, mostrando-as como espaços com cultura e potencial, para além do seu estigma de exclusão (Fagerlande, 2020). Atualmente, o principal roteiro oferecido é o **Circuito Casas Tela**, que percorre as ruas da favela, com casas decoradas com grafites pintados nas paredes de algumas casas localizadas em pontos importantes da comunidade. As obras contam a história da favela e seu modo de vida. Há também o **Circuito Baixo**, que percorre toda a extensão do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, atravessando horizontalmente o maciço do Cantagalo. Além disso, possuem outras duas propostas: o **Circuito Médio**, composto por esculturas localizadas em pontos estratégicos, e o **Circuito Ecotrilha ou Circuito do Alto**, que permite fazer um passeio pela mata, que vai do Cantagalo ao Pavão-Pavãozinho (do Nascimento, 2023).

Além disso, quando os visitantes solicitam, o Museu oferece atrações culturais como dança e capoeira como parte da experiência. Neste caso, o artista cobra cerca de



Favela do Pavão (Rio de Janeiro). Imagens de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.6 MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

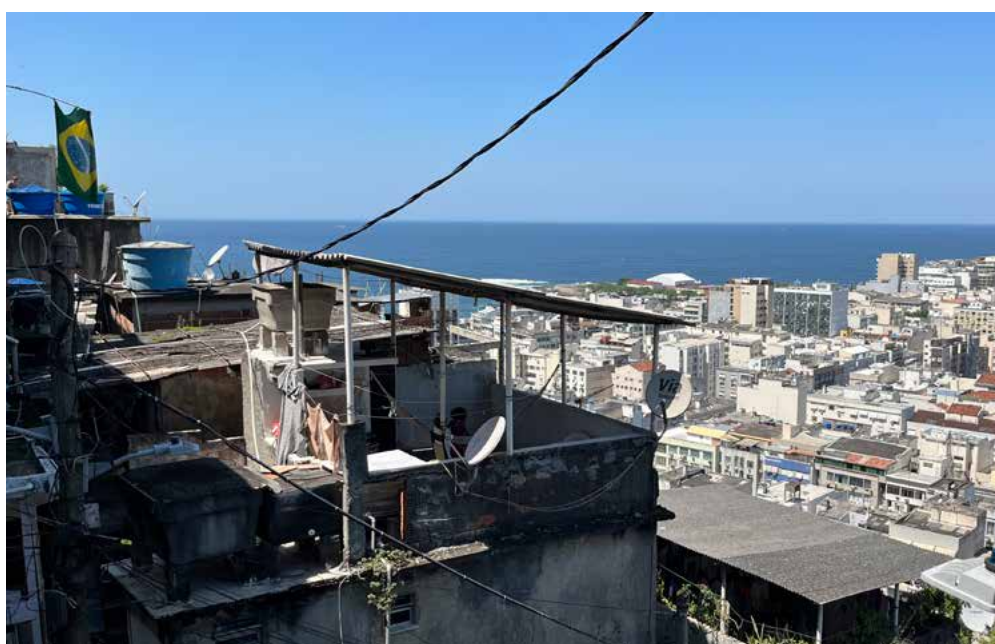
200 reais pela sua performance. Há também a possibilidade, ao final do passeio, de frequentar rodas de samba ou comer feijoadas preparadas pelas famílias da comunidade.

Para visitar o MUF o preço é de 100 reais para turistas nacionais e 180 reais para turistas estrangeiros. Antônia explica que a diferença de preço se deve à necessidade de tradutor para turistas estrangeiros: “Desses 180 reais, 80 já são para o tradutor. Os 100 restantes são na verdade para a manutenção do museu, porque, mesmo sendo um museu do território, aqui temos um espaço que deve ser mantido”. Durante a visita, um guia local apresenta os diferentes recursos e, se necessário, é acompanhado por um tradutor, sendo que, dependendo da dimensão do grupo, mais duas ou três pessoas dão apoio.

Visitas guiadas independentes permitem que turistas tirem fotos inapropriadas e publiquem conteúdo inapropriado nas redes sociais, criando repercussões negativas para a favela.

Alguns moradores de favelas também fazem visitas guiadas independentes como forma de ganhar a vida. O problema, segundo Antônia, é que por não estarem vinculados nem à associação de moradores nem ao Museu, acabam agindo sem os cuidados que ela considera necessários. Por exemplo, permitem que os turistas tirem fotos e façam publicações inapropriadas nas redes sociais, o que tem repercussões negativas para a favela. Ou, em casos mais extremos, leva-os aos pontos de venda de drogas. Consequentemente, o MUF se alinhou com a Associação de Moradores para controlar

estas atividades. Assim, recentemente, as pessoas que atuam como guias usam um crachá fornecido pela associação e têm que informar quando vão fazer e com quantas pessoas, de forma que se vai colocando ordem nas formas de organizar as visitas neste grupo de favelas.



Vista do Rio de Janeiro a partir do Pavãozinho. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.6 MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

Desde o seu momento de criação, o MUF buscou e contou com o aval da Associação de Moradores da favela. Esta, nas palavras de Antônia, é uma estrutura central no funcionamento do território: “É como se fosse o governo. Se você precisa de um documento que comprove que mora na comunidade, é na associação onde você consegue.

Tem uma diretoria, com presidente, vice-presidente, tesoureiro... Durante a semana tem uma secretária que fica auxiliando, e todos os trâmites que têm que ser feitos, antes do governo, são feitos através da Associação de Moradores. Na verdade, eles são responsáveis por levar projetos e melhorias governamentais para a comunidade.” Portanto, diante desta situação de tensão devido à atuação de alguns guias informais da mesma comunidade, o MUF tentou trazer a ordem através da Associação de Moradores.

Tipologia da procura turística

O museu promove o seu trabalho nas redes sociais e em seu site há uma aba “Visite o MUF” que direciona para o e-mail da instituição de onde é possível fazer a reserva. Desta forma, a maioria das visitas estabelece contato direto, sobretudo estrangeiros. Mas também estabeleceram uma relação estável com a agência Encounter Latinamerica, que costuma enviar cerca de dois grupos por mês. Um dos perfis mais comuns é o de estudantes universitários estrangeiros. Consequentemente, muitos trabalhos acadêmicos foram feitos no museu. “A última conferência de teses que nós fizemos nesses 14 anos de existência, acho que estava em 72 teses, entre mestrado e doutorado. A maioria dessas teses é de estrangeiros”, diz Antônia. Normalmente,



Pavão Pavãozinho. Imagens de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.6 MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

quando um pesquisador necessita permanecer por um longo período de tempo, é estabelecida uma compensação, que pode ser sob a forma de trabalho no próprio Museu, prestando um serviço paralelo à investigação que está sendo realizada, ou sob a forma de bens ou dinheiro. Como o Museu carece de recursos financeiros e necessita deste trabalho voluntário, ambas as modalidades são bem-vindas.

O Museu também colabora com diversas escolas locais, como a Escola Marília de Dirceu, localizada em Ipanema, e o CIEP, que fica no mesmo prédio da sede do museu. Estas escolas organizam o projeto Jornadas Estudantis, no qual grupos de meninos e meninas e seus professores visitam o local e depois a sede do Museu, onde fazem uma apresentação. Eles também colaboram com a brinquedoteca. Todas essas atividades são gratuitas. “Não pagamos nada a eles, nem eles nos pagam. É só o Museu trabalhando com a escola”, esclarece Antônio.

Impactos do turismo

O turismo é a principal fonte de renda para a manutenção do MUF e projetos específicos são financiados por meio de chamadas públicas. Toda a receita gerada pelas visitas é redistribuída para as necessidades do dia a dia da instituição. Há também uma lojinha na sede onde são vendidos artesanatos produzidos por pessoas da comunidade. À medida que o produto é vendido, o artesão contribui com 15% do valor para o MUF. Também são vendidos alguns produtos do Museu, como camisetas, o “Livro das Casas Delas”, feito em colaboração com o IBRAM, e canecas. Isso contribui para a manutenção da sede, espaço que é base de trabalho para reuniões, acolhimento de pessoas, planejamento e desenvolvimento de projetos. Mas, “os recursos que chegam ao Museu de Favela não são destinados aos seus funcionários, pois todos que trabalham aqui são voluntários e não recebem salário”, afirma Antônio.



Copacabana (Rio de Janeiro). Imagem de Teresa Mendonça

4. RESULTADOS

4.6 MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

Mas sustentar uma instituição como o MUF baseada no trabalho voluntário também não é fácil e a participação é muitas vezes limitada. “Devemos entender que numa comunidade onde as pessoas precisam trabalhar para sobreviver, a mãe que leva o filho para a escola não tem tempo para se dedicar a um serviço gratuito. Aqueles que precisam ganhar a vida têm que trabalhar e ganhar um salário para sobreviver e cuidar de suas famílias. Portanto, o trabalho voluntário é difícil para muitos moradores, pois nem todos têm condições de se dedicar a ele”, lamenta Antônia.

Com as receitas geradas, além da manutenção da instituição, o MUF pode desenvolver toda uma série de atividades que beneficiam a comunidade, como exibição de filmes, apresentações culturais, biblioteca itinerante, entre outras. Por outro lado, as atividades do MUF impactam a economia local, seja por meio de receitas provenientes do turismo, de insumos para atividades como cozinhar para um evento, da geração de oportunidades para artistas e empreendedores da região ou por meio de iniciativas sociais que alteram as condições de vida da comunidade.

O Museu tem contribuído para mudar a percepção das favelas, destacando-as como espaços de criatividade e resistência em vez de associá-las exclusivamente à pobreza ou à violência. Todo o trabalho realizado visa promover a inclusão e mostrar que os moradores da favela não são apenas uma comunidade de marginalizados, que há coisas boas para mostrar. “Nós, moradores, queremos ser reconhecidos e integrados à sociedade. É trabalhar essa questão que, por mais que queiramos dizer que ela não existe, temos que saber que o morador da favela é excluído”. Então, como instituição, o MUF trabalha para a comunidade de tal forma que se possa afirmar que “aqui tem gente que trabalha, gente que tem algo de bom para mostrar. Gente que dança, muitos artistas, gente que sabe cozinhar, que sabe



Favela do Pavão (Rio de Janeiro). Imagem de Teresa Mendonça

4. RESULTADOS

4.6 MUSEU DE FAVELA (RIO DE JANEIRO)

costurar... Queríamos mostrar que a comunidade também tem coisas boas, não só coisas ruins. Essa comunidade existe, essas pessoas existem. Essas pessoas precisam ser vistas, não são simples objetos de vitrine ou objetos inúteis”, finaliza Antônio.

É nestas bases que a presidente do MUF defende a sua identificação como turismo comunitário: “Definimo-nos como turismo comunitário porque é um turismo que se faz na comunidade, com a comunidade e para a comunidade. Somos nós que fazemos o turismo. Falamos do território. E o que dizemos não é inventado, é a verdadeira história da comunidade. O turismo que queremos mostrar é aquele que destaca os nossos atrativos para quem vem nos visitar. Por isso consideramos turismo comunitário, porque o fazemos, organizado pelos próprios moradores, que conhecem o local.”



Vista do Rio de Janeiro desde o Pavãozinho. Imagem de Ernest Cañada

4.
RESULTADOS

4.7.
COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

O bairro **Perus**, onde se encontra a Comunidade Cultural Quilombaque, está localizado na região noroeste da cidade de São Paulo. Faz divisa ao norte e leste com o município de Caieiras, ao sul com o distrito de Jaraguá e a oeste com o distrito de Anhanguera. O bairro é cortado por duas rodovias estaduais: a Rodovia dos Bandeirantes, que contorna o Jardim do Russo e a Vila Inácio, e o Rodoanel Mário Covas, que começa a menos de um quilômetro da entrada do distrito. A rodovia Anhanguera também passa ao lado da região, e é uma das principais vias de acesso a Perus. Este distrito é um dos 96 que compõem o município de São Paulo. Por sua localização na periferia da cidade, e também pela separação dos bairros vizinhos por uma extensa área verde, ocasionalmente é confundido com outro município da Grande São Paulo. Internamente, o bairro está dividido em várias vilas. As mais antigas formaram-se em torno da antiga fábrica de cimento e da estação ferroviária, locais que tiveram um papel central na história do bairro.

As vilas mais antigas do bairro se formaram em torno da fábrica de cimento e da estação ferroviária.

A ocupação do bairro Perus desenvolveu-se em diferentes fases. Embora existam poucos registros documentais, evidências arqueológicas indicam a presença do povo Guarani durante o período pré-colonial. Atualmente, ainda existe um território indígena em Jaraguá (próximo a Perus), da etnia Guarani Mbya, que resiste em meio à forte pressão imobiliária (Crochik, 2018). No período colonial, entre os séculos XVI e XVII, ocorreram movimentos populacionais em direção a este território motivados pela busca de ouro no Pico do Jaraguá e no Morro Doce. No entanto, a escassez do mineral retardou o estabelecimento de um assentamento populacional significativo. A formação do bairro está ligada aos primeiros séculos de colonização com esse movimento



Comunidade Cultural Quilombaque (São Paulo). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

bandeirista⁴, quando a população, em sua maioria mestiça, conhecida como cabocla⁵, estava dispersa pela área, que dependia quase exclusivamente de uma economia de subsistência.

Durante a segunda metade do século XIX, a construção da **estação ferroviária** transformou a cidade num pequeno centro regional. Assim, graças à facilidade de escoamento da produção, diversas empresas se estabeleceram na região. Uma delas foi a **Companhia Brasileira de Cimento Perus Portland S.A. (CBCPP)**, a maior fábrica de cimento do Brasil durante grande parte do século XX. Localizada ao lado da estação ferroviária, iniciou suas atividades em 1926 e fechou em 1987. Durante a década de 1920, numerosos imigrantes vieram para Perus para trabalhar ali, estabelecendo-se em vilas construídas dentro e ao redor das propriedades da CBCPP, como Vila Inácio, Operária e Hungareza. Além disso, outros moradores não ligados diretamente à indústria cimenteira mudaram-se para Perus, atraídos pela disponibilidade de terrenos mais baratos e pela proximidade da ferrovia, o que lhes permitiu viajar para trabalhar em outras fábricas da cidade (Crochik, 2018).

Um acontecimento marcante na história dos operários da fábrica de cimento e, em geral, do bairro de Perus, foi a **greve das Queixadas, na década de 1960**. O nome pelo qual esta greve era conhecida referia-se aos porcos (queixadas), com os quais eram identificados devido ao fato destes animais atacarem em grupo. Tudo começou em 1962 e, inicialmente, durou pouco mais de três meses. Nesse ponto, todos os trabalhadores foram demitidos e levaram o caso ao tribunal. Durante o processo judicial, não retomaram o trabalho e continuaram em greve até 1969, quando conseguiram ser reintegrados e receber o pagamento de todos os dias não trabalhados desde 1962 (Peria, 2024a). A greve, que durou sete anos, é considerada um símbolo de resistência da comunidade local.

Com o declínio da atividade industrial, muitas fábricas da região fecharam, levando a população a procurar emprego fora da região. Paralelamente, Perus abrigou durante várias décadas o lixão municipal, conhecido como Bandeirantes. É por isso que, durante anos, a área foi conhecida como “distrito do lixo”. A partir da década de 1980, Perus viveu um intenso processo de crescimento populacional, tornando-se um “bairro dormitório” por acolher um volume crescente de população trabalhadora que se deslocava diariamente para trabalhar em outros pontos da cidade. A partir da inauguração, em 2002, do Rodoanel Metropolitano de São Paulo ou Rodoanel, rodovia de 177 quilômetros que circunda o centro da região metropolitana, Perus reforçou essa centralidade, atraindo empreendimentos imobiliários relacionados a centros logísticos e

4 O movimento bandeirista, que teve início no período colonial, refere-se aos movimentos de colonizadores que, desde o século XVI, em busca de riquezas minerais, especialmente ouro e prata, adentravam o interior da América do Sul em busca de riquezas minerais - principalmente ouro e prata -, capturavam populações indígenas para fazê-las trabalhar na mineração ou eliminar quilombos. Essa prática foi decisiva para a expansão territorial do Brasil além do litoral e dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas em 1494..

5 Historicamente, caboclo era o termo usado para se referir a mistura de brancos e indígenas, mas o termo também é frequentemente usado para se referir a mistura de negros e indígenas.

4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

condomínios residenciais. Esta reestruturação urbana foi realizada, por um lado, através da expansão para terras rurais ainda não ocupadas, e, por outro, através da renovação de áreas existentes através da demolição de edifícios antigos e do deslocamento de comunidades locais (Crochik, 2018).

O bairro faz parte de uma região historicamente caracterizada por alta vulnerabilidade social e econômica, onde prevalecem a falta de infraestrutura básica e a falta de garantias aos direitos de seus habitantes. Contudo, nos últimos anos têm sido realizados uma série de projetos urbanísticos, como o **Parque Linear do Ribeirão Perus**, que procura recuperar o ecossistema fluvial, controlar cheias e oferecer espaços de lazer, ou o **Plano do Bairro de Perus**, que inclui a criação de zonas verdes, infraestruturas logísticas e a revitalização do centro do distrito. Essas iniciativas, classificadas como sustentáveis, foram financiadas por meio de créditos de carbono vinculados ao Aterro Sanitário Bandeirantes, sistema municipal de geração de energia a partir de resíduos sólidos urbanos. Mas estas iniciativas, que procuraram “revitalizar” a zona, tiveram um efeito de “gentrificação verde”, com dinâmicas especulativas que provocaram o deslocamento de comunidades trabalhadoras para zonas mais remotas e vulneráveis. Ao mesmo tempo, os novos desenvolvimentos urbanos atraem residentes com rendimentos mais elevados, o que aumenta o custo de vida e aprofunda os processos de exclusão socioespacial (Crochik, 2018). Isto fez com que a sua população assumisse permanentemente a necessidade de luta pela regularização de suas moradias e pelo acesso aos serviços públicos básicos (Peria, 2024a).

Neste contexto, os setores populares do Perus encontraram numa densa rede de organizações populares – assembleias de bairro, cooperativas habitacionais, redes de apoio mútuo e organizações como a Comunidade Cultural Quilombaque – um espaço de intervenção para melhorar as suas condições de vida, construir uma identidade, reivindicar o direito ao território e tornar visíveis as lutas históricas que estão ligadas às reivindicações atuais.



Comunidade Cultural Quilombaque (São Paulo). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

Comunidade Cultural Quilombaque

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

A ideia de “aquilombamento cultural” envolve a criação de espaços físicos e simbólicos que reforçam a identidade negra e desafiam as hierarquias raciais.

Em 2005, um grupo de percussão conhecido como Caranguejeira realizou ensaios no Parque Ibirapuera, no centro de São Paulo. Como estas sessões gratuitas atraíram muitas pessoas, a administração decidiu restringir o acesso, impedindo-os de continuarem a tocar ali. Depois seguiram para o Parque da Luz onde também não os deixaram tocar. Diante desses obstáculos, o grupo se dissolveu, mas três jovens, amigos e vizinhos do bairro do Perus, começaram a se reunir na garagem de uma de suas casas para manter os ensaios. Foi assim que surgiu a Comunidade Cultural Quilombaque, formalizada legalmente anos depois, em 2012. O nome Quilombaque vem de “quilombo” e “baque” ou ritmo de tambor. O primeiro termo quis evocar os quilombos históricos que lutaram contra a escravidão, depois adotaram este nome para associação porque queriam simbolizar a afinidade com as ideias de resistência e coletividade. Essa identificação como “quilombo cultural urbano”, nas palavras de Cleiton Ferreira, um de seus fundadores, faz parte das estratégias contemporâneas de resistência cultural e social desenvolvidas por comunidades negras no contexto urbano de São Paulo. A herança histórica do quilombismo se reconfigura como uma filosofia de resistência focada na valorização das culturas afrodescendentes. Hoje, a ideia de “aquilombamento cultural” envolve a criação de espaços físicos e simbólicos que reforçam a identidade negra e desafiam as hierarquias raciais. Através de atividades artísticas, educativas e políticas transformam o espaço urbano num cenário de afirmação e fortalecimento de identidade. Assim, os grupos marginalizados continuam a desafiar as estruturas de opressão, criando novas possibilidades de pertencimento e resistência cultural nos espaços urbanos (Sena e Risso, 2023).

Nos anos seguintes, atendendo às demandas locais, Quilombaque passou a organizar atividades culturais e educativas para o bairro. Assim, consolidou-se como um centro onde aconteciam múltiplas atividades educativas e culturais. Além disso, assumiu papel fundamental na preservação e celebração da história do bairro, com especial destaque para as lutas da classe trabalhadora. “O Quilombaque surgiu da necessidade de termos espaços culturais na nossa região”, diz Cleiton. “Aqui, na zona noroeste da cidade de São Paulo, que inclui Perus, Jaraguá, Anhanguera e Pirituba, há muitas deficiências básicas em termos de garantia de direitos, e uma delas é a falta de espaços culturais disponíveis para a juventude”.

Uma das iniciativas mais reconhecidas tem sido o seu funcionamento como **espaço educativo não formal com práticas pedagógicas flexíveis e adaptadas às particularidades dos jovens da periferia**. Iniciativas desse tipo são essenciais para a aplicação da Lei 10.639/03, aprovada em 2003, e da Lei 11.645/08 de 2008, que exige a incorporação da história e da cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial. No entanto, o sistema de educação formal tem lutado para implementar esta legislação de forma eficaz, em parte devido às abordagens curriculares tradicionais, que tendem a ignorar as contribuições afro-brasileiras e indígenas, o que contribui ainda mais para perpetuar as desigualdades raciais. Atualmente, o Quilombaque

4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

organiza oficinas de música, teatro, marchetaria e danças tradicionais, como o jongo, dança popular brasileira de origem africana que mistura danças e cantos em grupo, com o objetivo de fortalecer a autoestima e o empoderamento da juventude negra. Esforços como o do Quilombaque, que fazem parte de uma longa história de ativismo afro-brasileiro, desempenham um papel fundamental na concretização dos objetivos desta legislação, preenchendo lacunas no sistema educacional e contribuindo para a transformação das relações étnico-raciais (Araújo e Muniz, 2016).

Todo este processo ganhou uma nova dimensão quando, em 2007, o grupo obteve um subsídio municipal para um projeto de **Valorização de Iniciativas Culturais** (VAI). Com isso, as atividades foram transferidas para um espaço maior na Travessa Cambaratiba, atual endereço do Quilombaque em Perus. Por meio de trabalhos coletivos e associações com interessados no trabalho musical, foi lançada uma oficina de percussão na Escola Jairo de Almeida, na ocupação Recanto dos Humildes (Araújo e Muniz, 2016). Em 2009, o Quilombaque também foi reconhecido como **Ponto de Cultura**, certificação concedida pelo Ministério da Cultura com o objetivo de distinguir entidades e grupos que desenvolvem ações com impacto sociocultural nas comunidades.

Mais tarde, em 2011, a obra de construção do **Parque Linear do Ribeirão Perus** ameaçou parte do bairro, inclusive o terreno onde fica o Quilombaque. “Ao analisar o projeto, vimos que era necessário desapropriar 5 metros de cada margem do rio. Foi totalmente errado. Não consultaram a comunidade, projetaram de helicóptero”, lembra Cleiton. Segundo **Camila Cardoso**, outra integrante do Quilombaque, eles nunca foram contra o desenvolvimento de um parque linear dentro do bairro, “o problema é que iam ocorrer muitas desapropriações, inclusive a do Quilombaque, e não havia nenhum tipo de plano sobre o que fazer, nem diálogo”. Consequentemente, o coletivo assumiu o papel de organizador local e buscou uma aliança com professores e alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. “Então



Comunidade Cultural Quilombaque (São Paulo). Imagem de Ernest Cañada

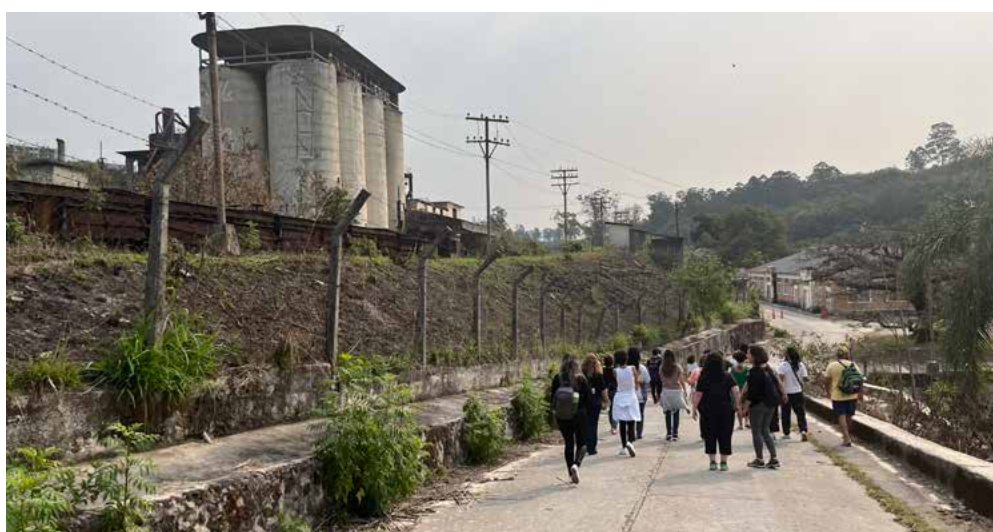
4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

começamos esse grande estudo para entender que território era esse, o que tinha aqui, por que era importante preservá-lo. E começamos a identificar espaços de memória, espaços de afeto dentro do nosso território”, conta Camila.

O objetivo da iniciativa foi entender a natureza da intervenção municipal e criar uma contraproposta. Após um mapeamento inicial das potencialidades do território, em 2014 foi elaborada uma proposta e apresentada no Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. “Nos organizamos, analisamos o projeto e junto com a comunidade propusemos uma alternativa”, explica Cleiton. No final das contas, o Parque Linear não foi executado e o projeto se concentrou apenas na contenção de enchentes.

Este conflito envolve questionar a dinâmica de planejamento baseada numa lógica centralizada e hierárquica, e envolve a necessidade de promover a participação ativa da comunidade na construção de propostas que respondam às suas próprias necessidades e aspirações. Nesse contexto, a experiência com o Parque Linear tornou-se um divisor de águas que abriu novas possibilidades de realização coletiva. A colaboração com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAO), e outros apoios, permitiu a criação da Universidade Colaborativa Livre, uma resposta concreta à dificuldade de acesso ao ensino superior na região (Peria, 2024a). Esta iniciativa incorporou a disciplina de estudos da paisagem da FAO, promovendo um espaço de aprendizagem inclusivo onde participam residentes, professores e estudantes. Neste quadro de análise do território, consideraram o Parque Anhanguera, o Parque Estadual do Jaraguá e a Faixa da Serra da Cantareira e constituíram um cinturão verde de especial relevância para a sustentabilidade da região. Além disso, identificaram patrimônios materiais e imateriais relacionados à cultura, educação, memória e afeto, integrando-os numa proposta de desenvolvimento sustentável. “Fizemos toda essa pesquisa e começamos a entender que era possível contar muitas histórias de momentos importantes do Brasil, sem sair do nosso território – ressalta Camila. - Do período da colonização e das aldeias guaranis, passando pela ferrovia e pela fábrica de cimento Perus e sua greve”.



Comunidade Cultural Quilombaque (São Paulo). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

“Tekoa Jopo’i significa reciprocidade indígena: quanto mais você oferece, mais prestígio você tem.”

A partir daí, lançaram um instrumento de planejamento urbano conhecido como **Território de Interesse Cultural e Paisagístico** (TICP), que foi regulamentado no Plano Diretor de São Paulo e aprovado pela Câmara de Vereadores do Município. Isto reconhece e protege territórios com valores culturais e paisagísticos, destacando a colaboração entre comunidades, acadêmicos e o governo (Allis et al, 2022). “A ideia inicial do TICP – esclarece Camila – era acabar com essa especulação imobiliária em nosso território. Porém, como artistas e criadores culturais, percebemos que vivíamos em um grande museu, uma sala de aula aberta onde poderíamos conversar sobre colonização, ditadura, ocupação, etc. Assim, para promover a apropriação comunitária da proposta, foi implementada uma estratégia de sensibilização baseada na museologia social que traduz o Plano Diretor de São Paulo em um formato acessível. “Após a aprovação desse plano, conscientizamos a comunidade por meio da museologia social, representada em um mapa. É uma versão mais lúdica do Plano, para torná-lo compreensível”, continua Cleiton.

Assim, deram forma ao **Museu Territorial Tekoa Jopo’i**, em homenagem à herança indígena da região, que valoriza a generosidade e a contribuição para o bem comum frente aos valores de acumulação predominantes da sociedade contemporânea. “Tekoa Jopo’i significa reciprocidade indígena: quanto mais você oferece, mais prestígio você tem”, esclarece Cleiton. “Isso contrasta com a nossa sociedade, onde o prestígio é baseado na acumulação”. A iniciativa também buscou denunciar a falta de espaços culturais na periferia de São Paulo, razão pela qual a região foi conceituada como um museu vivo onde a comunidade é reconhecida como parte ativa de seu patrimônio. Segundo Cleiton, “aqui não há costume de visitar museus, não há nem Casas de Cultura, e por isso declaramos nossa região como museu e oferecemos nosso território como espaço de aprendizagem”. Com esta iniciativa, a ideia tradicional do museu é reinterpretada fundindo-o com o território e a comunidade, promovendo assim o sentimento de pertença, a identidade coletiva e a valorização do patrimônio cultural e natural (Allis et al., 2022).

Iniciativa de turismo

Em 2018, como resultado deste trabalho de identificação de múltiplas potencialidades locais e de criação do Museu Territorial Tekoa Jopo’i, Quilombaque lançou a **Agência de Turismo Comunitário Queixadas**. Que tinha como objetivo integrar o território como espaço de memória e ação social e, por sua vez, promovê-lo como atração turística. “Queixadas foi o desdobramento natural da necessidade que Quilombaque começou a ter”, explica Cleiton, “porque as pessoas começaram a chegar, mas não tinham onde ficar ou comer. Então, se precisar de um passeio, você vai entrar em contato com a agência Queixadas e não com Quilombaque”.

Em 2018, foi realizado o 15º Congresso Mundial do Lazer, organizado pelo Sesc São Paulo (SESC-SP) e pela Organização Mundial do Lazer (WLO), em colaboração com a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). A programação do Congresso incluiu uma atividade chamada Field School, algo como uma

4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

excursão sobre turismo e roteiros para estudantes de todo o mundo. Foi neste contexto que se iniciaram as atividades da **Agência Queixadas**, em agosto desse mesmo ano.

Mas para começar a operar foi preciso qualificação. Quilombaque já possuía acordo de colaboração com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC Aclimação). Pela primeira vez, o SENAC saiu de suas instalações e se instalou em outro espaço para ajudar a agência a formar guias locais com moradores de Perus. Atualmente, a aliança com o SESC SP continua por meio de atividades de capacitação com o Centro de Pesquisa e Formação que o SESC SP possui. Embora tradicionalmente o papel de mediação cultural entre os turistas e o local visitado tenha sido reservado aos especialistas, Quilombaque tem promovido uma abordagem mais inclusiva, dando aos próprios habitantes do território a possibilidade de serem mediadores da sua história e cultura. Esta iniciativa não pretende eliminar a mediação, mas sim redirecioná-la para dar maior destaque às vozes dos grupos subalternos (Peria, 2024b).

Segundo Camila, a agência Queixadas busca divulgar o acervo do **Museu de Interesse Cultural e Paisagístico Tekoa Jopo'i** por meio de sete trilhas temáticas. Esses percursos educativos conectam lugares emblemáticos do bairro com narrativas históricas de resistência, promovidas pelos próprios moradores:

- A trilha chamada **“Jaraguá é Guarani”** inclui uma visita de um dia aos *tekoas*, termo de origem guarani que significa aldeia, e oferece a oportunidade de compreender a presença centenária dos povos Guarani nesta região. Após esta visita, o passeio continua com uma caminhada até o topo do Pico Jaraguá, ponto mais alto da cidade.
- A trilha **“Trem Maria Fumaça”** tem como foco a história da ferrovia na região e inclui um passeio de trem de 3 km, de Perus até o Instituto Ferroviário Perus-Pirapora, localizado no Parque Anhanguera, onde existe um museu dedicado a esse meio de transporte.
- A trilha **“Memória de Queixadas”** conta a história dos trabalhadores da primeira fábrica de cimento do Brasil, que é visitada, e também conta a história da greve que durou sete anos na década de 1960.
- A trilha **“Ditadura Nunca Mais”**, também conhecida como “Trilha da Vala”, visa apoiar o trabalho de identificação das ossadas descobertas na vala clandestina do cemitério Dom Bosco. Neste passeio, os visitantes poderão conhecer mais sobre o regime militar que se desenvolveu no Brasil entre 1964 e 1984.
- O caminho **“Reapropriação e ressignificação de espaços públicos”** aborda os processos de ocupação cultural e revitalização de espaços públicos no território de Perus.

4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

- A trilha “**Perusferia Graffiti**” explora a história do Hip Hop e do Graffiti como formas de arte e símbolos de resistência através de diversas galerias de rua espalhadas pelo bairro, que buscaram revitalizar os espaços públicos.
- A trilha “**Trilha Comuna da Terra (MST)**” permite conhecer o primeiro assentamento do MST na cidade de São Paulo, bem como as práticas agroecológicas e de educação ambiental desenvolvidas por esta comunidade.

Também oferecem treinamentos para universidades e escolas, movimentos culturais e sociais e, em geral, para pessoas interessadas nas histórias de militância e que chegam à agência porque estão estudando a ditadura militar no Brasil ou porque querem saber mais sobre a fábrica ou qualquer outro recurso. Em termos pedagógicos, destacam o fato de explicar as coisas sobre o território: “O que a gente faz é romper com a sala de aula: vamos fazer aula onde os fatos aconteceram. Por isso chamamos de território educador, porque contamos as histórias onde eles realmente aconteceram”, diz Cleiton.

Além destas atividades, oferecem também alojamento no bairro através de uma **rede de pensões familiares** com capacidade para cerca de quarenta pessoas. Assim como a formação dos guias locais, esse processo teve início em 2018, quando eles se preparavam para receber a Field School. Após identificarem as casas que poderiam receber turistas, através do SENAC organizaram treinamentos específicos. “Pensamos nesse processo de desenvolvimento para que os recursos não saíssem do território. Assim, gera-se uma economia para o morador que hospeda, que prepara o café da manhã e recebe essas pessoas; e da alimentação ao transporte, tudo é local”, explica Camila. Entre os próximos passos, eles planejam transformar sua sede em albergue. Para que sejam realizadas residências artísticas, onde possam ser desenvolvidos intercâmbios com trabalhadores culturais.



Cemeterio de Don Bosco. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

A principal forma de divulgar o que oferecem é através das redes sociais, embora já exista uma procura espontânea crescente fruto das relações construídas ao longo dos anos. Antes da pandemia da COVID-19 recebiam em média cerca de quinhentas visitas por mês, mas atualmente ainda não recuperaram esses números. As tarifas que cobram não são fixas para cada atividade, mas variam dependendo de quem são as pessoas que as visitam. “O preço depende; quem tem dinheiro, paga; quem não tem, a gente negocia. E também fazemos de graça”, ri Cleiton. “Cobramos visitas, claro”, ressalta Camila, “mas promovemos equidade nos preços e oferecemos atividades gratuitas ou acessíveis para escolas e organizações. Depende muito do público. Quando preparo um orçamento, sempre faço muitas perguntas: Quem são? De onde eles vêm? Que tipo de escola é? Até faço pesquisas no Google para entender melhor quem eles são.”

O órgão está formalizando sua personalidade jurídica, portanto, por ainda não possui Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) próprio, algumas demandas, como a emissão de notas fiscais, são feitas através da figura jurídica que tem a Comunidade Cultural Quilombaque como microempreendedor individual. Sua equipe é formada por seis pessoas que atuam na organização de roteiros e realizam comunicação, pesquisas, redação de artigos e oferta de cursos na sede da agência. Segundo Camila, embora alguns se dediquem a funções específicas, “o trabalho é compartilhado por toda a equipe”.

O trabalho realizado já está consolidado no bairro e conquistou o respeito de outras organizações também presentes no mesmo território. Segundo Cleiton, “eles já reconhecem o processo que a gente faz, a gente anda com o povo pelos territórios, né? A gente até passa pelo meio deles e eles sabem que a gente está fazendo um trabalho de desenvolvimento local, eles entendem”. Além disso, esta dinâmica começa a ser replicada em outras comunidades periféricas próximas a Perus. “Outros grupos já estão desenvolvendo outras trilhas – diz Camila -. Tem a trilha do nascimento das águas no



Memorial do cemitério Dom Bosco. Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

Jaraguá, a trilha das cavernas do ouro na Anhanguera... Então, o turismo está fazendo com que as comunidades periféricas se organizem nesse processo de preservação.”

Turismo de resistência

A experiência do Quilombaque tem sido destacada como exemplo de como iniciativas populares, construídas a partir da resistência coletiva em uma comunidade e que mobilizam as capacidades da população local como agentes emancipatórios, podem dar origem a formas de inteligência social muito mais inclusivas, participativas e democráticas do que as promessas tecnológicas ativadas sob fórmulas como “cidades inteligentes” ou “destinos inteligentes” (Allis et al., 2022). Quilombaque integra cultura, memória e arte como instrumentos para enfrentar problemas estruturais nas periferias urbanas, promovendo transformações sustentáveis e fortalecendo o empoderamento de sua população e, principalmente, de sua juventude. Dessa forma, configura-se como parte de um movimento social que destaca o papel das periferias urbanas como epicentros de resistência cultural (Sena e Risso, 2023).

No Quilombaque eles se reconhecem na ideia do **turismo de resistência**. “No nosso território tudo é história de luta e resistência. Isso fica muito claro à medida que desenvolvemos nossos roteiros. Estamos falando de um território periférico, de negros que vão orientar grupos, de negros que vão cozinhar, que vão cuidar do transporte, que vão fazer tudo isso... gente que atua no que chamamos de turismo de resistência”, reflete Camila. Desta forma, o grupo defende que **o turismo é uma ferramenta a serviço da organização das comunidades periféricas**. “O turismo que propomos é um turismo de resistência”, explica Cleiton, “porque pensando nisso fortalecemos também o nosso território. O que queremos é gerar uma economia local através da história e do turismo, porque aqui não tem onde gerar renda e as pessoas têm que sair”.

Esta abordagem turística coloca as comunidades locais no centro, permitindo-lhes **contar as suas próprias histórias a partir de uma perspectiva crítica que destaca a memória coletiva e a resistência às dinâmicas de exclusão**.

“O turismo que a gente propõe é um turismo de resistência”, explica Cleiton, “porque pensando nisso a gente também fortalece o nosso território”.

“Contamos todas essas coisas na perspectiva de quem ao longo da história as viveu ao lado dos oprimidos”, argumenta Camila. Um dos impactos mais notáveis que alcançaram através do turismo é **aumentar o sentimento de pertencimento e a autoestima da população de Perus, como sujeitos periféricos**. “Não somos mais o bairro do lixo, onde ninguém quer morar – enfatiza Camila –, vivemos em um museu vivo, cheio de história e significado”. E acrescenta, como exemplo, a mudança de percepção da fábrica de cimento que os meninos e meninas do bairro vivenciaram: “eles pensavam que era um lugar mal-assombrado, que ali aconteciam coisas estranhas. Mas quando vamos às escolas e explicamos como era feito o cimento e como esse lugar era tão importante - o cimento veio do bairro para construir Brasília, o centro de São Paulo, a biblioteca Mário de Andrade ou o viaduto Nove de Julho, eles começam a ver de outra forma”.

4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

Nesse processo de desenvolvimento do turismo comunitário a partir da periferia de uma grande cidade como São Paulo, **as comunidades locais constroem contra narrativas que desafiam as representações hegemônicas do território, reinterpretando-o como espaço de luta, memória e direitos.** Quilombaque propõe uma nova forma de compreender as periferias urbanas, valorizando-as como espaços de resistência, criatividade e potência cultural, para além das visões de abandono e precariedade (Peria, 2024b). Segundo Cleiton, “para muitos este é apenas um bairro periférico, abandonado, um lugar para as pessoas dormirem. Por isso o chamam de bairro dormitório. Eles simplesmente vêm dormir e vão embora, e mal podem esperar para sair daqui. Muita gente fala sobre isso, porque aqui não tem nada. Por isso estamos trazendo todo esse contexto histórico de valorização da nossa região. É por isso que o turismo é muito importante para nós. Queremos romper com essa rotina, gerando uma economia local onde as pessoas possam viver e trabalhar na mesma área.” Estas contra narrativas questionam as representações dominantes que associam o bairro à marginalidade, ao perigo e à desordem e, em vez disso, promovem uma imagem de uma comunidade solidária, trabalhadora e resiliente. Por meio de estratégias como arte urbana, eventos culturais e uso de redes sociais, os moradores tornam visíveis sua história, seus direitos e suas demandas, fortalecendo o sentimento de pertencimento, a identidade coletiva e a esperança renovada diante das adversidades. Estas práticas não só reconfiguram o discurso público, abrindo espaços para o diálogo com outros atores, mas também se posicionam como ferramentas-chave para resistir aos processos de exclusão e gentrificação. Assim, não só legitimam as lutas locais, mas também geram um espírito de resistência que redefine as percepções externas e reafirma o território como um espaço dinâmico, exigente e carregado de expectativas de mudança (Peria, 2014a).

Esta forma de entender o turismo opõe-se conscientemente às práticas associadas ao *slum tourism*, que explora a pobreza e o sofrimento da comunidade como uma atração em si. Além disso, a prática do turismo é dotada de um sentido pedagógico,



Comunidade Cultural Quilombaque (São Paulo). Imagem de Ernest Cañada

4. RESULTADOS

4.7 COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE (SÃO PAULO)

Camila garante: “Com pessoas de fora, acho que conseguimos mudar sua percepção. Muitos chegam com ideias negativas sobre o nosso território, porque na mídia que eles só falam, de coisas ruins. Mas quando eles vêm, descobrem coisas boas que eles nem sabiam. No turismo, as periferias são muitas vezes vistas como lugares grotescos, quase animalescos, como se estivessem num safári onde as pessoas não têm dignidade. Nós mostramos o oposto, dizemos: “Olhe para todas essas pessoas inteligentes, olhe para tudo o que estão fazendo.” É algo incrível para quem vem de fora e ajuda a desmistificar a visão das periferias.” Esta abordagem está, em última análise, ligada a uma perspectiva de transformação social que explora, através do recurso ao turismo, as potencialidades que existem no território e na sua população. “Queremos mostrar o potencial desses territórios”, defende Cleiton, “porque para conhecer a parte vulnerável basta ligar a televisão, e eles já contam isso para nós. Se você quer ver a pobreza da periferia, você liga a televisão e pronto, eles nos condenam o tempo todo. Mas não queremos mostrar isso, porque as pessoas já conhecem a periferia pelo lado do medo, do trânsito... Acreditamos que podemos nos organizar para pensar em um processo de desenvolvimento, outra saída, mostrar o potencial. Estamos falando de potencial.” Na busca por esse horizonte, Quilombaque encontrou no turismo uma ferramenta que tem conseguido utilizar a serviço de sua comunidade.

Quilombaque. Imagem de Teresa Mendonça



5. CONCLUSÕES

Neste informe, a caracterização do turismo comunitário urbano foi abordada a partir da análise de sete experiências em quatro cidades do Brasil: Saber Viver em Recife; Coletivo de Mulheres do Calafate, Alagados Turismo Comunitário e QuiAl Tubarão em Salvador; Guias do Santa Marta e do Museu de Favela no Rio de Janeiro e da Comunidade Cultural Quilombaque em São Paulo. Com esta pluralidade de casos e locais procuramos captar a maior diversidade possível na nossa abordagem a este fenômeno, e assim evitar os vieses que poderiam ser causados pelas particularidades de um determinado contexto. Nesse sentido, até agora a percepção do turismo comunitário urbano tem sido altamente mediada pelo destaque das experiências das favelas do Rio de Janeiro, que têm concentrado mais atenção do que as de outros locais nas análises acadêmicas. Por outro lado, ao contrário de uma perspectiva centrada na dimensão comercial ou operacional do turismo, ou na figura do turista, neste estudo **foi dada maior atenção a quem gera a oferta turística através de estruturas coletivas de organização e gestão.**

Os resultados desta análise foram contrastados com uma série de questões derivadas da revisão da literatura acadêmica em que se enquadra sua discussão. Da mesma forma, regressamos às três grandes questões que orientaram a nossa investigação em relação às motivações para implementação das atividades turísticas, as suas formas de organização e o papel do turismo nestas comunidades.

As transformações nos modos de produção e consumo turístico sob a lógica pós-fordista, motivadas pelos limites que o capital enfrenta para continuar se reproduzindo, têm provocado uma expansão dos territórios e áreas que passam a fazer parte do cenário turístico. Nestas bases, o potencial turístico de qualquer aspecto da realidade social expande-se infinitamente, ultrapassando assim os limites da comercialização. Esta dinâmica de fragmentação da oferta turística faz com que as comunidades, tanto rurais como urbanas, possam ser vistas como uma oportunidade para proporcionar experiências únicas ou consideradas mais autênticas, até exóticas. Neste contexto, geram-se novos espaços turísticos, mas, ao mesmo tempo, estabelecem-se as bases para as seguintes disputas em torno dos modos como esta atividade se desenvolve e dos interesses contrastantes que entram em jogo.

As mudanças derivadas do pós-fordismo abriram a possibilidade de favelas ou bairros periféricos de diversas cidades do Sul Global serem comercializados para o turismo, através da conversão da pobreza em atratividade, o que ficou conhecido como “slum tourism” (Freire-Medeiros, 2009, 2014; Frenzel et al., 2015).

5. CONCLUSÕES

Isto tem ocorrido em termos reais, com a implantação de uma atividade turística efetiva, mas também em termos imaginários, ao permitir que estes territórios sejam concebidos como possíveis destinos de interesse para visitantes externos. A literatura acadêmica tem documentado amplamente os impactos dos modelos de exploração turística não controlados pelas próprias comunidades, tanto sobre elas como sobre os seus visitantes (Booyens e Rogerson, 2018; Chili e Mabaso, 2016; Dürr et al., 2020; Freire-Medeiros, 2014). Mas no debate sobre o *slum tourism*, os principais protagonistas têm sido os dilemas éticos que esta prática acarreta (Henry, 2020; Törnberg e Uitermark, 2022; Frenzel, 2017; Giddy e Hoogendoorn, 2018). Da mesma forma, foram identificadas as diferentes formas como esta atividade poderia ter sido organizada e destacou-se que, embora as iniciativas comunitárias não tenham sido hegemônicas, elas existem e fazem parte desta rede de propostas que permitem visitar determinadas áreas das grandes cidades e áreas metropolitanas (Broudehoux, 2017).

Práticas de turismo comunitário urbano começam a ganhar espaço em diversas cidades latino-americanas.

Neste contexto, as práticas de turismo comunitário urbano começam a surgir em diferentes grandes cidades da América Latina e, em particular, no Brasil. **A análise dos casos identificados neste informe confirma e enriquece as evidências sobre alguns dos principais consensos estabelecidos na literatura sobre este tipo de fenômeno na América Latina.** Em termos gerais,

baseia-se amplamente na perspectiva de que, ao contrário de outros modelos de gestão, principalmente privados com fins lucrativos, **o turismo comunitário urbano de tem um impacto mais favorável na população local** (Broudehoux, 2017; De Oliveira, 2014; Dias Mano et al., 2017; Rodriguez da Silva et al., 2014). Além de gerar receitas econômicas – tanto diretamente, aos organizadores das viagens e ao comércio local, como indiretamente, com contribuições para projetos sociais –, contribui para uma ressignificação positiva de áreas consideradas marginalizadas e fortemente estigmatizadas. Este tipo de visitas promove o orgulho dos residentes nas suas comunidades. Em vez de se concentrarem na violência e na pobreza, destacam a sua riqueza cultural e social, destacando os aspectos mais positivos da sua comunidade e dos seus processos de transformação. Isto teria uma função pedagógica na medida em que estaria contribuindo para mudar a percepção das favelas e bairros populares por parte de seus visitantes. Dessa forma, o turismo comunitário promove narrativas contra-hegemônicas, que quebram estigmas e mostram o potencial de suas populações (Fagerlande, 2020; Rodriguez da Silva et al., 2014).

Os casos estudados neste informe validam claramente esta interpretação, pois em quase todos eles a introdução do turismo com formas de gestão coletiva gera múltiplos benefícios, tanto para quem o promove como para a comunidade como um todo. Esses resultados tendem a ser maiores quando os territórios não são previamente turistificados, e é a proposta comunitária que abre caminho para o turismo naquele local. As experiências das favelas de Santa Marta, por um lado, e do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, por outro, mostram que, embora as estruturas de gestão coletiva sejam mais vantajosas do que aquelas lideradas por atores externos, a dinâmica de turistificação dificulta o seu funcionamento e, em certa medida, pode favorecer processos como a gentrificação. Ao mesmo tempo, o caso de Calafate evidencia as

5. CONCLUSÕES

dificuldades de sustentar propostas turísticas em territórios onde não existem outras iniciativas além das comunitárias. A análise destas falhas também proporciona uma aprendizagem valiosa para compreender não só o potencial, mas também os obstáculos que este tipo de propostas enfrenta.

Por outro lado, a literatura também **reconhece que a presença do turismo nas favelas pode representar tanto uma ameaça como uma oportunidade**. No entanto, face a este dilema, as formas de gestão comunitária reduzem os riscos associados a modelos externos – como aumentos de preços ou processos de gentrificação – e demonstram maior resiliência face à retirada do financiamento público ou a situações críticas imprevistas (Fagerlande, 2020). Essa dimensão fica clara nos casos estudados no Rio de Janeiro, que conseguiram se manter quando outras iniciativas turísticas fora dessas favelas reduziram sua presença nos últimos anos. Por outro lado, as demais experiências abordadas nesta investigação, por serem desenvolvidas em territórios sem presença prévia de turismo, permitem apreciar em menor medida esta maior capacidade de resiliência. Embora, mais uma vez, o exemplo do Calafate alerte que os obstáculos associados a um contexto hostil e violento nem sempre podem ser superados, e que a aposta no turismo pode, em certos casos, tornar-se um fator de agravamento das tensões existentes.

Da mesma forma, existem alguns aspectos na sua organização técnica que coincidem com o que é indicado na literatura disponível, como o fato de **mais do que hospedagem, serem propostas de desenvolvimento turístico que se baseiam em atividades orientadoras e paralelas à realização dos passeios**, que valorizam os recursos culturais e artísticos do território e da sua gente. Da mesma forma, destaca-se o papel central das pessoas que atuam como guias, cuja participação é fundamental para o sucesso da iniciativa (Angelini, 2019; Dürr et al., 2020; Frenzel et al., 2015; Rompu, 2019). Essa mesma dinâmica é observada nos casos analisados no Brasil nos mesmos termos em todas as experiências. Da mesma forma, conforme



Santa Marta (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

5. CONCLUSÕES

descrito na literatura (Broudehoux, 2017; Ferrari, 2021; González Bracco, 2023; Parker e Moreno, 2015), nos casos examinados, **a cultura adquire um papel central nas atividades turísticas através de diversas manifestações artísticas**, como a música, a dança, o muralismo ou o artesanato. A cultura torna-se um instrumento de expressão e reivindicação, ao mesmo tempo que fortalece a identidade e o sentido e orgulho de pertença. O turismo serve para visibilizar essas múltiplas expressões e contribui para retroalimentar estes processos sociais.

Motivações

Inicialmente, ao abordarmos a análise do turismo comunitário urbano no Brasil, levantamos a hipótese, com base na interpretação de algumas pesquisas em favelas do Rio de Janeiro, como as da Rocinha e Santa Marta (Freire-Medeiros, 2009; 2014), se as motivações para o lançamento de iniciativas turísticas sob formas de organização coletiva ou comunitária poderiam estar relacionadas a uma reação de desconforto das populações locais diante da exploração comercial por empresas turísticas fora de seus territórios. **O desconforto com o uso da pobreza, da violência, do crime e do risco como atrativos turísticos, somado à não participação nos benefícios da atividade turística gerada, pareceria provocar uma tentativa local de apropriação dessas atividades, com o propósito de controlar o que é oferecido, em que condições, quais mecanismos redistributivos, bem como a imagem que se deseja projetar do território e de sua população.** Esta aspiração de decidir como se representar publicamente estaria ligada a um dos princípios de referência do turismo inclusivo definidos por Regina Scheyvens e Robin Biddulph (2018).

Em nosso estudo, apenas em um dos casos analisados, o dos **Guias do Santa Marta no Rio de Janeiro**, parece que esse tipo de motivo poderia estar especialmente presente. A origem deste grupo não é estritamente uma reação à presença de agências externas, mas faz parte de um processo de posicionamento turístico da favela, do qual participam através de programas de formação promovidos pelo Estado. Contudo, o desconforto gerado por estes atores externos, por não respeitarem as regras da Assembleia de Moradores ou por não incluírem suficientemente os guias locais, deu origem a um processo de organização coletiva que fortaleceu a sua coesão e capacidade de negociação dos termos em que a favela poderia ser mostrada para o turismo. As causas que levaram ao lançamento da atividade turística sob a lógica comunitária não são tão simples como havíamos suposto, mas neste caso podemos afirmar que, entre as motivações presentes, existe uma certa reação de desconforto causada por certas formas de gestão da atividade turística em Santa Marta.

Porém, nos demais casos, as motivações não parecem responder à hipótese inicial. Pelo contrário, o que se observa é uma maior pluralidade de interesses, que se entrelaçam, sem que esta ideia de reação contrária a certas formas de turismo em favelas seja considerada a principal. Em muitos casos, o turismo comunitário começa sem qualquer desenvolvimento turístico prévio nesses territórios. Ao contrário, outros interesses se destacam, como a **busca de autofinanciamento para organizações comunitárias** (Saber Viver na Ilha de Deus, Alagados Turismo Comunitário em Salvador,

5. CONCLUSÕES

Museu de Favela no Rio de Janeiro); **o fortalecimento da economia popular** (Saber Viver, Alagados Comunitário Turismo, Coletivo de Mulheres de Calafate em Salvador, QUIAL Tubarão, Guias de Santa Marta, Comunidade Cultural Quilombaque em São Paulo); **a valorização de seus territórios diante de visões estigmatizantes** (Saber Viver, Turismo Comunitário de Alagados, QUIAL Tubarão, Comunidade Cultural Quilombaque); **a utilização do turismo como mecanismo de proteção contra ameaças externas** como a pressão imobiliária ou a presença de grupos criminosos, através da visibilidade pública e da construção de alianças com atores externos com capacidade de influência (Saber Viver); ou a sua ligação com **atividades de denúncia do racismo e da violência policial** (Comunidade Cultural Quilombaque e Museu de Favela ou alguns dos guias do Santa Marta) e a **recuperação da memória popular e da história das lutas sociais** (especialmente destacada na Comunidade Cultural Quilombaque e Museu de Favela, mas em geral está presente em todas as iniciativas com maior ou menor intensidade).

Uma maior diversidade e riqueza tornaram-se evidentes nas motivações por trás de diversas organizações sociais que decidem promover o turismo.

A estratégia metodológica de abertura do campo de análise às experiências em diferentes cidades, mesmo onde a presença turística é menos intensa, permite revelar maior pluralidade e riqueza nas motivações das diversas organizações sociais que decidem promover o turismo. Em resposta à presença de atores turísticos externos ao território, há duas razões pelas quais podemos promover a tentativa de apropriação coletiva desta atividade, mas os seus objetivos não param por aí. Ao ampliar ou reconfirmar os propósitos que fazem parte do jogo, percebe-se que o turismo pode desempenhar um papel mais importante para estas comunidades urbanas.

Estruturas organizacionais

O tipo de organizações através das quais o turismo tem sido promovido nestes bairros ou favelas é fundamentalmente de **natureza jurídica associativa**. Nas sete experiências consideradas existe uma organização coletiva estruturada em forma de associação, com um compromisso explícito com o bem-estar da população daquele território, para além dos interesses particulares dos seus associados. A **ancoragem territorial** é central na lógica de atuação destas associações. No entanto, na sua maioria, **não se trata de entidades criadas explicitamente para gerir a oferta turística, mas desenvolviam anteriormente outras atividades e tinham múltiplos objetivos ligados à melhoria das condições de vida das suas comunidades em sentido amplo**. É no âmbito da sua intervenção comunitária que entram em contato com o turismo e o utilizam como ferramenta para atingir os seus objetivos anteriores.

Mais uma vez, o caso das favelas do Rio de Janeiro é o que apresenta maior complexidade. Ao contrário do resto das experiências, a sua origem parece estar ligada à gestão turística. Na experiência dos **guias da favela Santa Marta**, a prestação do serviço turístico é individual, mas, ao mesmo tempo, cada um desses guias está vinculado e subordinado a estruturas organizacionais de caráter coletivo, que é o que confere caráter comunitário à experiência. Por um lado, a maioria delas está

5. CONCLUSÕES

organizada em uma associação de guias, o que lhes permite combinar preços, fornecer informações em conjunto, complementar sua oferta, colaborar em momentos de alta demanda e negociar junto com agências fora da favela. Por outro lado, respondem às orientações da Assembleia de Moradores da favela, que dita uma série de normas, como a proibição de tirar fotos da população, o estabelecimento de um número máximo de pessoas por grupo e guia, e a exigência de contribuição financeira a esta assembleia por atividade. Por sua vez, no caso do **Museu de Favela**, no contexto do posicionamento turístico das favelas do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho e, em geral, do Rio de Janeiro, há necessidade de organização coletiva para influenciar o seu funcionamento, promover benefícios entre a população local e obter recursos para desenvolver ações em favor da comunidade. Mas, como organização, também foi criada para promover um determinado modelo de desenvolvimento turístico.

Em praticamente todas as iniciativas analisadas, foi identificada uma forte **presença e papel de liderança por parte de mulheres, muitas delas negras, com uma clara consciência feminista**. Em experiências como Alagados Turismo Comunitário ou Coletivo de Mulheres do Calafate, em Salvador, ou Saber Viver, na Ilha de Deus, esse papel é especialmente claro. Essa avaliação coincide com a análise de Van Rompu (2019) para o caso de diversas favelas da zona sul do Rio de Janeiro: Rocinha, Santa Marta e Cantagalo. Este papel de destaque não surpreende, dadas as características das suas associações. Grande parte dessas organizações está ligada à preocupação com questões básicas para garantir a reprodução social de suas comunidades, como habitação, educação, saúde, cultura, lazer ou identidade, além da geração de renda tanto para as famílias quanto para as próprias organizações populares. A própria história desses bairros e favelas, com deficiências de infraestrutura que só foram resolvidas pelo Estado por meio de processos de reivindicação, construídos com base em uma experiência cotidiana a partir da qual muitas outras preocupações foram posteriormente alimentadas. Desta forma, o turismo integra-se a estes processos de organização



Museu de Favela (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

5. CONCLUSÕES

e na geração de uma cultura popular nascida da preocupação em como garantir a reprodução social na qual as mulheres terão grande relevância.

As organizações a partir das quais é gerida a atividade turística têm que coexistir nos seus territórios com estruturas coletivas de outra natureza.

Por outro lado, as organizações a partir das quais é gerida a atividade turística têm que **coexistir nos seus territórios com outras estruturas coletivas de natureza** diferente, para além do Estado, cuja presença varia de acordo com o local, sendo praticamente inexistente em algumas. Em alguns casos, trata-se de outras associações com propósitos ou preocupações semelhantes, com as quais podem construir alianças, como a Alagados Turismo Comunitário em Salvador ou a Comunidade Cultural Quilombaque em São Paulo, ou na própria articulação de iniciativas que acabam sendo o QUIAL Tubarão. Porém, também existem outras estruturas coletivas que podem funcionar acima delas, como ocorre nas favelas do Rio de Janeiro com as assembleias de moradores. De fato, na maioria dos territórios analisados, qualquer dinâmica de organização social deve interagir e mediar com este tipo de estruturas de poder não oficiais que exercem um certo nível de controle territorial. No entanto, estes não são corpos estranhos naquele ambiente social, mas sim a sua presença está inserida em redes familiares ou de vizinhança que tornam estas relações estreitas, embora não menos complexas. Estas diferentes dimensões organizacionais criam múltiplas dinâmicas sociais dentro das quais a atividade turística de base comunitária deve operar.

Por último, é necessário realçar que **o desenvolvimento do turismo nestes territórios não seria possível sem o papel ativo e empenhado das estruturas de mediação que facilitam o contato e a chegada dos visitantes**. Em alguns casos, são instituições como o SESC de São Paulo, a Rede BATUC na Bahia, faculdades e universidades no Brasil e em outros países, e múltiplas agências que se especializaram neste tipo de oferta comunitária. Este tipo de iniciativas organizam a procura para que a atividade turística possa ocorrer. Mas o seu papel não é meramente comercial, mas também contribui para proporcionar confiança e segurança, e realizam uma mediação em termos educativos, tanto antes, durante e depois da visita. Sem a sua participação, dificilmente poderia ocorrer o desenvolvimento do turismo comunitário urbano.

Em contrapartida, **o papel das políticas públicas no desenvolvimento do turismo comunitário urbano não parece ter sido especialmente relevante**. Nos casos das favelas Santa Marta e Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, sua implementação esteve inicialmente vinculada a projetos estatais no âmbito das iniciativas de pacificação e controle territorial desses territórios. Mas depois de enfraquecerem e desaparecerem, estas iniciativas continuaram a funcionar. E nos demais casos, sua origem não estava associada a programas públicos. Pelo contrário, o que se destaca em todos estes casos é o protagonismo da comunidade, que em determinados momentos consegue apoios públicos específicos, mas que de forma alguma condiciona o seu desenvolvimento. Ao contrário dos riscos de dependência levantados por Mercedes González Bracco et al. (2023) nos bairros Mugica-Villa 31 e Rodrigo Bueno de Buenos Aires, nestes casos a autonomia das iniciativas não parece estar em jogo, mas contribui

5. CONCLUSÕES

para fortalecer espaços mais amplos de articulação comunitária, como as assembleias de moradores ou outras instâncias de coordenação territorial de organizações sociais.

Papel do turismo na comunidade

Em determinadas áreas, como nas favelas do Rio de Janeiro, a prática do turismo com abordagem comunitária coexiste com outras formas de gestão. Esta dinâmica de turistificação pode causar um certo risco de que o turismo comunitário urbano também contribua para a geração de uma atração comercial que facilite a presença de outros atores que tendem a deslocar a população local e, portanto, as suas organizações. Por outro lado, em zonas onde a oferta turística é limitada, como nos restantes casos estudados, este problema não se manifestou.

Contudo, na maioria das iniciativas analisadas, **o turismo não é desenvolvido como a principal atividade a partir da qual ocorrem os processos de organização coletiva**. A sua incorporação não gera novas entidades dedicadas exclusivamente a esta prática, mas está integrada com outras ações já existentes. Com exceção da Associação de Guias Santa Marta e do Museu de Favela, as restantes iniciativas incluem-no como mais uma atividade dentro das suas estratégias de intervenção comunitária.

No marco dos processos de organização, reivindicação e luta popular contra a desigualdade, o estigma e a exclusão, o turismo surge a certa altura como uma oportunidade para potenciar estes objetivos. Portanto, **nestas comunidades o seu papel é geralmente secundário ou subordinado a dinâmicas mais amplas**. Da mesma forma, os seus resultados não podem ser avaliados apenas numa perspectiva comercial, uma vez que entram em jogo outros fatores e interesses. Por exemplo, a experiência do Coletivo de Mulheres do Calafate, que, diante das crescentes dificuldades em continuar a realizar atividades turísticas devido às mudanças e medidas tomadas pelo Estado na política de combate às drogas em seu território,



Santa Marta (Rio de Janeiro). Imagem de Ernest Cañada

5. CONCLUSÕES

e decide abandoná-las, mostra que o turismo em si não é o seu objeto em si. Pelo contrário, é um instrumento sujeito a outros objetivos, neste caso específico o combate à violência de gênero, e, portanto, se necessário podem renunciar a ele.

A literatura existente **destacou a utilização do turismo por algumas organizações em comunidades urbanas como mecanismo de resistência** (Allis et al., 2022). O turismo comunitário, além de uma estratégia de aumento de rendimento econômico, funcionaria como uma forma de resistência cotidiana que permite a sobrevivência em termos econômicos e ajuda a construir uma narrativa que se opõe à narrativa dominante que estigmatiza esses bairros e favelas. Ao subverter as estruturas tradicionais sobre as quais se organiza a atividade turística, considera-se que emerge fortemente a sua dimensão de resistência, como já havia sido destacado no caso do turismo em quilombos (Mendes de Fava, 2023). Este tem sido um aspecto central da nossa investigação, e é ainda mais evidente naquelas organizações - a maioria dos casos analisados em contextos sem presença prévia de turismo - que não foram criadas para fins turísticos, mas nasceram como espaços de organização e resistência popular, e que num determinado momento encontraram no turismo uma outra forma de intervenção. Nesta perspectiva, a dimensão de resistência associada ao turismo é muito mais poderosa do que naquelas experiências dedicadas exclusiva ou principalmente a esta atividade.

Por outro lado, a partir destes projetos turísticos, **estas iniciativas transformaram as suas comunidades em espaços não convencionais de aprendizagem, ou melhor, de construção de conhecimento numa perspectiva popular focada no exercício da cidadania**. Em muitos casos, este constitui um dos grandes atrativos que mobiliza estudantes, professores e investigadores a visitá-los com interesse pedagógico, uma vez que estes espaços oferecem um campo de prática em disciplinas como história, geografia, sociologia ou arquitetura, entre outras. Isto é especialmente



Comunidade Cultural Quilombaque (São Paulo). Imagem de Ernest Cañada

5. CONCLUSÕES

evidente nos casos de Alagados, Quilombaque, Ilha de Deus, no projeto Brazilidade (dos Guias de Santa Marta) e Museu de Favela.

Considerações finais

É destacada a pluralidade de formas que o turismo pode assumir, bem como as possibilidades de sua transformação sob liderança comunitária e popular.

As diferentes experiências levadas em conta nesta pesquisa mostram que, pelo menos no caso do Brasil, **o turismo comunitário urbano surge como uma realidade que vai além dos espaços rurais**. Isto realça a pluralidade de formas que o turismo pode assumir e as possibilidades da sua transformação sob liderança comunitária e popular. Neste sentido, o turismo pode responder a múltiplos objetivos e lógicas, não devendo apenas estar sujeito a uma inserção subordinada dos setores populares na economia capitalista. Este conjunto de iniciativas permite afirmar como **o turismo pode fazer parte da economia popular e ser incorporado ao repertório de estratégias de resistência e até mesmo formulado sob uma lógica pós-capitalista**. Isto significa reconhecer a capacidade de agência destes grupos e deixar de lado perspectivas que, supostamente identificando-se com estes setores, ao apenas evidenciarem as intenções dos interesses e estratégias do capital, não compreendem realidades que são dinâmicas. Além disso, este tipo de posicionamento invisibiliza a capacidade de influência e transformação das maiorias subalternizadas.

Apesar destes avanços, ao mesmo tempo, o turismo comunitário, tanto rural como urbano, encontra-se atualmente numa onda de mudança, com um mercado que potencialmente exige o que é ou pode oferecer. Além disso, é capaz de se conectar com diferentes nichos de mercado interessados em uma diversidade de aspectos – natureza, cultura local ou possíveis conexões com uma determinada ideia de ancestralidade. Cada vez mais, **há um interesse crescente do grande capital nas possibilidades que a gestão comunitária pode oferecer nos espaços urbanos, especialmente nas áreas marginalizadas**. Mas ainda mais, a soma de fatores críticos que afetam estes territórios, como a insegurança, a incerteza do apoio público ou a precariedade e a pobreza, significa que as organizações comunitárias também podem desempenhar um papel fundamental como mediadoras de interesses de natureza capitalista. Os compromissos do capital e dos seus representantes em desenvolver mecanismos de reconhecimento e visibilidade destas iniciativas nada mais são do que instrumentos ao seu serviço, tanto para explorar novos mercados como para dotarem-se de aliados com legitimidade nesses territórios. **Esta soma de contradições, devido à coexistência de interesses de diferentes naturezas, torna ainda maiores as tensões sobre as organizações comunitárias, bem como a complexidade das decisões que devem tomar**.

Em termos metodológicos, a estratégia escolhida, baseada na análise comparativa de casos, proporciona novas perspectivas e enriquece o conhecimento que podemos obter sobre o turismo comunitário urbano. Contudo, baseia-se num trabalho de campo limitado no tempo e centrado na liderança das iniciativas analisadas, o que pode reduzir a capacidade de captar a complexidade específica de cada iniciativa. Serão necessários

5. CONCLUSÕES

novos estudos mais aprofundados sobre essas e outras experiências, tanto no Brasil como no restante da América Latina, que nos permitirão realizar novos esforços para sintetizar um fenômeno de relevância cada vez maior. A aposta pelo turismo dos setores populares urbanos organizados sob uma lógica comunitária já é uma realidade, complexa e contraditória, mas os casos apresentados nos permitem pensar de forma esperançosa sobre a sua capacidade de resistência e transformação e imaginar o turismo ao serviço das necessidades populares.

Alagados. Imagem de Ernest Cañada





Favela de Santa Marta. Imagem de Teresa Mendonça

REFERÊNCIAS

- Agus, P. y Indra, K. (2018). The Indonesian slum tourism: Selling the other side of Jakarta to the world using destination marketing activity in the case of "Jakarta Hidden Tour." *Web of Conferences*, 73, 1-10.
- Albinati, M. L. (2013). *Assistir, entrar em cena ou roubar a cena? Políticas culturais no território de Alagados (Salvador-BA)*. Editora Universitária da UFBA.
- Allis, T., Freitas, J. A. de, Jesus, I. T. de, Goes, K. S. y Silva, L. A. da. (2022). Cultura, turismo e desenvolvimento socioterritorial: Criatividade e inteligência nas bordas da metrópole. *Brazilian Creative Industries Journal*, 2(2), 105-130.
- Allis, T., Moraes, C. M. S. y Sheller, M. (2020). Revisitando as mobilidades turísticas. *Revista Turismo em Análise*, 31(2), 271-295.
- Angelini, A. (2019). A favela that yields fruit: Community-based tour guides as brokers in the political economy of cultural difference. *Space and Culture*, 23(1) 15-33.
- Araújo, M. D. F. D. S. (2009). São Sebastião-DF: do sonho à cidade real (Dissertação). Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Araújo, N. P. y Muniz, K. S. (2016). Quilombaque: Espaço não formal de educação como estratégia e ação para a implementação da Lei 10.639/03. En *I Congresso Internacional e III Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Literaturas e Linguística* (pp. 1-12). Universidade Federal do Espírito Santo.
- Auala, L. S. N., van Zyl, S. R. y Ferreira, I. W. (2019). Township tourism as an agent for the socioeconomic well-being of residents. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 8(2), 1-12.
- Booyens, I. y Rogerson, C. M. (2018). Creative tourism: South African township explorations. *Tourism Review*, 73(2), 256-267.
- Booyens, I. y Rogerson, C.M., (2019), Re-creating slum tourism: Perspectives from South Africa. *Urbaniziv*, 30, 52-63.
- Borges, T. (2016, 6 de outubro). [Passeios dentro de comunidades viram opção para turistas em Salvador: Tradicionais pontos turísticos dão lugar a um cenário diferente: ladeiras, escadarias, casas com laje, creches e moradores que estão em cada bairro](#). *Correio 24 horas*.
- Broudehoux, A.-M. (2017). Favela tourism: Negotiating visitors, socio-economic benefits, image, and representation in pre-Olympics Rio de Janeiro. En C. Colomb & J. Novy (Eds.), *Protest and resistance in the tourist city* (pp. 191-209). Routledge.
- Cañada, E. (2014). *Turismo comunitario en Centroamérica. Experiencias y aprendizajes*. Managua: Editorial Enlace, Colección Mejores Prácticas.
- Cañada, E. (2019). *Transformaciones en las relaciones de género en experiencias de turismo comunitario en Centroamérica*. Barcelona: Alba Sud Editorial, Informes en Contraste, 7.
- Chili, N. S. y Mabaso, S. L. (2016). The challenges of developing small tourism enterprises in townships: case of Umlazi, South Africa. *Problems and Perspectives in Management*, 14(1-1), 201-205.
- Crochik, M. M. (2018). *Gentrificação verde: O urbanismo sustentável como instrumento da reestruturação imobiliária de Perus – São Paulo* (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Recuperado de <http://www.teses.usp.br>
- Davis, M. (2006). *Planet of slums*. New York: Verso.
- de Carvalho, E. T. (2007). Os Alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, 1(1), <https://doi.org/10.9771/ppgaufaufba.v1i0.1543>.
- de Araujo, A. F., Vieira, A. L. y Costa, C., (2018), Developing a Model of Film-Induced Slum Tourism Motivation: An Explorative, Qualitative Approach. *13th European Conference on Innovation and Entrepreneurship*, 1-10.
- de Carvalho, E. T. (2002). Os Alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, 1(1).
- de Jesus, D. B. (2014). *Conflitos Socioambientais em comunidades tradicionais: Marinha do Brasil e o quilombo do Alto do Tororó em Salvador/Ba*. 128 f. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- de Oliveira, R. (2014). Turismo comunitário e favela-tour como expressões das novas dinâmicas do consumo turístico. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 25(2), 354-372.
- de Oliveira Pinto Junior, W. (2017). *Gestão social e governança em rede de políticas públicas: Coproduzindo uma tecnologia em gestão social com o coletivo de mulheres do Calafate* [Tesis de maestría, Universidade Federal da Bahia]. Escola de Administração - Universidade Federal da Bahia.
- De Souza, B. (2016). *Turismo de base comunitária: o caso da agência Brasilidade na favela Santa Marta, Rio de Janeiro*. Niterói: Universidade Federal Fluminense Faculdade de Turismo e Hotelaria, Departamento de Turismo, Curso de Graduação em Turismo.

- Dias Mano, A., Feder Mayer, V., y Fratucci, A. C. (2017). Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 11(3), 413-435.
- do Nascimento, C. B. C. (2023). *O Museu de Favela (MUF-RJ) e o seu território - O Cantagalo, Pavão e Pavãozinho: Um trajeto de educação da Atenção*. [Tese de Doutorado]. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
- Dürr, E.; Jaffe, R. y Jones, G. (2020). Brokers and Tours: Selling Urban Poverty and Violence in Latin America and the Caribbean. *Space and Culture*, 23(1), 4-14.
- Fagerlande, S.M.R. (2020). *Turismo em favelas no Rio de Janeiro em tempos de crise: ainda uma atividade possível? Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo*. São Paulo-Lisboa, 2020. São Paulo: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.
- Fernandes, J., Mason, K. y Chakrabarti, R., (2019), Managing to make market agencements: The temporally bound elements of stigma in favelas. *Journal of Business Research*, 95, 128-142.
- Ferrari, S. (2021). El turismo comunitario urbano como forma de re-existencia cultural y laboral. El modelo de Barrio Egipto (Bogotá). *Cuestiones de Sociología*, 24, e115.
- Ferreira-Barbosa, G. (2015). A favela Santa Marta e seus guias de turismo: identidade, mobilização e conflito. *Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR*, 5(Número Especial), 169-179.
- Fisher, M. (2022). *Realismo capitalista. ¿No hay alternativa?* Buenos Aires: Caja Negra.
- Flyvbjerg, B. (2011). Case Study. En K. Norman, K. Denzin, y Yvonna S. Lincoln (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (pp. 301-316). Thousand Oaks: Sage.
- Freire-Medeiros, B. (2009). Gringo na laje. Produção, circulação e consum da favela turística. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Freire-Medeiros, B., Vilarouca, M. G., y Menezes, P. (2013). International tourists in a 'pacified' favela: Profiles and attitudes. The case of Santa Marta, Rio de Janeiro. *DIE ERDE – Journal of the Geographical Society of Berlin*, 144(2), 147-159.
- Freire-Medeiros, B. (2014). *Touring poverty*. Oxfordshire: Routledge.
- Frenzel, F. (2017). Slum tourism and its controversies from a management perspective. En M. Gudić; A. Rosenbloom y C. Parkes (ed.). *Socially Responsible Organizations and the Challenge of Poverty* (pp. 126-133). New York: Routledge.
- Frenzel, F. y Blakeman, S. (2015). Making slums into attractions: the role of tour guiding in the slum tourism development in Khibera and Dharavi. *Tourism Review International*, 19(1-2), 87-100.
- Frenzel, F., Koens, K., Steinbrink, M. y Rogerson, M. (2015). Slum tourism: state of the art. *Tourism Review International*, 18(4), 237-252.
- Friedl, P. (10 de diciembre de 2024). [Barrio Padre Carlos Mugica, ex villa 31: las políticas públicas abren camino al turismo](#). Alba Sud.
- Garcia, A. S. (2006). *Antigas capitais: Salvador, Cidade d'Oxum e Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- Giddy, J. K. y Hoogendoorn, G. (2018). Ethical concerns around inner city walking tours. *Urban Geography*, 39(9), 1293-1299.
- Godinho Peria, P. V. (2024a). "Nos somos um bairro de lutas": Ação pública e contra-narrativas sobre o território. *Athena Digital*, 24(2): e3418.
- Godinho Peria, P. V. (2024b). Mediação Cultural à Contrapelo: a ação da Comunidade Cultural Quilombaço no campo do Patrimônio Cultural. Pasos. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 22(2), 357-369.
- González Bracco, M. (2023). Hacia un nuevo radar. Arte urbano e identidades barriales en la ciudad de Buenos Aires. *Debats. Revista de cultura, poder y sociedad*, 137(1), 67-84.
- González Bracco, M., Sánchez Attanasio, T. y Abraham, Y. (2023). Turismo urbano ¿comunitario? Experiencias en barrios populares de la Ciudad de Buenos Aires. *Antropología Americana*, 8(16), 33-61.
- Gorelik, A. (2022). *La ciudad latinoamericana. Una figura de la imaginación social del siglo XX*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Griffin, T. y Muldoon, M. (2020). Exploring virtual reality experiences of slum tourism. *Tourism Geographies*, 24(6-7), 934-953.
- Guerrón Montero, C. (2018). Women sustaining community: The politics of agro-ecology in quilombo tourism in southern Brazil. *Bulletin of Latin American Research*. *Bulletin of Latin American Research*, 39(2), 191-207.
- Guerrón Montero, C. (2024). [Dissonance and disobedience in Brazilian quilombola heritages](#). *International Journal of Heritage Studies*.
- Guerrón Montero, C., Santos, L., y Santos, D. (2021). Ethno-ecological community-based tourism from within: Quilombo tourism and the quest for sustainability in Brazil. *Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP)*, 10(2), 1-12.
- Harvey, D. (2007). Capitalismo: la fábrica de la fragmentación. En D. Harvey. *Espacios del capital. Hacia una geografía crítica* (pp.137-143). Madrid: Akal.
- Harvey, D. (2012). *La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

- Henry, J. (2020). Morality in aversión?: Meditations on slum tourism and the politics of sight. *Hospitality & Society*, 10(2), 157-172.
- Hercog, B. P. (2022). Rumo às epistemologias das quebradas: iniciativas juvenis em arte e comunicação em Salvador (Bahia, Brasil) e Cali (Valle Del Cauca, Colômbia). Tese doctoral, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador.
- Herrero Amo, M. D., Jayawardena, C. y Laloum Gaultier, S., (2019). What is the host community perception of slum tourism in Colombia? *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 11(2), 140-146.
- Hoogendoorn, G. et al., (2019), Tourist and resident perspectives on 'slum tourism': the case of the Vilazaki precinct, Soweto, *GeoJournal*, 85(4), 1133-1149.
- Hoogendoorn, G. y Giddy, J.K., (2017), "Does this look like a slum?" Walking tours in the Johannesburg inner city. *Urban Forum*, 28, 315-328.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo 2010 Salvador*. 2010. Salvador. IBGE. Disponible [aquí](#).
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponible [aquí](#).
- Ioannides, D., & Debbage, K. (1997). Post-Fordism and flexibility: The travel industry polyglot. *Tourism Management*, 18(4), 229–241.
- Ivars, J. (2001). *La planificación turística de los espacios regionales en España*. Tesis doctoral presentada en el Departamento de Análisis Geográfico Regional del Instituto Universitario de Geografía de la Universidad de Alicante.
- Kara Jose, M. (2008). *A vez dos Alagados: a construção de um programa integrado de urbanizacao de favela em Salvador*. Washington: The World Bank, No. 47027.
- Koens, K. y Thomas, R. (2016). "You know that's a rip-off": policies and practices surrounding micro-enterprises and poverty alleviation in South African township tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 24(12), 1641-1654.
- Korstanje, M. E. y Cisneros, L. (2017). Banalizing the Alterity: When Suffering Turns Attractive. En Korstanje M y George B. (ed.). *Virtual Traumascesapes and Exploring the Roots of Dark Tourism* (pp. 190-208). Hersey: Business Science Reference.
- Leiro, J. M. T. (2021). *Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento à violência contra as mulheres* [Disertación de maestría, Universidade Federal da Bahia]. Repositorio de la Universidade Federal da Bahia.
- Lo, Y.-C. y Janta, P. (2020). Resident's perspective on developing community-based tourism: A qualitative study of Muen Ngoen Kong community, Chiang Mai, Thailand. *Frontiers in Psychology*, 11, 1493.
- López, A. e Izcara, C. (2023). *Slum tourism. Controversias en torno al turismo y la pobreza*. Barcelona: Alba Sud Editorial, colección Informes en contraste, núm. 23.
- Lucher Albinati, M. L. (2010). *Assistir, entrar em cena ou roubar a cena? Políticas culturais no território popular de Alagados (Salvador-BA)* [Tesis de maestría, Universidade Federal da Bahia]. Universidade Federal da Bahia.
- Maurício, E. M. (2018). *Patrimônio local de paripe: Propostas de ações educativas em sala de aula*. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador.
- Mendes de Fava, B. (2023). *Turismo de resistência: Fortalecimento comunitário e exercício de liberdade – Comunidade Mutuca/Território Mata Cavalo - MT*. Sao Paulo: Paruna Editorial.
- Miranda, I. T. de. (2015). *O turismo sobe o morro - caso Vidigal: uma análise exploratória* [Monografia de grado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Departamento de Turismo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Moraes, C. M. S. (2011). *Museu de Favela: pensando turismo e patrimônio no Pavao, Pavãozinho e Cantagalo*. [Título de Mestre]. Programa de Pós Graduação da Universidade do estado do Rio de Janeiro.
- Mtapuri, O., & Giampiccoli, A. (2020). Beyond rural contexts: Community-based tourism for a better life in the city. *Advances in Hospitality and Tourism Research*, 8(2), 419-439.
- Murray, I. y Cañada, E. (2021). Turistificación confinada. En E. Cañada e I. Murray. *#TourismPostCOVID19. Turistificación confinada* (pp. 14-80). Barcelona: Alba Sud Editorial.
- Nisbett, M. (2017). Empowering the empowered? Slum tourism and the depoliticization of poverty. *Geoforum*, 8, 37-45
- Nussbaumer, G. M. y Leal, N. (2022). Espaço Cultural Alagados: uma experiência de gestão pública e comunitária. *Políticas Culturais em Revista*, 15(2), 101-121.
- Oliveira Alpes, K. G. (2019). *A racionalidade que norteia o turismo de base comunitária: Observação da iniciativa turística da Ilha de Deus em Recife-Pernambuco* [Tesis de maestría, Universidade Federal de Pernambuco]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Parker, C. y Moreno, A. (2015). Turismo indígena urbano, ¿innovación identitaria? *Atenea*, 512, 231–246.
- Privitera, D. (2015). Tourist Valorisation of Urban Poverty: An Empirical Study on the Web. *Urban Forum*, 26, 373-390.
- Quesada, G. y Arias, J. (2013). Análisis geográfico de la segregación socio-ambiental de la ciudad de San José. *Revista Geográfica de América Central*, 51, 101-123.

- Rodrigues, M. S. (2018). *Políticas públicas e sustentabilidade para o turismo nas favelas cariocas* [Tesis doctoral, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Centro de Educação e Humanidades.
- Rodrigues da Silva, D., Corbari, S. D., Sampaio, C. A. C., & Grimm, I. J. (2014). Turismo comunitario en favelas: Un estudio del Favela Inn Hostel, Chapéu Mangueira - Rio de Janeiro, Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 23, 786–804.
- Rompu van, P., (2019), Tourism as a Tool: Rehumanizing Rio de Janeiro's South Zone Favelas Through Community-Based Tourism Narratives. *Apuntes. Revista de ciencias sociales*, 46(85), 79-113.
- Romero, J. L. (2001). *Latinoamérica, las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Rossi, R. C. (2016) *Da Fazenda ao Loteamento Fortificado da Sapoca: À Urbanização na orla de Tubarão* (Salvador-BA). 81f. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador.
- Salvador, M. (2020). *Turismo de voluntariado. Caracterización y debates de un fenómeno global*. Barcelona: Alba Sud Editorial, Informes en contraste, 13.
- Salvador, M. (2023). The role of humanitarian celebrities in volunteer tourism: Exploring their representation on Instagram. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 55(1), 228-239.
- Santos da Silva, A. P. (2018). "Festa do Lixo" na Fazenda Grande do Retiro, Salvador-BA: um patrimônio cultural imaterial e seu caráter político-pedagógico. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado da Bahia. Mestrado Profissional em Ensino de História. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Salvador.
- Santos, E., Pinho, J. A. G. D., Moraes, L. R. S., Fischer, T. (2010). O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA.
- Sena, L. V. C. de y Risso, L. C. (2023). Quilombismo urbano e suas resiliências em São Paulo. *XV ENANPEGE - Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*.
- Sheller, M. y Urry, J. (2006). The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, 38, 207-226.
- Scheyvens, R. y Biddulph, R. (2018). Inclusive tourism development. *Tourism Geographies*, 20(4), 589-609.
- Silva, J. P., y Araujo, C. P. (2018). Turismo de base comunitária e produção do espaço na comunidade da Ilha de Deus, Recife-PE. *Caderno Virtual de Turismo*, 18(3), 72-87.
- Silva, S. C. B. M. y Fonseca, A. A. M. (1992). A produção do subúrbio ferroviário de Salvador: os exemplos de Paripe e Periperi. *Veracidade*, Salvador-BA, 2(4), 67-80.
- Sloan, P.; Simons-Kaufmann, C.; Legrand, W. y Perlick, N. (2015). Township tourism in South Africa – A successful tool for poverty alleviation? *Advances in Hospitality and Leisure*, 11, 153-168.
- Souza, F. S. D. (2005). *Caracterização socioeconômica de um bairro popular em Salvador: o caso de Paripe, no subúrbio ferroviário*. SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Qualidade de Vida e Dignidade da Pessoa Humana.
- Spampinato, E. (2009). *Turismo em favelas cariocas e desenvolvimento situado: A possibilidade do encontro em seis iniciativas comunitárias* [Tesis de maestría, Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE]. UFRJ.
- Sushanti, I. R., Abednego, I. A., Septanti, D., Santosa, H. R., & Kisnarini, R. (2020). Waterfront concept development with community-based tourism. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 447, 012019. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/447/1/012019>
- Teixeira, C. (1986). *Bahia em Tempo de Província*. Salvador: Fundação Cultural da Bahia.
- Törnberg, P. y Uitermark, J. (2022). Urban Mediatization and Planetary Gentrification: The Rise and Fall of a Favela across Media Platforms. *City & Community*, 21(4), 340-361.
- Torres, J. y Rodrigues, R. (2012, 22 de mayo). [Mapa deixa clara a concentração de homicídios em bairros pobres](#). *Correio 24 horas*.
- United Nations Habitat. (2003). [Housing and slum upgrading](#).
- Urry, J. (2002). *The tourist gaze*. London: Sage.
- Urry, J. (2007). *Mobilities*. Cambridge: Polity Press.
- Urry, J. y Larsen, J. (2011). *The tourist gaze 3.0*. London: SAGE Publications.
- Van Rompu, P. (2019). El turismo como herramienta: Rehumanizando las favelas de la Zona Sur de Rio de Janeiro a través de narrativas de turismo comunitario. *Apuntes*, 85, 79-113.
- Vasconcelos, P. A. (2016). *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Salvador: EDUFBA.
- Vieira da Cunha, N. y Sisternas Tussell, J. (2018). De la pacificación a la turistificación de una favela de Rio de Janeiro. En C. Milano y J. Mansilla (coord.). *Ciudad de vacaciones. Conflictos urbanos en espacios turísticos* (pp. 223-254). Barcelona: Pol-len Edicions.
- Vongvisitsin, B.; Huang, W. y King, B. (2024). Urban community-based tourism development: A networked social capital model. *Annals of Tourism Research*, 106, 103759.
- Wendel, B. (2024, 8 de julio). [Bairros da Bala: Fazenda Grande do Retiro e Paripe são os mais violentos de Salvador](#). *Correio 24 horas*.
- Yagi, T. y Frenzel, F. (2022). Tourism and urban heritage in Kibera. *Annals of Tourism Research*, 92, 103325.

Uma publicação de

ALBA SUD 

investigación y comunicación para el desarrollo desde 2008

Com apoio de



**Diputació
Barcelona**

ISBN: 978-84-09-68932-3



9 788409 689323